



**DOCUMENTO**

Fls.:	402
Proc.:	1172/04
Rubr.:	file

Nº Documento : 10100.003930/04

Nº Original : 309/04

Interessado : SECEX/MMA

Data : 27/10/2004

Assunto : ENC. DOSSIÊ APRESENTADO PELO MOVIMENTO DOS AMEAÇADOS PELAS BARRAGENS DO VALE DO RIBEIRA/SP.(PROT Nº16184/04).

**ANDAMENTO**

De : GABIN

Para : DILIQ

Data de Andamento: 27/10/2004 11:34:00

Observação: DE ORDEM PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

Ao Drª Nôza,  
 P/ CONHECIMENTO  
 em 16.12.04  
 upfb

Marcos Vinícius  
 Coordenador Geral de Meio Ambiente  
 DILIQ

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

*Carmen Dolores Paranhos Sampaio*  
 Chefe do Gabinete  
 Substituta

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

*hanna*

Assinatura e Carimbo

A COORD. LICENCIAMENTO / AC MARCOS VINÍCIUS  
 Para ciência.

*Luiz Felipe Kunz Júnior*  
 Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental  
 CGLIC/DILIQ/IBAMA

29 OUT 2004

PROTOCOLO  
 DILIQ/IBAMA  
 Nº 10044  
 DATA: 29/10/04  
 RECEBIDO: hanna





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
Esplanada dos Ministérios – Bloco B – Sala 600  
Tel: 317-1308 – Fax 322-8215

Fls.:	413
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Je

Ofício nº 309 /2004/AA/SECEX/MMA

Brasília, 30 de setembro de 2004

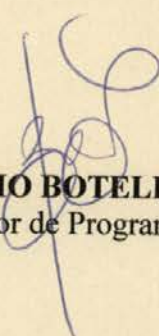
A Sua Senhoria a Senhora  
**INAH SIMONETTI GUATURA**  
Chefe de Gabinete da Presidência do IBAMA  
Brasília – DF

Assunto:.

Senhora Chefe,

Encaminho a Vossa Senhoria para análise e manifestação desse Instituto, dossiê apresentado pelo Movimento dos Ameaçados pelas Barragens no vale do Ribeira/SP, protocolado sob o nº 16184/2004, relativo aos projetos de barragens no Rio Ribeira.

Atenciosamente,

  
**SILVIO BOTELHO**  
Diretor de Programa

“Papel não clorado, com menor custo ambiental”



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Gabinete da Ministra**  
**Coordenação-Geral de Apoio Administrativo**

Fls.: 414  
 Proc.: 1172/04  
 Rubr.: *gle*

**Protocolo Geral**

(Nº de Protocolo: 00000.016184/2004-00)

**Data do Protocolo:** 23/09/2004

**Hora do Protocolo:** 16:37:54

**Nº do Documento:** S/N

**Data do Documento:** 21/09/2004

**Tipo do Documento:** CARTA

**Procedência:** [MOVIMENTO DOS AMEACADOS PELAS BARRAGENS NO VALE DO RIBEIRA] [BRASIL] [SP]  
 [Eldorado]  
 PRAÇA NOSSA SENHORA DA GUIA, 103, ELDORADO, SP, BRASIL, CEP: 11960-000

**Interessado:** Antonio Carlos Nicomedes - Secretário do MOAB

**Resumo:** Encaminha um Dossiê, que conta um pouco da história do MOAB, na luta contra os projetos de barragens no Vale do Ribeira e solicita posicionamento do MMA contra os projetos de Barragens no Rio Ribeira, em defesa do povo, da preservação do Meio Ambiente e da Cultura das Comunidades Tradicionais, Remanescentes de Quilombos, Caiçaras, Indígenas, etc.  
 [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Iron Bezerra de Sousa] [EST5033]

**Cadastramento:**

**TRAMITAÇÕES**

**Data da Tramitação:** 23/09/2004

**Hora da Tramitação:** 16:48:52

**Destino:** [Chefia de Gabinete da Ministra]

**Despacho:**  
 Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Iron Bezerra de Sousa] [EST5033]

**ANEXOS**

**DOCUMENTOS APENSADOS**

A SECEX  
 (A. Silvio Botelho)

Para análise e encaminhamento pertinente, mantendo este GAB informado dos desdobramentos

em 24.9.2004

**Bruno Pagnoccheschi**  
 Chefe de Gabinete

Recebido na SECEX/MMA  
 Data: 27/09/2004  
 Nº Registro: 2057  
 As: 10:20 horas  
 Ass: *Marmora*

Eldorado, 21 de Setembro de 2004.

ILMA. Sr<sup>a</sup>.  
Marina Silva  
DD. Ministra do Meio Ambiente

Fis.:	415
Proc.:	1172/04
Rubr.:	je

Prezado Senhora

MM.:	016184/2004	
DATA	23/09/04	RUBRICA
		je

O MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens, está encaminhando para o conhecimento de Vossa Senhoria, um **Dossiê**, elaborado no mês de julho pp, que conta um pouco da história do MOAB, na luta contra os projetos de barragens no Vale do Ribeira. Esperamos que VS se posicione contra os projetos de Barragens no Rio Ribeira, em defesa do povo, da preservação do Meio Ambiente e da Cultura das Comunidades Tradicionais, Remanescentes de Quilombos, Caiçaras, Indígenas, etc.


Temos a plena consciência de que os projetos de construção das Hidrelétricas, não trarão benefícios para a população e nem para o Meio Ambiente da Região.

Lutar contra as Barragens no Rio Ribeira é lutar em **defesa** da vida, da liberdade, da segurança, dos pobres e dos fracos, das crianças, da boa qualidade da água, da fixação do homem na terra, da agricultura familiar, da fartura de um povo que tem por vocação trabalhar na terra. O que nós precisamos é que o governo demarque e titule as terras dos Quilombolas, dos indígenas, invista na agricultura familiar, de condições para que os pequenos produtores possam melhorar sua produção e que tenha comercio para que seus produtos sejam comercializados, etc.

Portanto Senhora Ministra, dizem que as barragens vão trazer o desenvolvimento para região, queremos deixar claro que não somos contra o desenvolvimento, mais, para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo. Pedimos que VS, pressione o IBAMA, para que Indefira de uma vez por toda os projetos de barragens no Vale do Ribeira. Saiba que o povo é contra os projetos de barragens e o nosso grito é por: **"TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!"**.

Certo de poder contar com sua valiosa colaboração nesta luta, agradecemos antecipadamente e aproveitamos para reiterar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

  
ANTONIO CARLOS NICOMEDES  
(Secretário do MOAB)

Praça Nossa Senhora da Guia, 103  
11960-000 - Eldorado - SP  
Fone/Fax (13) 3871-1877  
moabaxe@bol.com.br



**DOCUMENTO**

Nº Documento : 10100.004918/04

Nº Original : S/N

Interessado : ANTONIO CARLOS NICOMEDES E OUTROS

Data : 30/12/04

Assunto : O MOAB, ENC. ASSINATURAS CONTRA OS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DAS HIDRELETRICAS DE TIJUCO ALTO, ITAOCA, FUNIL E BATATAL, NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, COLHIDAS NOS QUILOMBOS DE PILOES, MUNICIPIO DE IPORANGA E MANDIRA, MUNICIPIO DE CANANEIA-SP.

Fls.:	418
Proc.:	1132/04
Rubr.:	fe

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA

Nº 063

DATA: 05/01/05

RECEBIDO: *hanna*

**ANDAMENTO**

De : GABIN

Para : DILIQ

Data de Andamento: 30/12/04 10:00:00

Observação: DE ORDEM PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

*Inah Simoni Guatara*  
Chefe de Gabinete

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo



05 JAN 2005

Eldorado, 21 de Dezembro de 2004

Fis.:	419
Proc.:	1172/04
Rubr.:	ja

**Dr. MARCOS LUIZ BARROSO BARROS**  
**DD. PRESIDENTE DO IBAMA**  
**EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42**  
**AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604**  
**70800-900 - BRASÍLIA - DF.**

Prezado Senhor,

O MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens, está encaminhando para o conhecimento de Vossa Senhoria, as assinaturas contra os projetos de construção das Hidrelétricas de **Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal**, no Rio Ribeira de Iguape, colhidas nos **"Quilombos de Pilões, Município de Iporanga e Mandira, município de Cananéia - SP"**. Esperamos que V. S. se posicione contra os projetos de Barragens no Rio Ribeira, em defesa do povo, da preservação do Meio Ambiente e da Cultura das Comunidades Tradicionais, Remanescentes de Quilombos, Caiçaras, Indígenas, etc.

Temos a plena consciência de que os projetos de construção das Hidrelétricas, não trarão benefícios para a população e nem para o Meio Ambiente da Região.

Lutar contra as Barragens no Rio Ribeira é lutar em **defesa** da vida, da liberdade, da segurança, dos pobres e dos fracos, das crianças, da boa qualidade da água, da fixação do homem na terra, da agricultura familiar, da fartura de um povo que tem por vocação trabalhar na terra. O que nós precisamos é que o governo demarque e titule as terras dos Quilombolas, dos indígenas, invista na agricultura familiar, de condições para que os pequenos produtores possam melhorar sua produção e que tenha comercio para que seus produtos sejam comercializados, etc.

Portanto Senhor Presidente, dizem que as barragens vão trazer o desenvolvimento para região, queremos deixar claro que não somos contra o desenvolvimento, mais, para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo. Pedimos que VS. Indefira de uma vez por toda os projetos de barragens no Vale do Ribeira. Saiba que o povo é contra os projetos de barragens e o nosso grito é por: **"TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!"**.

Certo de poder contar com sua valiosa colaboração nesta luta, agradecemos antecipadamente e aproveitamos para reiterar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente



ANTONIO CARLOS NICOMEDES  
(Secretário do MOAB)

**Praça Nossa Senhora da Guia, 103**  
**11960-000 - Eldorado - SP**  
**Fone/Fax (13) 3871-1877**  
**moabaxe@bol.com.br**

Eldorado, 21 de Dezembro de 2004.

**Dr. MARCOS LUIZ BARROSO BARROS**  
**PRESIDENTE DO IBAMA**  
**EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42**  
**AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604**  
**70800-900 - BRASÍLIA - DF.**

Fis.:	420
Proc.:	1172/04
Rubr.:	ja

Prezado Senhor,

O MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens, está encaminhando para o conhecimento de Vossa Senhoria, as assinaturas contra os projetos de construção das Hidrelétricas de **Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal**, no Rio Ribeira de Iguape, colhidas em Campinas - SP, onde aconteceu o **"Encontro de Exposição do Programa Comunidades Quilombolas"**. Esperamos que V. S. se posicione contra os projetos de Barragens no Rio Ribeira, em defesa do povo, da preservação do Meio Ambiente e da Cultura das Comunidades Tradicionais, Remanescentes de Quilombos, Caiçaras, Indígenas, etc.

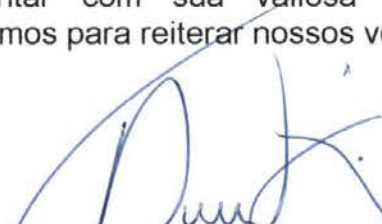
Temos a plena consciência de que os projetos de construção das Hidrelétricas, não trarão benefícios para a população e nem para o Meio Ambiente da Região.

Lutar contra as Barragens no Rio Ribeira é lutar em **defesa** da vida, da liberdade, da segurança, dos pobres e dos fracos, das crianças, da boa qualidade da água, da fixação do homem na terra, da agricultura familiar, da fartura de um povo que tem por vocação trabalhar na terra. O que nós precisamos é que o governo demarque e titule as terras dos Quilombolas, dos indígenas, invista na agricultura familiar, de condições para que os pequenos produtores possam melhorar sua produção e que tenha comercio para que seus produtos sejam comercializados, etc.

Portanto Senhor Presidente, dizem que as barragens vão trazer o desenvolvimento para região, queremos deixar claro que não somos contra o desenvolvimento, mais, para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo. Pedimos que VS. Indefira de uma vez por toda os projetos de barragens no Vale do Ribeira. Saiba que o povo é contra os projetos de barragens e o nosso grito é por: **"TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!"**.

Certo de poder contar com sua valiosa colaboração nesta luta, agradecemos antecipadamente e aproveitamos para reiterar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente



ANTONIO CARLOS NICOMEDES  
(Secretário do MOAB)

**Praça Nossa Senhora da Guia, 103**  
**11960-000 - Eldorado - SP**  
**Fone/Fax (13) 3871-1877**  
**moabaxe@bol.com.br**

ILMO. SR.  
 MARCOS LUIZ BARROSO BARROS  
 DD. PRESIDENTE DO IBAMA  
 EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42  
 AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604  
 70800-900 - BRASÍLIA - DF.

Fls.:	421
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4ee

Nós, reunidos no "**ENCONTRO DE EXPOSIÇÃO DO PRAGRAMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**", dias 15 e 16/12/2004, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, abaixo-assinados, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de **Tijuco Alto**, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, bem como, aos projetos das Barragens de **Itaóca, Funil e Batatal**, no Rio Ribeira de Iguape. Queremos que V. S. saiba que a população é contra a construção das Barragens porque suas conseqüências serão desastrosas para o Meio Ambiente e toda a população da Região.

**Somos contra a construção das Barragens**, porque, muitas famílias que serão atingidas direta ou indiretamente, nasceram, se criaram e vivem nesta terra, plantando para tirar o seu sustento e de suas famílias.

**Somos contra as Barragens**, porque sabemos que muitas famílias serão expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência, tendo que ir para a cidade, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subemprego ou de esmolas.

**Somos contra as Barragens**, porque, elas irão tirar nosso sossego em época de chuvas, pois, aumentam os riscos das enchentes.

**Somos contra as Barragens**, porque trarão doenças, violência, aumento de mosquitos, acaba com a natureza, com os peixes e com a cultura do nosso povo.

**Somos contra as Barragens**, porque destruirão muitas Comunidades tradicionais: Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, dizimando suas raízes, cultura, história e organização.

**Somos contra as barragens**, porque não acreditamos em promessas de políticos e empresários que dizem ser elas um desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

**Somos contra as barragens**, porque somos a favor da vida e não da morte do povo e do Meio Ambiente.

### NÃO QUEREMOS QUE A VIDA SEJA DESTRUIDA!

Os senhores prefeitos do Vale do Ribeira, dizem que as Barragens vão trazer desenvolvimento. Não somos contra o desenvolvimento, mas para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo.

**Somos contra as Barragens**, porque, é desumano deixar que o povo pague com a sua vida o preço do progresso de alguns.

Como pode prender um rio que sempre foi livre e pertence a todos, mas que com as barragens se tornará propriedade de uns poucos? Somos contra essa violência!

Com as barragens no Rio Ribeira de Iguape, o Meio Ambiente será duramente castigado e suas águas lentamente morrerão, como aconteceu com outros rios. Embora os prefeitos do Vale sejam favoráveis a construção das Barragens, o grito do povo ameaçado continua sendo por **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	DOCUMENTO	MUNICÍPIO	UF
Ora Paula Belon Lima	RG: 3315416875	Campinas	SP
Luciana A. Pinto	09540059-8	"	"
Anselmo F. Riquente	26218244-0	Campinas	SP
Marcio H. C. Lopes S. Santos	20186374-3	Campinas	SP
Vicente Inaile Neto	43200482-2	Jumare	SP
ALEXANDRE MONTEIRO SOUZA	20142198-7	Campinas	SP
AUGUSTO CESAR SANCHEZ	25550764-1	"	SP
Gustavo Marques Tavares	2233608	Brasília	DF
Fernando Augusto Gomes	33626078-7	Mogi das Cruzes	SP
Carlos Leivo	3708375-7	Campinas	SP
Marcos Watanabe	32752508-3	Campinas	SP



NOME COMPLETO	DOCUMENTO	MUNICÍPIO	
Maira Alves Constantino	44053655-8	Campinas	
Milili Carvalho de Oliveira	887939	Campinas	SP
Alexandra D.F.S. Kim	007939	Campinas	SP
Letícia Cardoso de Paula	30.620.810-4	Campinas	SP
Murillo Azeiteiro Antunes	27.514.415-4	Campinas	SP
Cristina M.O. eá	010140	Campinas	SP
Rafael Campos	3000103	Campinas	SP
Roberta Karnei Rodrigues	11.156.732	Belo Horizonte	MG
Vitor Garcia	25.858.518-3	Campinas	SP
Karla Danielle Santos da Silva	25.692.914-4	Campinas	SP
Guilherme Roberto de Santa Ana	42.652.398-2	São Paulo	SP
Flávio Aramber da Sampaio	47.163.870-6	Campinas	SP
Mário César Sampaio Felício	32.817.024-0	Campinas	SP
José do Rosário Duarte Filho	18732.189-9	Campinas	SP
Natalia Fattou	41811435-5	Natalia Fattou	SP
FERNANDA LOMES DE MELLO	MG.11826-700	Campinas	SP
Isabel Hamami Sakagawa Becker	43601860-3	Campinas	SP
MARCILO S. MARTINI	30552605-4	Campinas	SP
Stephan Marques Junior	34.815.402-1	São Paulo	SP
Márcio de Oliveira	32.953.959-0	Campinas	SP
Christian R. Myraka	35159-552-2	Campinas	SP
Karoliana dos Reis	1910188	Campinas	SP
Thiagu Prado de Oliveira	29280703x	Campinas	SP
Vinícius Ruela Briceno	440191919	Campinas	SP
Viviane Silva gonide	MG-10.544.608	Campinas	SP
Francois Jose Miguel	17.242.286	Campinas	SP
Lucileia Alves Moreira	26604333-1	Campinas	SP
Marta Bastos	20446989-2	Valinhos - SP	
EDUARDO TARGINE CAPELA	32831264-2	CAMPINAS	SP
Stênio de Moraes Prado	30603763-2	CAMPINAS	SP
Felipe Rios	30105259-9	Campinas	SP
Victor Oscar M. Claro	32274474-7	Campinas	SP
ANTÔNIO HENRIQUE A. PINHEIRO	43798263-4	CAMPINAS	SP
Ruiz Santiago Mologoz Leme	44858684-8	S.P	SP
Carlos Vinícius C. de Souza	4432177-5SP60	Campinas	SP
Grizile Luiza A. Bonetto	55358603-1	Campinas	SP
Bertrando de Souza	7662.317-8	Campinas	
MAURICIO A. SILVA	9.183.158	CAMPINAS	SP



ILMO. SR.  
 MARCOS LUIZ BARROSO BARROS  
 DD. PRESIDENTE DO IBAMA  
 EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42  
 AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604  
 70800-900 - BRASÍLIA - DF.

Fls.:	424
Proc.:	1732/04
Rubr.:	Je

Nós, reunidos no "ENCONTRO DE EXPOSIÇÃO DO PRAGRAMA COMUNIDADE QUILOMBOLA", dias 15 e 16/12/2004, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, abaixo-assinados, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de **Tijuco Alto**, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, bem como, aos projetos das Barragens de **Itaóca, Funil e Batatal**, no Rio Ribeira de Iguape. Queremos que V. S. saiba que a população é contra a construção das Barragens porque suas conseqüências serão desastrosas para o Meio Ambiente e toda a população da Região.

**Somos contra a construção das Barragens**, porque, muitas famílias que serão atingidas direta ou indiretamente, nasceram, se criaram e vivem nesta terra, plantando para tirar o seu sustento e de suas famílias.

**Somos contra as Barragens**, porque sabemos que muitas famílias serão expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência, tendo que ir para a cidade, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subemprego ou de esmolas.

**Somos contra as Barragens**, porque, elas irão tirar nosso sossego em época de chuvas, pois, aumentam os riscos das enchentes.

**Somos contra as Barragens**, porque trarão doenças, violência, aumento de mosquitos, acaba com a natureza, com os peixes e com a cultura do nosso povo.

**Somos contra as Barragens**, porque destruirão muitas Comunidades tradicionais: Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, dizimando suas raízes, cultura, história e organização.

**Somos contra as barragens**, porque não acreditamos em promessas de políticos e empresários que dizem ser elas um desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

**Somos contra as barragens**, porque somos a favor da vida e não da morte do povo e do Meio Ambiente.

#### NÃO QUEREMOS QUE A VIDA SEJA DESTRUÍDA!

Os senhores prefeitos do Vale do Ribeira, dizem que as Barragens vão trazer desenvolvimento. Não somos contra o desenvolvimento, mas para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo.

**Somos contra as Barragens**, porque, é desumano deixar que o povo pague com a sua vida o preço do progresso de alguns.

Como pode prender um rio que sempre foi livre e pertence a todos, mas que com as barragens se tornará propriedade de uns poucos? Somos contra essa violência!

Com as barragens no Rio Ribeira de Iguape, o Meio Ambiente será duramente castigado e suas águas lentamente morrerão, como aconteceu com outros rios. Embora os prefeitos do Vale sejam favoráveis a construção das Barragens, o grito do povo ameaçado continua sendo por **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	DOCUMENTO	MUNICÍPIO	UF
Natalia Almeida Buchwitz	27881791-9	Campinas	SP
Poliana Signorette	22557418-4	Campinas	SP
Mariana Lima	11620751-6	Campinas	SP
Guilherme F. B. Vieira	M-8-787-166	Campinas	SP
Terry Disaels Pavaon	28921547-X	Campinas	SP
Natalia Gabriela Odumiro	329554402	Campinas	SP
Kandyê Medina	41081889-3	ATIBAIA	SP
PAULO ROBERTO SAISON	30028594-3	CAMPINAS	SP
JOSE ROBERTO MENDES	16567996	Campinas	SP
Bruno S. MARTIN	33702265-X	CAMPINAS	SP
Daniel Augusto Pereira	4171193	Campinas	SP

Fis.: 425  
 Proc.: 172/04  
 UF: SP  
 Rubr.: SP

NOME COMPLETO	DOCUMENTO	MUNICÍPIO	
Suen Endo	33763720-9	Campinar	
LOURNEO OCAIMICA	V1386671	Campinas	SP
Alexandra Eugenia Araújo	6833718	Campinas	SP
Lygia A. Marques	30620190-2	São Paulo	SP
FRANCISCO D. DUDADE	93959398-2	CAMPINAS	SP
Rafael Antognelli	41995486-7	Campinas	SP
Ignacio Gonçalves dos Santos	42538436-6	Sumari	SP
Sermone Soprani Covani	35.371.586.4	Itatiba	SP
Osile Alves Nunes	44.053.238-3	Itatiba	SP
Júlia Carolanh. Porto	44030346-1	Piracoba	SP
Leonardo de Oliveira Melo	32303871-2	Osasco	SP
Gino Copolnanes	7473329	Ju	SP
Flora Sbrana Alves Souza	30401993-8	Campinas	SP
Cléia Pasutti de Oliveira	44116530-8	S. J. Rio Preto	SP
Valdir Antônio de Souza Jr	1704235	Brasília	DF
Wing L. Duarte Mays	30986192-5	CAMPINAS	SP
Roberto Figueira	13.402.787-9	Jey	PE
LUIZ ANTONIO GASPARIN	15425351		TA
JUAREZ CANDIDO	15658291		
EDUARDO TARGINE CAPELA	32831.264-2	Eduardo Targine Capela	SP
Osório Augusto Moura Prado	30603163-2	Osório A. Moura Prado	SP
Jana V. Carajiljancan	33587511-2	Santo André	SP
Roberto L. Conte Vacelli	MF165681	Merlândia	MG
Emerson Carneiro Porciani	2616.802.042	Campinas	SP
Francisco Antunes Caminati	3φ.φ69.φ5φ-2	CAMPINAS	SP
Carlos Tavares Nemat	25.7064886	Campinas	SP
Shirley Huser	695824	Campinas	SP
maria huser	51218455110	Fribuna	RO
Rubens Camargo	33461296-2		
Daniel Metancos C. Hallack	13772723	Campinas	SP
Melissa Santos Molina Lopes	9996502	Pocos de Caldas	MG
Fabio De Rose Ghilardi	336079497	São Paulo	SP
Caio Marcel R. Zuppato	44.234.884-8	Campinas	SP
Micheli Sathiane Kajacaj	34551.196.7	Campinas	SP
Esther Barboza de Sousa	29345983-4	Campinas	SP
Guilherme	37315536-0	U	
Stefano Zuccone	7653380	Pocos de Caldas	MG
André Alves	30674.306-1	Itatiba	SP



ILMO. SR.  
MARCOS LUIZ BARROSO BARROS  
PRESIDENTE DO IBAMA  
EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42  
AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604  
70800-900 - BRASÍLIA - DF.

Fis.:	427
Proc.:	1172/09
Rubr.:	ja

Nós, do **Quilombo de Pilões**, Município de Iporanga - SP, abaixo-assinados, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, bem como, aos projetos das Barragens de Itaóca, Funil e Batatal, no Rio Ribeira de Iguape. Queremos que Vossa Excelência saiba que a população é contra a construção das Barragens porque suas conseqüências serão desastrosas para o Meio Ambiente e toda a população da Região.

**Somos contra a construção das Barragens**, porque, muitas famílias que serão atingidas direta ou indiretamente, nasceram, se criaram e vivem nesta terra, plantando para tirar o seu sustento e de suas famílias.

**Somos contra as Barragens**, porque sabemos que muitas famílias serão expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência, tendo que ir para a cidade, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subemprego ou de esmolas.

**Somos contra as Barragens**, porque, elas irão tirar nosso sossego em época de chuvas, pois, aumentam os riscos das enchentes.

**Somos contra Barragens**, porque trarão doenças, violência, aumento de mosquitos, acaba com a natureza, com os peixes e com a cultura do nosso povo.

**Somos contra Barragens**, porque destruirão muitas Comunidades tradicionais: Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, dizimando suas raízes, cultura, história e organização.

**Somos contra barragens**, porque não acreditamos em promessas de políticos e empresários que dizem ser elas um desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

**Somos contra as barragens**, porque somos a favor da vida e não da morte do povo e do Meio Ambiente.

### **NÃO QUEREMOS QUE A VIDA SEJA DESTRUÍDA!**

Os senhores prefeitos do Vale do Ribeira, dizem que as Barragens vão trazer desenvolvimento. Não somos contra o desenvolvimento, mas para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo.

**Somos contra as Barragens**, porque é desumano deixar que o povo pague com a sua vida o preço do progresso de alguns.

Como pode prender um rio que sempre foi livre e pertence a todos, mas que com as barragens se tornará propriedade de uns poucos? Somos contra essa violência!

Com as barragens no Rio Ribeira de Iguape, o Meio Ambiente será duramente castigado e suas águas lentamente morrerão, como aconteceu com outros rios. Embora os prefeitos do Vale sejam favoráveis a construção das Barragens, o grito do povo ameaçado continua sendo por **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME	DOCUMENTO
Pedro Rodrigues da Cunha	5.045.551
Inacio Dias de Costa	21.920.633
Alfredo Rodrigues da Cunha Neto	42.435.512 - f
Napolitano de Oliveira	11.945.244
ADAILSON A.P. Rocha	42.435.524.3
João Pedro Filho	27.220.490 -- 9
José Pedroso Rocha	21.920.698
Amilton Moreira Rocha	42.435.520-6

Fis.: 428  
 Proc.: 1972/04  
 Rubr.: 18

NOME	DOCUMENTO
Pedro José de Moura	30.720.989
Tereza Rodrigues de Paula	36.980.171-4
Fabiane de S. Mota.	
João Guiseppe Rodrigues Paes	19.931.669
Cristina Pereira	34.066.954-5
Oclarico de Almeida	22.96354504-23
ANTONIO BELARMINO DE OLIVEIRA	26.410.379-8
Nivaldo Morato da Costa	35.419.293-0
Cyparocida Dias da Costa	28.178.564-8
Benedets Jera da Costa	28.950.790-X
Ana vitaina de morais	20.831.968.
Tereza Consolida da Cruz	16.258.519
Estela Oliveira de Almeida Cruz	29.490.999-0
João André da Costa	42.435.516-4
Felipe Dias Pereira	26.950.218-X
Ana da Silva Almeida	36.693.209-3
Gemma Silva da Costa	36.880-757X
Vicente Rodrigues da Cruz	21.920.647
Lucinda da Costa	
Edete Rocha de Almeida	229636720116.
Nardor Pereira	94186001-16
STAVIO Padroso de Almeida	
Rosa Pereira da Cunha	
Valdemar Ursulino da Costa	28.135.605-1
Carlite Dias da Costa	28.288.840-8
Eliana Dias da Costa	25.186.25-7
Benedito Luiz Dias da Costa	42.435.527-9
Levir Ursulino da Costa.	35.854585-4
Antonio Morato da Costa	2635.854331-9
Rosari da Costa	
Generosa da Costa	

ILMO. SR.

MARCOS LUIZ BARROSO BARROS  
PRESIDENTE DO IBAMA  
EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42  
AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604  
70800-900 - BRASÍLIA - DF.

Fis.:	429
Proc.:	1172/04
Rubr.:	gpe

Nós, do **Quilombo de Mandira**, Município de Cananéia - SP, abaixo-assinados, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, bem como, aos projetos das Barragens de Itaóca, Funil e Batatal, no Rio Ribeira de Iguape. Queremos que Vossa Excelência saiba que a população é contra a construção das Barragens porque suas conseqüências serão desastrosas para o Meio Ambiente e toda a população da Região.

**Somos contra a construção das Barragens**, porque, muitas famílias que serão atingidas direta ou indiretamente, nasceram, se criaram e vivem nesta terra, plantando para tirar o seu sustento e de suas famílias.

**Somos contra as Barragens**, porque sabemos que muitas famílias serão expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência, tendo que ir para a cidade, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subemprego ou de esmolas.

**Somos contra as Barragens**, porque, elas irão tirar nosso sossego em época de chuvas, pois, aumentam os riscos das enchentes.

**Somos contra Barragens**, porque trarão doenças, violência, aumento de mosquitos, acaba com a natureza, com os peixes e com a cultura do nosso povo.

**Somos contra Barragens**, porque destruirão muitas Comunidades tradicionais: Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, dizimando suas raízes, cultura, história e organização.

**Somos contra barragens**, porque não acreditamos em promessas de políticos e empresários que dizem ser elas um desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

**Somos contra as barragens**, porque somos a favor da vida e não da morte do povo e do Meio Ambiente.

### NÃO QUEREMOS QUE A VIDA SEJA DESTRUÍDA!

Os senhores prefeitos do Vale do Ribeira, dizem que as Barragens vão trazer desenvolvimento. Não somos contra o desenvolvimento, mas para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo.

**Somos contra as Barragens**, porque é desumano deixar que o povo pague com a sua vida o preço do progresso de alguns.

Como pode prender um rio que sempre foi livre e pertence a todos, mas que com as barragens se tornará propriedade de uns poucos? Somos contra essa violência!

Com as barragens no Rio Ribeira de Iguape, o Meio Ambiente será duramente castigado e suas águas lentamente morrerão, como aconteceu com outros rios. Embora os prefeitos do Vale sejam favoráveis a construção das Barragens, o grito do povo ameaçado continua sendo por **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME	DOCUMENTO
EDUARDO MATEUS	22-255-177
Adriana Cunha Mandira	35.420.287-X
Marta Mateus de A. Cunha	35-120.530-1
Silvina Mateus de Castro Cunha	35.420.284-7
Passion Cunha	22255274
Olga Mateus de Castro	28-326-038-5
Imaculada M. de Castro	29.927.429-8
Berri Cunha Teixeira	36.104.648-0
Angela Maria Cunha Teixeira	



Fls.: 430  
 Proc.: 1172/04  
 Rubr.: fle

NOME	DOCUMENTO
Francisco de Sales Coutinho	16.883.376
Ronaldo Coutinho	40.189.302-9
Sidnei Coutinho	40.189.260-8
Irene O. Mandira Coutinho	34.843.239-2
NILZO Coutinho	16.883.443
Simone Quixina Coutinho	44.622.963-0
Idmizet S. Coutinho	40.189.443-5
Catarina M. O. Coutinho	32.710.824-1
Marina Rosa dos Santos Coutinho	36.167.638-4
Zenésio Coutinho	27.736.757-8
Carlos Coutinho	20.325.654
Luciana Coutinho	23-279-3
João Teixeira	23-279-5
Tomás Teixeira	42.568.449-0
Luiz Antônio Coutinho	40.189.293-1
Roseli S. O. Coutinho	42.568.395-3
Inácio Coutinho	40.189.452-6
FRANCISCO DE S. COUTINHO JR.	44.622.557-7
Edineia Mandira Teixeira	40.189-439-3
Danda Mandira Teixeira	48.228.215-0
EDSON MANDIRA TEIXEIRA	46.888.508-0
LIS MATEUS MANDIRA	27.736.756-6
CLAUDIMARA BENTINHO RIBEIRO	40.189.448-4
Satiani Mandira Ribeiro	40.189.447-2
Eulene B Ribeiro	47.179.620-7
Maria Durvalina Mandira	36.025.899-2
Anderson Mandira de Oliveira	48.231.612-3
Josimara Mandira de Oliveira	40.189.446-0
Antônio Mandira de Oliveira	40.189.441-1
Priscila Mandira de Oliveira	40.189.445-9
José Martins de Oliveira	16.479.308
Felício Teixeira	22-254.117
Maria Rute Mandira	36.025.897-9
Elisabete Maria Mandira Teixeira	47.733.509-3
Maria Elizinda Mandira Ribeiro	36.167.984-X
Patrícia Ribeiro Mandira	36.360.664-9
Orlando Mandira	16.883.377
Frederico Mandira	12.183.579.



**ILMO. SR.  
MARCOS LUIZ BARROSO BARROS  
PRESIDENTE DO IBAMA  
EDIFÍCIO SEDE IBAMA, SAIN 42  
AV. L4 BLOCO C NORTE, QUADRA 604  
70800-900 - BRASÍLIA - DF.**

Fls.:	432
Proc.:	1772/04
Rubr.:	ple

Nós, reunidos na "8ª Romaria da Terra e das Águas", na Cidade de Registro, Estado de São Paulo, abaixo-assinados, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, bem como, aos projetos das Barragens de Itaóca, Funil e Batatal, no Rio Ribeira de Iguape. Queremos que Vossa Excelência saiba que a população é contra a construção das Barragens porque suas conseqüências serão desastrosas para o Meio Ambiente e toda a população da Região.

**Somos contra a construção das Barragens**, porque, muitas famílias que serão atingidas direta ou indiretamente, nasceram, se criaram e vivem nesta terra, plantando para tirar o seu sustento e de suas famílias.

**Somos contra as Barragens**, porque sabemos que muitas famílias serão expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência, tendo que ir para a cidade, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subemprego ou de esmolas.

**Somos contra as Barragens**, porque, elas irão tirar nosso sossego em época de chuvas, pois, aumentam os riscos das enchentes.

**Somos contra as Barragens**, porque trarão doenças, violência, aumento de mosquitos, acaba com a natureza, com os peixes e com a cultura do nosso povo.

**Somos contra as Barragens**, porque destruirão muitas Comunidades tradicionais: Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, dizimando suas raízes, cultura, história e organização.

**Somos contra as barragens**, porque não acreditamos em promessas de políticos e empresários que dizem ser elas um desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

**Somos contra as barragens**, porque somos a favor da vida e não da morte do povo e do Meio Ambiente.

### **NÃO QUEREMOS QUE A VIDA SEJA DESTRUÍDA!**

Os senhores prefeitos do Vale do Ribeira, dizem que as Barragens vão trazer desenvolvimento. Não somos contra o desenvolvimento, mas para quem será este desenvolvimento? Quem serão os beneficiados? Certamente não será o povo.

**Somos contra as Barragens**, porque é desumano deixar que o povo pague com a sua vida o preço do progresso de alguns.

Como pode prender um rio que sempre foi livre e pertence a todos, mas que com as barragens se tornará propriedade de uns poucos? Somos contra essa violência!

Com as barragens no Rio Ribeira de Iguape, o Meio Ambiente será duramente castigado e suas águas lentamente morrerão, como aconteceu com outros rios. Embora os prefeitos do Vale sejam favoráveis a construção das Barragens, o grito do povo ameaçado continua sendo por **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	DOCUMENTO	MUNICÍPIO	UF
Athelton Luiz da Silva	41.217.482-0	Eldorado	SP
Karen Caroline Alves	41.215.876-0	Eldorado	SP
Silvia Pereira Rodrigues	11.633.633-5	Assis	SP
MARIA DO CARMO Sales	1.865.000	REGISTRO	SP
Edwin Dias Beniche	32.561.666-8	Soranga	SP
Ronaldo Fungaim de Andrade	36.638.797-0	Soranga	SP
Ernanud Alves da Silva	40.381034-6	Batatal	SP
Orlando de Almeida Alves	16.770.504-4	Palmital	SP
Quilherme da Serrera	19-159.79-1	Registro	SP
Benedicto martins junior	41.832.549-2	BARRAGEM-ACU	SP
Felipe Silva Aquilino	28990348	São Paulo	SP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fls.:	433
Proc.:	1172/04
Rubr.:	geo

**Ofício nº 022/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Brasília, 13 de janeiro de 2005.

A Sua Senhoria, o Senhor  
**ANTÔNIO CARLOS NICOMEDES**  
MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens  
Praça Nossa Senhora da Guia, 103 – 5º andar  
11960-000 Eldorado – SP – TEL: (013) 3871.1877

**Assunto:** UHE Tijuco Alto.

Senhor Coordenador,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto, encaminhado, para conhecimento, o Termo de Referência preparado pelo IBAMA, que norteará a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/EIA e do Relatório de Impacto Ambiental/RIMA do empreendimento.

Atenciosamente,

**Jorge Luiz Brito Cunha Reis**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental  
Substituto

DRC/122/05

São Paulo, 02 de fevereiro de 2005.

Ao  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-  
IBAMA.  
Sain Av. L4 Norte – Edif. Sede do Ibama  
Brasília - DF

**At.: Sr. Luiz Felipe Kunz Jr.**  
**Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental**

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58

Prezado Senhor:

Nos termos do Art. 2º da Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003, o abaixo assinado, na qualidade de procurador da Companhia Brasileira de Alumínio-CBA, nos termos da procuração constante no processo administrativo IBAMA, vem requerer vistas ao referido processo. Solicita que se possam extrair cópias xerográficas de partes do referido processo, seguindo, para tanto as praxes do IBAMA, arcando com despesas incorridas no fornecimento das mesmas.

Pedimos ainda a gentileza de que se proceda, mediante ofício do IBAMA, um convite para que a SMA/SP e o IAP/PR procedam vistoria na região do empreendimento, considerando, principalmente o tempo decorrido desde as últimas inspeções que esses órgãos procederam na região e considerando a oitiva a ser dada a esses órgãos no transcurso do atual licenciamento ambiental.

Caso assim seja deliberado, indicamos os destinatários do ofício do IBAMA:

- SMA/SP- Engº João Antonio Fuzaro- DD.Coordenador da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais-SMA/CPRN.

Av. Frederico Hermman Junior nº 345 Prédio 1, 6º andar- cep 05459-900-  
Pinheiros- São Paulo- SP

- IAP/PR- Sociól. Noeme Moreira de Oliveira- DD. Diretora de Licenciamento Ambiental Estratégico-IAP

R. Engenheiro Rebouças nº 1206- cep 80215-100- Curitiba- PR

Atenciosamente.

  
Engº José Ayres de Campos  
Diretor

RC/cpcp

PROTOCOLO

DILIQ/IBAMA

Nº 948

DATA: 02/02/05

RECEBIDO:



*José Ayres de Campos*  
*Em 02/02/05*  
*Paulista*

MA136/0147/003/2005

Fis.:	435
Proc.:	1172/04
Rub.:	fel

**CNEC**

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA

Nº 1238

DATA: 14/02/05

RECEBIDO:



São Paulo, 03 de fevereiro de 2005.

Ao Senhor:

Luiz Felipe Kunz Jr.

Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

Referência Processo 02001.1172-2004-58

Senhor Coordenador,

Em aditamento ao ofício CNEC DRC/122/05, de 02 de fevereiro de 2005, protocolado no IBAMA na mesma data, vimos sugerir datas da realização da vistoria conjunta com os Estados, que poderia acontecer na semana de 14 a 19 de março do corrente ano.

Considerando que as campanhas de campo para o novo EIA/RIMA, encontram-se em estado adiantado de desenvolvimento, solicitamos que no dia 14 de março, seja feita em São Paulo, na sede do CNEC, uma explanação aos técnicos do IBAMA envolvendo a concepção geral dos novos estudos, readequação do projeto de engenharia, primeiros resultados das campanhas de campo e a metodologia de impactos cumulativos e sinérgicos.

Informamos que no dia 02 de fevereiro entregamos aos técnicos IBAMA, o Boletim Informativo nº 2, dos Estudos Ambientais, bem como cópia em DVD da reunião pública realizada no Município de Cerro Azul.

Em anexo, segue a lista de presença da referida reunião pública, para que seja também anexada ao processo de licenciamento.

Atenciosamente,



**Ronaldo Luís Crusco**

**Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto**

Ao Sr. Ray,  
3/CONHECIMENTO.  
em 15.02.05

  
**Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo**  
Coordenador de Licenciamento  
COLIC/CGLIC/DILIQ

CNEC Engenharia S.A.  
Rua Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100 - Bloco A - 4º andar  
04726-170 São Paulo SP Brasil  
Fone 011 5696-8600 Fax 011 5696-8686

A COLIC -  
Marcus Vinicius  
em 14/02/05  
Gaudin

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
João A. Brasil da S.	Cerro Azul	João A. Brasil da S.
Journal Domingos M. e Costa	Cerro Azul	Maria Rosa Domingos
João Carlos da Rocha	Cerro Azul	João Carlos da Rocha
Elain Z. de Rocha	CERRO AZUL	Elain Z. de Rocha
Jell Lagrangy	cerro azul	Jell Lagrangy
Ima, Dantas	Cerro Azul	Ima Dantas
Janete M. L. Lacerda	Cerro Azul	Janete M. L. Lacerda
Antônio J. da Rosa	Cerro azul	Antônio J. da Rosa
Juliano J. da Rosa	Cerro Azul	Juliano J. da Rosa
Osni A. Souza	Cerro Azul	Osni A. Souza
Waldo Branco	Cerro Azul	Waldo Branco
João Augusto de S.	Cerro Azul	João Augusto de S.
João de Deus Chaves	Cerro Azul	João de Deus Chaves
Waldemar Screm	Cerro azul	Waldemar Screm
CARLOS A. CHANDEMER	cerro azul	Carlos A. Chandemer
Sindelmi da G.S. Silva	Cerro Azul	Sindelmi da G.S. Silva
Jaime V. de S. Chaves	Cerro Azul	Jaime V. de S. Chaves
Cláudio de Silva	Cerro Azul	Cláudio de Silva
João Atiliano Screm	Cerro azul	João Atiliano Screm
Carlos Romar	Cerro Azul	Carlos Romar
Blair de S. J. Silva	Cerro Azul	Blair de S. J. Silva
Leoni Deslandes	Cerro Azul - PR	Leoni Deslandes
Adriana de Carmo B. de S.	Cerro azul	Adriana de Carmo B. de S.
Sindair Casag. Platner	contor. Nellys	Sindair Casag. Platner
Edson A. FRANZEN	Cerro Azul	Edson A. Franzen
Dr. Antonio H. H. de S.	Cerro Azul	Dr. Antonio H. H. de S.
Adilson Roberto A. de S.	Cerro Azul	Adilson Roberto A. de S.
Marta Augusta	C. Azul	Marta Augusta
Edmundo Carneiro	Cerro Azul	Edmundo Carneiro
Elenor dos Anjos	Cerro Azul	Elenor dos Anjos
Paulo Cesar Medeiros	CERH/PR - Curitiba	Paulo Cesar Medeiros
Eleutéria Langowski	APROMAC (CEM/PR - Curitiba)	Eleutéria Langowski
Sandra Maria Cordina	Cerro Azul	Sandra Maria Cordina
Waldemir de S. J. Silva	Cerro Azul	Waldemir de S. J. Silva
Luiz C. B. Silva	CERRO AZUL	Luiz C. B. Silva
Yvonne C. Marche	Cerro Azul	Yvonne C. Marche
Adriana de Carmo B. de S.	Cerro Azul	Adriana de Carmo B. de S.
Andréia Ap. Marche	Cerro Azul	Andréia Ap. Marche

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

Fls.: 437  
 Proc.: 1772/04  
 Rubr.: fe

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Osvaldo Andolfato	Cerro Azul	Osvaldo Andolfato
ZIL MAMENTE IRAS	CERRO AZUL	Zil Mamente Iras
Elis do Carmo	CERRO AZUL	Elis do Carmo
Adilson do Carmo Santiago	CERRO AZUL	Adilson do Carmo Santiago
Ana Cristina P Costa	Paulo	Ana Cristina P Costa
Augusto Bentão das Santo	Mate Preto	Augusto Bentão das Santo
Elcio Edson Soremin	Ribeirão Branco	Elcio Soremin
Leandro do Abelo	Cerro Azul	Leandro do Abelo
Anair Esim Carneiro	Cerro Azul	Anair Esim Carneiro
Adin dos Santos	Cerro Azul	Adin dos Santos
José Angela Mattin	Calamito	José Angela Mattin
Flávia S. Alves	RIBEIRA	Flávia S. Alves
MOARA M. OLIVEIRA	BRASIL IIRAMUS	Moara M. Oliveira
ADRIEL DONA G. MOURA	CERRO AZUL	Adriela Moura
Célio Faria de Souza	CERRO AZUL	Célio Faria de Souza
Luiz A. J. de Jesus	Cerro Azul	Luiz A. J. de Jesus
Douglas Ovídio	C. Azul	Douglas Ovídio
Rafaela Rodrigues	(Sua)	Rafaela Rodrigues
Ysabel dos Santos	C. Azul	Ysabel dos Santos
Adriana Bastel Tule	C. Azul	Adriana Bastel Tule
Regina Bastel	C. Azul	Regina Bastel
DARCY NUNES	CERRO AZUL	Darcy Nunes
ADRIEL I. DE FARIAS	CERRO AZUL	Adriela Farias
Christiane T. do A. M. Costa	Cerro Azul	Christiane T. do A. M. Costa
Marcelo Luiz de	D. C. M.	Marcelo Luiz de
ESERQUEL BASTEL	CERRO AZUL	Esquerel Bastel
Elisandro G. Donat	Cerro Azul	Elisandro G. Donat
Paulo Roberto	Cerro Azul	Paulo Roberto
Márcia Santa Olívia	Cerro Azul	Márcia Santa Olívia
Paulo C. de Souza	Cerro Azul	Paulo C. de Souza
Apresentador O. C. Brasil	Cerro Azul	Apresentador O. C. Brasil
Cherise Christiano Siqueira	Cerro Azul	Cherise Christiano Siqueira
FAMILIAR AVÓCATA	C. Azul	FAMILIAR AVÓCATA
Apresentador O. C.	C. Azul - PR	Apresentador O. C.
Francis Vilela Gonçalves	Cerro Azul	Francis Vilela Gonçalves
Christiane de S. M. de S. Siqueira	Cerro Azul	Christiane de S. M. de S. Siqueira
Paulo Sérgio Bastel	Cerro Azul	Paulo Sérgio Bastel



REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Maria dos A. J. Andolfi	Cerro Azul	M.A.
Thayane C.A. Zech	Cerro Azul	Thayane C.A. Zech
Deuzel dos Santos	Cerro Azul	Deuzel Santos
João Francisco Rode		
Charlene M. Scheleper	Cerro Azul	Charlene
Maria A. D. Brighetti	Cerro Azul	Charlene CBA.
Edelquel dos Miquel Stos	Adrianópolis	Edelquel
Ulaclari		
Wesley dos Reis	Cerro Azul	Wesley dos Reis
João Evangelista Farias	Cerro Azul	Wesley dos Reis
João	Cerro Azul	Wesley dos Reis
Estiva Vinicius Zelo	Cerro Azul	Sobrinho Vinicius Zelo
João Paulo Moura	Cerro Azul	João Paulo Moura
Roberto dos Santos	Cerro Azul	Roberto dos Santos
Silvio O. Agostini	Cerro Azul	Silvio O. Agostini
João Paulo Fogaça		
Vicente da Moura	Cerro Azul	Vicente da Moura
Adriano Roberto de Abreu	Cerro Azul	Adriano Roberto de Abreu
João Paulo dos Santos	Ribeira	João Paulo dos Santos
Silvan Maria M. Lima	Monte - DE IRAMA	Silvan Maria M. Lima
André Luiz de M. Costa	CERRO AZUL	André Luiz de M. Costa
Sônia M. Spencer	J. Azul.	Sônia M. Spencer
Maria Selite Mogari	J. Azul.	Maria Selite Mogari
João Carlos de	Doutor Wlydes	João Carlos de
Maria Alves da Silva	Cerro Azul	Maria Alves da Silva
Jonas Leal Guine	Cerro Azul	Jonas Leal Guine
Valmiquida Guine	Cerro Azul	Valmiquida Guine
Daniel de Aragonca	Cerro Azul	Daniel de Aragonca
Marquim Vals. Magimot	Cerro Azul	Marquim Vals. Magimot
Anderson J. Costa	Cerro Azul	Anderson J. Costa
Pomilga de Jesus	Cerro Azul	Pomilga de Jesus
Aechu Rosa	Cerro Azul	Aechu Rosa
João A. Faria	Cerro Azul	João A. Faria
Luiza Jesus de Moura e Costa	Cerro Azul Curitiba	Luiza Jesus de Moura e Costa
Cláudio Fortes Melo	Cerro Azul	Cláudio Fortes Melo
Beatriz Ap. dos Santos	Cerro Azul	Beatriz Ap. dos Santos
Roberto D. Novo C.	Cerro Azul	Roberto D. Novo C.
Adalberto Miguel	CERRO AZUL	Adalberto Miguel

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Sebastião de Freitas Sabino	Cerro Azul	Sabino
Imeldo Adriano do Santos	Cerro Azul	Imeldo Adriano
Edson Luciano	Cerro Azul	Edson Luciano
Guilherme Santana	Cerro Azul	Guilherme Santana
Antônio do Carmo Brasil	Cerro Azul	Antônio do Carmo Brasil
JULIO CESAR LEANDRO	CERRO AZUL	Julio Cesar Leandros
Josiel B. Rond	CERRO AZUL	Josiel B. Rond
Sergio Roberto Xavier	Cuituba	Sergio
JOÃO DIUBURZII SOCHER	CERRO AZUL	Josocher
ARDINAL S G ALVES	CERRO AZUL	ARDINAL S G ALVES
Adelina J. Simioni	Cerro Azul	Adelina J. Simioni
Orlando Simioni	Cerro Azul	Orlando Simioni
Alton Plata	Cerro Azul	Alton Plata
Paul Henrique M.L. Roe	Cerro Azul	Paul Henrique
Edsondo V. Blatni	Cerro Azul	Edsondo V. Blatni
Giulio Tele	Cerro Azul	Giulio Tele
Yasé Orlando de Azevedo	Cerro Azul	Yasé Orlando de Azevedo
Atarés O. Rodrigues	Cerro Azul	Atarés O. Rodrigues
Adriano do Carmo m. Costa	Cerro Azul	Adriano do Carmo
Junior Leal Busine	Cerro Azul	Junior Leal Busine
Theresita de Azevedo Rosa	V. Uli Sses	Theresita de Azevedo Rosa
MARCOS DA COSTA ROSA	C. AZUL	MARCOS DA COSTA ROSA
Camil Paulo U. S. Urbano	C. AZUL	Camil Paulo U. S. Urbano
Eudes G. OLIVEIRA JR	C. AZUL	Eudes G. OLIVEIRA JR
Odair Scrami	C. AZUL	Odair Scrami
Paulo Adriano Scrami	C. Azul	Paulo Adriano Scrami
Carlos F. J. J. J.	Cerro Azul	Carlos F. J. J. J.
Benedicto de Araujo	Cerro Azul	Benedicto de Araujo
Alfonso S. F. S.	Cerro Azul	Alfonso S. F. S.
Carlos A. D. L. L.	Ant. da S. Cia. C.A.	Carlos A. D. L. L.
Givanildo de U. Mauick	CROA	Givanildo de U. Mauick
Valdemir S. Fortin	C. AZUL	Valdemir S. Fortin
José M. Andrade	Cerro Azul	José M. Andrade
Jacqueline André	Cerro Azul	Jacqueline André
André de A. A. A.	Cerro Azul	André de A. A. A.

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
<del>Carneiro B. B. B. B.</del>	DR. DIAMANTIS	<del>[Signature]</del>
Dulce C. de Paula Fernandes	Cerro Azul	[Signature]
AMAR TAVARES	C. Azul	[Signature]
Elio Costa	Cerro Azul	Elio Costa
Samira Flores Blatner	Cerro Azul	Blatner
Rafael Salipe Flores Blatner	Cerro Azul	Rafael F. Blatner
Janara Maria Biatoni	Cerro Azul	[Signature]
Ruiilson do C. MATEO	Cerro Azul	[Signature]
Roberto de Oliveira	Cerro Azul	[Signature]
Pedro Junior A. Alves	DR. VIÇOSAS	[Signature]
Vinicius [Signature]	Cerro Azul	[Signature]
JOAQUIM ANTONIO ARAUJO	Cerro Azul	[Signature]
Ana Paqueta Chauder	Cerro Azul	Ana Paqueta Chauder
Carlos Bestel	Cerro Azul	[Signature]
Luiz Carlos da S. Godoy	Cerro Azul	Luiz Carlos da S. Godoy
Marcos Vinicius Costa	Cerro Azul	Marcos Vinicius Costa
Joel Costa Martin	Cerro Azul	Joel Costa Martin
Sandra Van der Oost	Cerro Azul	Sandra Oost
Karla V. d. Antunes	Cerro Azul	Karla V. d. Antunes
Ygor de Carvalho	Cerro Azul	Ygor de Carvalho
Antonio Costa	Paraíba	Antonio Costa
Josiane Schib Coutinho	Cerro Azul	[Signature]
Adelino Falcão	Cerro Azul	[Signature]
Valdeci de. Santos	Cerro Azul	[Signature]
Elcio Brand	Cerro Azul	Elcio Brand
Alzimir do	Cerro Azul	Alzimir do
Ubirato C. Chelico	Cerro Azul	[Signature]
Gilberto Vaz	Cerro Azul	[Signature]
Ygor de Carvalho	Cerro Azul	[Signature]
TAUO DE PONTES	Cerro Azul	[Signature]
LUCIANO RANGEL	Cerro Azul	[Signature]







PROCOLO

-----/-----/-----



MA136/0147/003/2005

(Nome Legível)

Fls.:	444
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fel

São Paulo, 03 de fevereiro de 2005.

Ao Senhor:

Luiz Felipe Kunz Jr.

Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

Referência Processo 02001.1172-2004-58

Senhor Coordenador,

Em aditamento ao ofício CNEC DRC/122/05, de 02 de fevereiro de 2005, protocolado no IBAMA na mesma data, vimos sugerir datas da realização da vistoria conjunta com os Estados, que poderia acontecer na semana de 14 a 19 de março do corrente ano.

Considerando que as campanhas de campo para o novo EIA/RIMA, encontram-se em estado adiantado de desenvolvimento, solicitamos que no dia 14 de março, seja feita em São Paulo, na sede do CNEC, uma explanação aos técnicos do IBAMA envolvendo a concepção geral dos novos estudos, readequação do projeto de engenharia, primeiros resultados das campanhas de campo e a metodologia de impactos cumulativos e sinérgicos.

Informamos que no dia 02 de fevereiro entregamos aos técnicos IBAMA, o Boletim Informativo nº 2, dos Estudos Ambientais, bem como cópia em DVD da reunião pública realizada no Município de Cerro Azul.

Em anexo, segue a lista de presença da referida reunião pública, para que seja também anexada ao processo de licenciamento.

Atenciosamente,

**Ronaldo Luís Crusco**

**Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto**

MA136/0160/004/2005

**CNEC**

Fis.:	445
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

São Paulo, 09 de fevereiro de 2005.

Ao Senhor Marcus Melo  
Coordenador de Licenciamento Ambiental  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. Andar. Edifício Sede do IBAMA  
Brasília – DF  
70800-200

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 1305  
DATA: 15/02/05  
RECEBIDO:  
*Beilica*

Att: Referência Processo 02001.1172-2004-58

Prezado Senhor,

Envio cópia de documento versando sobre tese de doutorado efetuado na UNICAMP de autoria da Dra. Fernanda Gonçalves da Cunha.

Aproveitando o ensejo, está consignado no Termo de Referência que devemos apresentar cartas-imagem sobre os vários temas que compõem o Diagnóstico dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto e pretendemos fazer a impressão dessas temáticos sobre material transparente, de modo a sobrepô-las nas imagens de satélite das AII e AID. Acontece que o material apropriado (acetato), não é encontrado na medida das imagens (p. ex. a AID tem mais de 1,00 m<sup>2</sup> de superfície, na imagem de 1:50.000).

Pergunto se o IBAMA aceita como bom a elaboração dessas cartas imagem em formato A3 alongado, esclarecendo que os temáticos também seguirão em papel condizentes no formato, com as escalas de AID e AII.

Comunico-lhe ainda que oficiamos o Coordenador Geral de Licenciamento, solicitando que o IBAMA oficie os Estados para realização de vistoria de 15 a 19 de março e que no dia 14 de março, se faça, em São Paulo, uma apresentação de resultados parciais aos técnicos do IBAMA envolvidos no Projeto.

Atenciosamente,

*Ronaldo Luís Crusco*

**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

*ACOLIC*  
*marcus venius*  
*em 15/02*  
*Cláudio*



Fls.:	446
Proc.:	1172/04
Rubi.:	jea

**CNEC**

MA136/0166/005/2005

São Paulo, 10 de fevereiro de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 1306  
DATA: 15/02/05  
RECEBIDO:  
*jea*

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, Impactos Cumulativos e Sinérgicos

Prezado Senhor

Conforme o Termo de Referência definido pelo IBAMA para os Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto, consta um item relativo aos impactos cumulativos e sinérgicos, envolvendo quatro empreendimentos (Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal). Além do próprio interesse ambiental nessa análise integrada dos empreendimentos inventariados ou em fase de viabilidade, como é o caso de Tijuco Alto, pretendemos saber quais os desdobramentos desse estudo que o IBAMA pretende levar a cabo junto a Agência Nacional de Energia Elétrica.

A pergunta faz todo o sentido porquê será necessário uma interlocução junto àquela agência vez que independente o resultado dos estudos ambientais, os inventários de Itaóca, funil e Batatal existem e ainda são disponíveis a empreendedores que os queiram levar a fase de viabilidade.

Atenciosamente,

**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

Ao Sr. Kunz,

P/Manifestação.

EM 10.02.05

**Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo**  
Coordenador de Licenciamento  
CCLIC/CGLIC/DILIQ

CNEC Engenharia S.A.  
Rua Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100 - Bloco A - 4º andar  
04726-170 São Paulo SP Brasil  
Fone 011 5696-8600 Fax 011 5696-8686

*A com.  
Marcus Vinicius  
em 15/02/05  
Gaudis*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fls.:	447
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fre

**Memorando nº 128 /2005 –CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Brasília, 22 de fevereiro de 2004.

Ao: Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental do IBAMA, no Estado de São Paulo.

Assunto: UHE Tijuco Alto

Senhor Chefe,

1 Solicito a participação de técnico desta Gerência Executiva na apresentação de resultados parciais dos estudos pelo elaborados pelo CNEC, previsto para o dia 14 de março de 2005, em São Paulo e na vistoria técnica da UHE Tijuco Alto em conjunto com NLA/IBAMA/PR, SMA/SP e IAP/PR, no período de 15 a 19 de março de 2005.

Atenciosamente,

**Luiz Felipe Kunz Junior**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

<b>FAX TRANSMITIDO EM:</b>
22/02/2005
ÀS 11:12 H
RESPONSÁVEL:
Fabiola
FAX Nº: (11) 3066.2655



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	448
Proc.:	1172/04
Rubr.:	10

**Memorando nº 127 /2005 -CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Brasília, 22 de fevereiro de 2004.

Ao: Chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental do IBAMA, no Estado do Paraná.

Assunto: UHE Tijuco Alto

Senhor Chefe,

1. Solicito a participação de técnico desta Gerência Executiva na apresentação de resultados parciais dos estudos pelo elaborados pelo CNEC, previsto para o dia 14 de março de 2005, em São Paulo e na vistoria técnica da UHE Tijuco Alto em conjunto com NLA/IBAMA/SP, SMA/SP e IAP/PR, no período de 15 a 19 de março de 2005.

Atenciosamente,

  
**Luiz Felipe Kunz Junior**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
22 / 02 / 2005
ÀS 11 : 11 H
RESPONSÁVEL:
Fobida
FAX Nº: (41) 363 2525



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fls.:	449
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fel

**OFÍCIO nº 129 /2005 – CGLIC/ DILIQ/ IBAMA**

Brasília, 22 de fevereiro de 2005.

A Sua Senhoria, o Senhor  
**RONALDO LUIZ CRUSCO**  
Coordenador de Estudos Ambientais da CNEC Engenharia S/A  
Rua Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100 – Bloco A, 4º andar  
CEP: 04.726-170 – São Paulo/SP  
Fax: (11) 5696-8686

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Coordenador,

1. Reportando-me aos termos dos Ofícios nº MA 136/0166/005/2005 e MA 136/0160/004/2005, venho apresentar os seguintes esclarecimentos:

-Concordamos com a proposta de elaboração das cartas imagem em formato A3 alongado.

-Com relação à proposta de apresentação de resultados parciais dos estudos, prevista para o dia 14 de março de 2005 e da realização de vistoria técnica no empreendimento em conjunto com as OEMAS, no período de 15 a 19 de março de 2005, informo que a mesma deverá ser viabilizada por este Instituto, o qual será representado pelos Núcleos de Licenciamento Ambiental do IBAMA dos Estados de São Paulo e Paraná.

2. Por fim, me coloco a disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**Luiz Felipe Kunz Júnior**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

<b>FAX TRANSMITIDO EM:</b> 22 / 02 / 2005
<b>ÀS</b> 11 : 16 <b>H</b>
<b>RESPONSÁVEL:</b> Fobida
<b>FAX Nº:</b>

MA136/0220/006/2005

Fis.:	450
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fel

São Paulo, 18 de fevereiro de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 1617  
DATA: 22/02/05  
RECEBIDO: *beulic*

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto, Comunidades Quilombolas

Senhor Coordenador,

Conforme relatado em nossa reunião de 17 de fevereiro de 2005, na Sede do IBAMA- Brasília, vimos registrar resultados de interlocução junto às comunidades quilombolas existentes a jusante do empreendimento UHE Tijuco Alto. Consta no Termo de Referência, item 4.5.1.3, especificamente quanto às populações tradicionais, remanescentes de quilombos e quilombos, que se faça um diagnóstico conforme segue:

- Identificação e localização de Comunidades de Quilombos ao longo da Bacia Hidrográfica do Ribeira abordando: denominação; município; área; número de famílias; titulação (tipo e natureza) instancia fundiária;
- Levantamento detalhado sobre o Patrimônio Cultural Material: sítios com reminiscências históricas, História da Ocupação Econômica e Social na Região e sobre a Formação das Comunidades de Quilombo.
- Levantamento detalhado e integrado sobre sistemas produtivos, formas solidárias de produção (troca e venda de dias, mutirão) produção agrícola, estratégias alternativas ao trabalho agrícola (assalariamento, jornada, empreitada), extrativismo, sazonal idade do emprego, migrações regionais. Condições atuais da organização social e perspectivas de reprodução social: descrição dos Quilombos e das Comunidades enquanto tais.
- Levantamento sobre os padrões culturais, rituais, festivos, hábitos alimentares, manifestações culturais relacionadas com o meio ambiente natural e sócio- religioso.
- Perspectivas sobre o destino das Comunidades de Quilombo com a construção das Barragens.

Fis.:	451
Proc.:	1172/04
Rubr.:	je

**CNEC**

- Sugestões Alternativas dos Quilombolas e das Entidades Representativas
- As lutas locais.

No mês de janeiro e princípio de fevereiro do corrente ano, foi deslocada para a região a antropóloga Sônia Lorenz, com a tarefa de levantar a campo, os insumos necessários para compor este item dos estudos ambientais. Foram contatados o MOAB, na pessoa do Sr. Antonio Carlos Nicomedes, Sr. José Rodrigues, Presidente da Associação de Ivaporunduva entre as principais lideranças e outras pessoas do Bairro Poças, Bairro Bananal Pequeno, André Lopes, Bairro Abobral, Boa Esperança (Batatal), Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, Castelhanos, Nhungara, Galvão, Pedro Cubas, Praia Grande, Porto Velho, Cangume e Bombas.

Houve uma negativa frontal no fornecimento de quaisquer dados, ou realização de entrevistas dirigidas à obtenção dos mesmos, chegando por vezes à expressão de um clima de hostilidade aberta com a presença da pesquisadora.

Dessa forma a pesquisa de campo fica prejudicada e não se vislumbra como equacionar tal questão, de modo que a concecussão dos trabalhos relativos às comunidades tradicionais deverá ser feito com dados secundários com apoio da bibliografia especializada e com dados disponíveis no Instituto de Terras de São Paulo- ITESP- órgão estadual que vem atuando no reconhecimento das terras de comunidades quilombolas.

Atenciosamente,



**Ronaldo Luís Crusco**  
**Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	452
Proc.:	1172/04
Rubr.:	file

Ofício nº 167/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 4 de março de 2005.


A Sua Senhoria o Senhor,  
**LINDSLEY DA SILVA R. RODRIGUES**  
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP  
Rua Engenheiro Rebouças, 1206  
CEP: 80.215-100 Curitiba/PR Fone: (041) 333 6161

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Diretor,

1. Convido esse Instituto a participar de vistoria técnica no período de 14 a 18 de março de 2005, nas áreas de influência direta e indireta, onde se pretende instalar UHE Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape.
2. Para esclarecimentos no tocante a programação, esse Instituto deverá contatar o Núcleo de Licenciamento Ambiental da Gerência Executiva do IBAMA no Estado de São Paulo, Dr. João Delmundo, telefone nº (11) 3066.2633 e/ou o CNEC Engenharia na pessoa do Dr. Ronaldo Luiz Crusco telefone nº (11) 5696.8680.

Atenciosamente,

  
**Luiz Felipe Kunz Junior**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
07/03/2005
ÀS 09:38 H
RESPONSÁVEL:
fbialo
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	453
Proc.:	1172/04
Rubr.:	lee

Ofício nº 167 /2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 4 de março de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor,  
**JOSE GOLDEMBERG**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA  
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Alto Pinheiros  
CEP: 05.489-900 São Paulo/SP Fone: (011) 3030 6177

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Secretário,

1. Convido essa Secretaria a participar de vistoria técnica no período de 14 a 18 de março de 2005, nas áreas de influência direta e indireta, onde se pretende instalar UHE Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape.
2. Para esclarecimentos no tocante a programação, essa Secretaria deverá contatar o Núcleo de Licenciamento Ambiental da Gerência Executiva do IBAMA no Estado de São Paulo, Dr. João Delmundo, telefone nº (11) 3066.2633 e/ou o CNEC Engenharia na pessoa do Dr. Ronaldo Luiz Crusco telefone nº (11) 5696.8680.

Atenciosamente,

  
**Luiz Felipe Kunz Júnior**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

<b>FAX TRANSMITIDO EM:</b>
07 / 03 / 2005
<b>ÀS 09:40 H</b>
<b>RESPONSÁVEL:</b>
felipe
<b>FAX Nº:</b>



Fls.:	454
Proc.:	172/04
Rubr.:	all

**CNEC****MA136/0285/007/2005**

São Paulo, 03 de março de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 2089  
DATA: 07/03/05  
RECEBIDO: *lis*

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto  
Encaminhamento de noticiário e lista de presença Cerro Azul

Senhor Coordenador,

Encaminhamos para conhecimento e para que se faça constar no processo administrativo, últimas matérias publicadas na imprensa versando sobre a UHE Tijuco Alto, bem como a lista de presença de pessoas que compareceram à reunião pública realizada no município de Cerro Azul-PR.

Atenciosamente,



**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

*à col. Marcus Vinícius  
em 02/03  
Gaudin*

## REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
João Carlos da Rocha	Cerro Azul	João Carlos da Rocha
João Carlos da Rocha	Cerro Azul	João Carlos da Rocha
João Carlos da Rocha	Cerro Azul	João Carlos da Rocha
Elcin D. da Rocha	CERRO AZUL	Elcin D. da Rocha
Jell Lagrangy	cerro azul	Jell Lagrangy
Jell Lagrangy	Cerro Azul	Jell Lagrangy
Jandira Vilanova	Cerro Azul	Jandira Vilanova
Antônio D. da Rocha	Cerro Azul	Antônio D. da Rocha
Antônio D. da Rocha	Cerro Azul	Antônio D. da Rocha
Osvaldo Braune	Cerro Azul	Osvaldo Braune
Osvaldo Braune	Cerro Azul	Osvaldo Braune
João Augusto da Silva	Cerro Azul	João Augusto da Silva
João Augusto da Silva	Cerro Azul	João Augusto da Silva
Valdemar Scremin	Cerro Azul	Valdemar Scremin
CARLES A CHANDEMER	cerro azul	CARLES A CHANDEMER
Emmanuel da G.S. Silva	Cerro Azul	Emmanuel da G.S. Silva
Estimara Vidal Chandemer	cerro azul	Estimara Vidal Chandemer
Cláudio da Silva	cerro azul	Cláudio da Silva
José Adilson Silva	Cerro azul	José Adilson Silva
Carlos Rosner	CERRO AZUL	Carlos Rosner
Benjamin da Silva	CERRO AZUL	Benjamin da Silva
Benjamin da Silva	CERRO AZUL	Benjamin da Silva
Adelpho de Carmo B. de Lencastre	cerro azul	Adelpho de Carmo B. de Lencastre
Lindacir Casca. Pentner	contor. Neussen	Lindacir Casca. Pentner
Edson A. FRANZEN	Cerro Azul	Edson A. FRANZEN
Edson A. FRANZEN	Cerro Azul	Edson A. FRANZEN
Antônio Henrique	Cerro Azul	Antônio Henrique
Adilson Roberto da Silva	Cerro Azul	Adilson Roberto da Silva
Adilson Roberto da Silva	C. Azul	Adilson Roberto da Silva
Emmanuel da G.S. Silva	Cerro Azul	Emmanuel da G.S. Silva
Elenor dos Anjos	Cerro Azul	Elenor dos Anjos
Paulo Cesar Medeiros	CERRO AZUL - Curitiba	Paulo Cesar Medeiros
Geulekia Langowski	APROMAC (CEMAFPR - CO. VAMA)	Geulekia Langowski
Sandra Inês Cortina	Cerro Azul	Sandra Inês Cortina
Waldemir de M. da Silva	Cerro Azul	Waldemir de M. da Silva
Waldemir de M. da Silva	CERRO AZUL	Waldemir de M. da Silva
Murilo C. Marchi	Cerro Azul	Murilo C. Marchi
Adriana Ap. Marchi	Cerro Azul	Adriana Ap. Marchi
Adriana Ap. Marchi	Cerro Azul	Adriana Ap. Marchi

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

Fis.: 456  
 Proc.: 1172/04  
 Rubr.: 100

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Orlando Andolfato	Cerro Azul	Orlando Andolfato
LAIL MAMENTE RIBAS	CERRO AZUL	Lail Mamente Ribas
Elio do Carmo Cruz	CERRO AZUL	Elio do Carmo Cruz
Adilson de Castro Santos	CERRO AZUL	Adilson de Castro Santos
Ana Cristina Pereira	Paulista	Ana Cristina Pereira
Augusto Bento das Santos	Mato Preto	Augusto Bento das Santos
Elio Edson Seregin	Ribeirão Bonito	Elio Edson Seregin
Fausto do Estrela	Cerro Azul	Fausto do Estrela
Anair e sim Carmeiro	Cerro Azul	Anair e sim Carmeiro
Adir dos Santos	Cerro Azul	Adir dos Santos
José Angelo Mattin	Calamita	José Angelo Mattin
Cláudio S. Alves	RIBEIRA	Cláudio S. Alves
MARCELO OLIVEIRA	BRASILIA IIRAMA	MARCELO OLIVEIRA
ADRIANO DA C. MORAES	CERRO AZUL	ADRIANO DA C. MORAES
Celso Farias da Silva	CERRO AZUL	Celso Farias da Silva
Luiz A. J. de Jesus	Cerro Azul	Luiz A. J. de Jesus
RODRIGAS SILVA	CERRO AZUL	RODRIGAS SILVA
Professor Rubens	CERRO AZUL	Professor Rubens
Yvickia dos Santos	CERRO AZUL	Yvickia dos Santos
Adriana Bastel Julia	C. Azul	Adriana Bastel Julia
Agueda Bastel	CERRO AZUL	Agueda Bastel
DARCY NUNES	CERRO AZUL	DARCY NUNES
ADRIEL I. DE FARIAS	CERRO AZUL	ADRIEL I. DE FARIAS
Cláudio T. do A. Costa	Cerro Azul	Cláudio T. do A. Costa
ROBERTO RIBEIRO	D. URSINA	ROBERTO RIBEIRO
ESEQUIEL BASTEL	CERRO AZUL	ESEQUIEL BASTEL
Eleonora B. Dora	Cerro Azul	Eleonora B. Dora
Paulo Roberto	CERRO AZUL	Paulo Roberto
Márcio Santos Oliveira	Cerro Azul	Márcio Santos Oliveira
ROBERTO C. SILVA	Cerro Azul	ROBERTO C. SILVA
Apresentador D. C. Pereira	Cerro Azul	Apresentador D. C. Pereira
Cleilson Cristiano Andrade	Cerro Azul	Cleilson Cristiano Andrade
HAMILTON AVÓCADO	C. Azul	HAMILTON AVÓCADO
Apresentador D. C. Pereira	C. Azul - PIR	Apresentador D. C. Pereira
Francis Vilela Gonçalves	Cerro Azul	Francis Vilela Gonçalves
Christina de S. M. Costa	Cerro Azul	Christina de S. M. Costa
Paulo Roberto	Cerro Azul	Paulo Roberto

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2.004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Maria dos S. J. Andelfab	Cerro Azul	M.A.
Thayane C.A. Zech	Cerro Azul	Thayane C.A. Zech
Deuzel. de Saos	Cerro Azul	Deuzel. Saos
João Francisco Fode		
Charlene M. Scheleser	Cerro Azul	Charlene
Maria A. D. Brighetti	Cerro Azul	Charlene CBA.
Edqueir de Miguel Stos	Advenidus	Edqueir
Alaoli		
Ureszil dos Reis	Cerro Azul	Ureszil dos Reis
João Evangelista Kasper	Cerro Azul	João Evangelista Kasper
João	Cerro Azul	João
Sabira Vinicius Zeb	Cerro Azul	Sabira Vinicius Zeb
João Paulo	Cerro Azul	João Paulo
Colbrar dos Santos	Cerro Azul	Colbrar dos Santos
Silvio P. Bertini	Cerro Azul	Silvio P. Bertini
Fernando Joazeiro		
Robinson da Souza	Cerro Azul	Robinson da Souza
Adriano Roberto de Saes	Cerro Azul	Adriano Roberto de Saes
João Paulo	Ribeira	João Paulo
Jilvan Maria M. Lima	Fronteira - DF IBAMA	Jilvan Maria M. Lima
André Luiz de M. e Costa	CERRO AZUL	André Luiz de M. e Costa
Sônia G. P. Soares	C. Azul.	Sônia G. P. Soares
Maria Solte Magari	C. Azul.	Maria Solte Magari
João Carlos de	Doutor Vlydes	João Carlos de
Maria da Silva	Cerro Azul	Maria da Silva
Jonas Leal Guine	Cerro Azul	Jonas Leal Guine
Valmargarda Sim	Cerro Azul	Valmargarda Sim
Daniel de Franca	Cerro Azul	Daniel de Franca
Marquim V. de Magalhães	Cerro Azul	Marquim V. de Magalhães
Anderson J. Costa	Cerro Azul	Anderson J. Costa
Pomelga de Saes	Cerro Azul	Pomelga de Saes
Auchi Rosa	Cerro Azul	Auchi Rosa
João A. Lacerda	Cerro Azul	João A. Lacerda
Paula Jesus de Moura e Costa	Cerro Azul / Curitiba	Paula Jesus de Moura e Costa
Diogo Soriano Neto	Cerro Azul	Diogo Soriano Neto
Beatriz Ap. dos Santos	Cerro Azul	Beatriz Ap. dos Santos
Roberto D. Novak	Cerro Azul	Roberto D. Novak
Adade Z. Miguel	CERRO AZUL	Adade Z. Miguel

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Sebastião de Freitas Sabino	Cerro Azul	Sebastião
Imeldo Ademar do Santos	Cerro Azul	Imeldo Ademar do Santos
Edson Lourenço	Cerro Azul	Edson Lourenço
Luiz C. Santana	Cerro Azul	Luiz C. Santana
Paulo da Costa Brasil	Cerro Azul	Paulo da Costa Brasil
JULIO CESAR LEANDRO	CERRO AZUL	Julio Cesar Leandro
Fazil B. Donat	CERRO AZUL	Fazil B. Donat
Sergio Roberto Xavier	Cuitiuba	Sergio Roberto Xavier
JOSÉ DIRCENZI SOCHER	CERRO AZUL	José Dircezini Socher
ARDINAL S G ALVES	CERRO AZUL	ARDINAL S G ALVES
Adelina J Simioni	Cerro Azul	Adelina J Simioni
Orlando Simioni	Cerro Azul	Orlando Simioni
Elton Plata	Cerro Azul	Elton Plata
João Henrique M. Roe	Cerro Azul	João Henrique M. Roe
Edson V. Blatny	Cerro Azul	Edson V. Blatny
Giuliano Telle	Cerro Azul	Giuliano Telle
Ygor Carlos de Freitas	Cerro Azul	Ygor Carlos de Freitas
Ataulo O. Rodrigues	Cerro Azul	Ataulo O. Rodrigues
Ademar do Carmo m. Costa	Cerro Azul	Ademar do Carmo m. Costa
Yonier Leal Busine	Cerro Azul	Yonier Leal Busine
Therézita de Fátima	V. Elias	Therézita de Fátima
MARCOS DA COSTA ROSA	C. AZUL	Marcos da Costa Rosa
Camil Paulo Urubomo	C. AZUL	Camil Paulo Urubomo
Eudes G. OLIVEIRA JR	C. AZUL	Eudes G. OLIVEIRA JR
Odair Scerini	C. AZUL	Odair Scerini
Paulo Adriano Scerini	C. Azul	Paulo Adriano Scerini
Cotles Foul	Cerro Azul	Cotles Foul
Benjamin de Araújo	Cerro Azul	Benjamin de Araújo
Luiz S. Silva	Cerro Azul	Luiz S. Silva
Carlos A. D. Léo	Ant da S. C. A.	Carlos A. D. Léo
Givanildo de U. Maier	CRQA	Givanildo de U. Maier
Valdemir S. Fortin	C. AZUL	Valdemir S. Fortin
José A. Soares	Cerro Azul	José A. Soares
Jacqueline Andre	Cerro Azul	Jacqueline Andre
Adriano A. Moura	Cerro Azul	Adriano A. Moura

REUNIÃO PÚBLICA - UHE TIJUCO ALTO

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - DIA 26/11/2.004

LISTA DE PRESENÇA

NOME	MUNICÍPIO	ASSINATURA
<del>Carval B. Reilly</del>	INDIARÓLIS	<del>[Signature]</del>
Dilcei C. de Paula Arraudes	Cerro Azul	[Signature]
Diana Tenreiro	C. Azul	[Signature]
Elio Costa	Cerro Azul	Elio Costa
Samira Flores Blatner	Cerro Azul	Blatner
Robel Felipe Flores Blatner	Cerro Azul	Robel F. Blatner
Janara Maria Biatoni	Cerro Azul	[Signature]
Ruiilson do C. MATT	Cerro Azul	[Signature]
Roberto de Oliveira	Cerro Azul	[Signature]
Pedro Junior Antunes	DR. ULYSSES	[Signature]
Vinicius [Signature]	Cerro Azul	[Signature]
JUAREZ ANTONIO ARAUJO	Cerro Azul	[Signature]
Ana Paquel Chauderi	Cerro Azul	Chauderi
Carlos Bestel	Cerro Azul-B	Bestel
Guilherme Costa	Cerro Azul	Guilherme Costa
Luiz Carlos da S. Gatoz	Cerro Azul	Luiz Carlos da S. Gatoz
Márcio Vaz dos Santos	Cerro Azul	Márcio Vaz dos Santos
Joel Costa Martins	Cerro Azul	Costa Martins
Sandra Van der Asten	Cerro Azul	Sandra Asten
Karla v.d. Antemburgo	Cerro Azul	Karla v.d. Antemburgo
Ygor de Carmo		Ygor de Carmo
Antonio Costa	Maia	Antonio Costa
José Luis Schib Coutinho	Cerro Azul	[Signature]
Paulo Roberto Falcão	Cerro Azul	[Signature]
Valdeci L. Sarda	Cerro Azul	[Signature]
Elisabete	Cerro Azul	Elisabete
Albenir do [Signature]	Cerro Azul	Albenir do [Signature]
Ubirato C. [Signature]	Cerro Azul	[Signature]
Gilberto Vaz	Cerro Azul	[Signature]
Ygor de Carmo	Cerro Azul	[Signature]
Taís de Pontes	Cerro Azul	[Signature]
LUCIANO DANIEL	Cerro Azul	[Signature]









CNEC Engenharia S.A.



Proposta da Usina Tijuco Alto é apresentada em Cerro Azul

Voz do Ribeira - PR • 08/12/2004 • Jornal • Usina Tijuco Alto • Pg. Capa e 5

## Proposta da Usina Tijuco Alto é apresentada em Cerro Azul

A equipe que coordena os estudos de impacto sócio-ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto fez uma apresentação aos moradores da região de Cerro Azul na sexta, dia 26 de novembro, sobre a situação do projeto e das pesquisas de campo que estão sendo feitas. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantin, responsável pela concessão da usina, quis aproveitar esse contato com a população local para discutir, ainda de maneira preliminar, pontos como a aquisição de terra e o reassentamento dos moradores da região. Os estudos da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto prevêem a construção de uma barragem a 10 km das cidades de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR). Pág. 05



Encontro sobre a usina hidrelétrica reúne a população de Cerro Azul e região

# NOVO PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA TIJUCO ALTO

Katiuscia B. de Moura e Costa  
Col. Ellen dos Anjos

A equipe que coordena os estudos de impacto sócio-ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto fez uma apresentação aos moradores da região de Cerro Azul na sexta, dia 26 de novembro, sobre a situação do projeto e das pesquisas de campo que estão sendo feitas.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, responsável pela concessão da usina, quis aproveitar esse contato com a população local para discutir, ainda de maneira preliminar, pontos como a aquisição de terra e o reassentamento dos moradores da região. Com a construção da Usina, algumas áreas de Cerro Azul serão inundadas, mas os detalhes somente serão conhecidos nos próximos meses.

Os novos estudos de viabilidade ambiental de Tijuco Alto prevêem modificações no antigo projeto do empreendimento para minimizar o impacto da obra ao meio ambiente e às comunidades da região. As alterações envolvem uma nova localização da casa de força e mudanças em componentes da barragem.

No primeiro caso, a mudança no projeto prevê também a eliminação da escavação de um túnel de 2.200 metros que seria usado para captar água no reservatório, próximo à barragem, e transportá-la até a casa de força, cerca de 10 km depois. Após passar pela casa de força, que ficaria em frente à cidade de Ribeira, a água voltaria ao rio pelo chamado túnel de desemboque. Mas novos estudos detectaram o risco de a força da água poder eventualmente provocar, ao longo dos anos, erosão em uma das margens do rio Ribeira, além de eventuais ruídos. Por essa razão, a casa de força está projetada agora para ficar junto ao eixo da barragem.

Com a modificação, será diminuído também o trecho do rio Ribeira que poderia ter vazão diminuída devido à distância entre o local em que a água seria captada e, depois, devolvida ao rio. Com o novo projeto, essa distância foi eliminada, não havendo trecho significativo com vazão reduzida.

Outra alteração feita prevê a eliminação de um componente da barragem chamado descarregador de fundo. O

equipamento foi incluído inicialmente no projeto para permitir a liberação de sedimentos acumulados no leito do rio, mas os novos estudos apontaram que haveria uma eficiência relativamente pequena do descarregador de fundo para os fins que estava sendo proposto, o de ser um instrumento de limpeza do reservatório.

Todas essas modificações foram possíveis devido ao ama-

durecimento das discussões ambientais em torno da construção de usinas hidrelétricas. As mudanças propostas serão apresentadas ao Ibama ao final dos novos estudos, quando serão entregues o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e o Rima (Relatório de Impacto Ambiental).

O EIA é um instrumento de licenciamento ambiental de empreendimentos, como usinas hidrelétricas com potência acima de 10 MW. Ele integra a etapa de avaliação da viabilidade ambiental da obra. Os novos estudos devem ser concluídos no primeiro semestre de 2005. Os novos levantamentos estão sendo feitos com base em um Termo de Referência (TR) definido pelo Ibama e que contou com a participação da Companhia Brasileira de Alumínio. Os estudos têm o objetivo de diagnosticar a qualidade ambiental atual da área de implantação do empreendimento e de sua área de inserção, na bacia hidrográfica do rio Ribeira.

O novo TR prevê estudos amplos e detalhados que abordarão questionamentos feitos no

passado pelo Ibama, órgãos estaduais de São Paulo e do Paraná e por movimentos da sociedade civil. Partes desses questionamentos estavam relacionadas a mudanças que estão sendo agora estudadas pelo empreendedor.

O novo plano também prevê a análise dos impactos cumulativos, considerando os aproveitamentos hidrelétricos inventariados para o rio Ribeira (Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatais), embora o interesse da CBA restrinja-se somente a Tijuco Alto. Desses quatro aproveitamentos, Itaóca, Funil e Batatais nunca despertaram o interesse de nenhum empreendedor, apesar de o inventário estar há mais de 20 anos na Aneel/DNAEE.

#### Histórico

O rio Ribeira fica na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo. No caso de Tijuco Alto, a usina é de médio porte, com 144 MW de capacidade de geração.

O Grupo Votorantim tem a concessão da usina hidrelétrica Tijuco Alto desde 1988 e che-

gou a obter licença prévia do empreendimento de órgãos estaduais de São Paulo (1994, Secretária do Meio Ambiente) e do Paraná (1994, Instituto Ambiental do Paraná).

Em 1997, porém, a CBA teve também de iniciar o processo de licenciamento do empreendimento junto ao Ibama devido a uma decisão conseguida na Justiça pelo Ministério Público.

A necessidade do licenciamento do empreendimento ser concedido por um órgão federal deve-se ao fato de o rio Ribeira ser interestadual. Este processo se arrastou até setembro de 2003, quando o Ibama decidiu indeferir a con-



Fls.:	466
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

cessão da licença prévia para o empreendimento.

Na época, um dos argumentos do Ibama para indeferir a concessão de licença prévia foi o de que os estudos que tinham sido apresentados não retratavam, por conta do tempo que se passou até a análise final dos estudos apresentados, a situação dos recursos naturais da área do empreendimento.

Em janeiro de 2004, a CBA resolveu retomar os estudos de análise ambiental do empreendimento e iniciou um novo processo junto ao Ibama. A primeira etapa envolve a definição de um Termo de Referência, documento no qual são previstos todos os estudos, análises e ma-

pas que terão de integrar o EIA-Rima, o estudo e o relatório de impacto ambiental do empreendimento.

Após a análise do EIA-Rima, ~~o caso~~ <sup>o caso</sup> ~~foi~~ <sup>foi</sup> concedida a Licença Prévia pelo Ibama. A próxima etapa do projeto envolverá a continuação dos estudos que compreendem o Projeto Básico Ambiental necessário para a obtenção da Licença de Instalação do empreendimento.

Os estudos da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto prevêem a construção de uma barragem a 10 km das cidades de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR). O projeto em análise estipula a construção de uma barragem com 153 m de altura. Assim, um reservatório natural rio acima, com cerca de 65 km de extensão e 56,5 quilômetros quadrados, será formado. As áreas alagadas, descontando-se a calha do rio, serão de 51,7

quilômetros quadrados, considerando a cota 300 metros. O reservatório atingirá parcialmente terras dos Estados de São Paulo e Paraná, nos municípios de Ribeira e Itapirapuã Paulista, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Paraná.

A energia gerada pela Usina Hidrelétrica Tijuco Alto vai alimentar o sistema nacional integrado de energia elétrica, contribuindo para que não existam novos racionamentos ou "apagões" no futuro e está de acordo com o esforço do governo federal neste sentido. O custo estimado do empreendimento é de US\$ 100 milhões.

Além de Tijuco Alto, o Grupo Votorantim tem atuação expressiva no setor de energia elétrica, tanto na auto-geração destinada

ao abastecimento de suas unidades produtivas, como por meio de participações no serviço de geração de energia em consórcios.

Na reunião pública, foi apresentado a Situação do Projeto e dos Estudos Ambientais da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, sendo que ela se realizou no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Guia, Cerro Azul, no dia 26 de novembro, às 19 horas. Este Jornal passará as informações e promoverá debates escritos a respeito do tema, de forma a ouvir os dois lados da versão, possibilitando, assim, uma melhor informação aos leitores.

É importante a participação popular nesta questão, para tanto poderão os leitores enviar perguntas a este Jornal que se incumbirá de buscar as respostas e fornecê-las na edição seguinte.

Fls.:	467
Proc.:	172/04
Rubr.:	jee

CNEC Engenharia S.A.


**MÁQUINA**  
 comunicação corporativa integrada


Tijuco Alto e as Prefeituras

Voz do Ribeira - PR \* 30/10/2004 \* Jornal \* Usina Tijuco Alto \* Pg. 5

Fls.:	468
Proc.:	1172/04
Rubr.:	400

## TIJUCO ALTO E AS PREFEITURAS

Na edição anterior, foi abordado aspectos sociais da barragem com a população ribeirinha, dando-se destaque aos assentamentos sociais e psicológicos que serão exigidos com a remoção das pessoas da área demarcada para o alagamento, a qual, parece ser mais séria do que o próprio assentamento geográfico ou físico na zona urbana.

Também foi abordado a necessidade da empresa Companhia Brasileira de Alumínio trazer a idéia do novo sem antipatizar-se com as causas sociais da região, valorizando o produto da terra, ajudando a todos crescerem, mas jamais, deixando o rastro da mágoa e do conflito. Aceitando as diferenças dos nossos regionais e da nossa região.

Agora, verifica-se que o Município também poderá ser vítima desta represa, se for ele esquecido do contexto, e somente não acontecerá se houver uma preocupação de ressarcimento dos prejuízos que serão promovidos.

Pensando sobre os Interesses da Municipalidade, enquanto pessoa jurídica de direito público, vê-se que o Município não mais arrecadará impostos, quer aqueles gerados anualmente pelo recolhimento do ITBR (art. 158, inciso II, da CF), como também aqueles decorrentes do "Inter Vivos", como compra e venda, doação, cessão de direitos, etc, ou "mortis causa", inventário

(art. 156 da CF).

Outro prejuízo a ser contabilizado para a região mais pobre do Estado, diz respeito ao ICMS, que não será mais gerado com a venda dos produtos da região, ou, em face das riquezas geradas por força diretas do produtor, enfim são vertentes econômicas que afetam ao Município e sua arrecadação.

Mas, também não se pode esquecer o direito à indenização devido ao Município por ter ele criado um patrimônio de atendimento aos regionais, como estradas que serão inundadas, colégios que já edificados estarão à mercê do alagamento, a exemplo da Escola Municipal do Mato Preto, em Cerro Azul, ou então em relação às novas edificações exigidas em outros colégios para atender a demanda que lá se formará, de forma que para se apurar estes valores agregados a região, somente com uma política de formação dos Royalties, com valores adequados aos efeitos gerados com a remoção dos regionais é que se poderá receber o Projeto Tijuco Alto, como sendo algo bom, e motivador do progresso para o progresso.

Não se pode perder jamais de vista que a regra é o econômico estar em função do social, mas nunca o contrário, o social estar voltado para o econômico.

CNEC Engenharia S.A.



Tijuco Alto - Um novo projeto

Apiáí Diz - Apiáí/SP • 16/11/2004 • Jornal • Cnec • Pg. 04

Fis.:	469
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pel

## Tijuco Alto - Um novo projeto

*A construção de uma barragem a 10 km das cidades de Ribeira-SP e Adrianópolis-PR, continua chamando atenção. Segundo o projeto, serão 153 metros de altura, 65 quilômetros de extensão, com uma área alagada de 51,7 quilômetros quadrado. O custo da obra é estimado em US\$ 190 milhões.*

### Ananias G. Pereira

O Grupo Votorantin tem a concessão da usina hidrelétrica desde 1988 e chegou a obter licença prévia do empreendimento, de órgãos estaduais de São Paulo e Paraná em 1994. Porém o fato do rio Ribeira ser interestadual levou à necessidade de um licenciamento concedido por um órgão federal. O assunto se arrastou até setembro de 2003 quando o Ibama indeferiu a concessão da licença prévia. Em janeiro deste ano, a CBA retomou os estudos de análise ambiental e iniciou um novo processo junto ao Ibama. A primeira etapa desse processo envolve a definição de um Termo de Referência, documento no qual são previstos todos os estudos, análises e mapas que integrarão o EIA-RIMA- estudo e relatório de impacto ambiental do empreendimento.

Após a análise do EIA-RIMA, caso haja a concessão da Licença Prévia pelo IBAMA, continuarão os estudos para obtenção da Licença de Instalação. A primeira fase de estudos vai até o primeiro semestre de 2005. A cons-

trução e término da obra, caso seja aprovada, está previsto para os próximos dez anos.

O projeto foi apresentado à imprensa e população, com algumas mudanças daquilo que foi divulgado há alguns anos, como a localização da casa de força, a eliminação de um componente da barragem chamado descarregador de fundo, sem a escavação de um túnel de 2.200 metros que seria usado para captar água no reservatório, próximo à barragem e transporta-la até a casa de força.

As mudanças nesses pontos chamam atenção. Na época foram





Fis.:	420
Proc.:	172/04
Rubi.:	Dee

***Imprensa ouviu atentamente aos detalhes da construção de Tijuco Alto***

fatores que dificultaram, pois poderiam comprometer o rio e margens do Ribeira, além do ruído que tornaria difícil permanecer na cidade. Mas existem outras questões que precisam ser resolvidas. Por exemplo, antigas áreas de mineração que, inundadas, espalharão metais pesados pelo rio. Principalmente o chumbo que pode provocar câncer. Contestar os estudos que provam não ser possível controlar as enchentes e com isso desabrigar as populações tradicionais. A preocupação com os riscos da construção fez surgir o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab). Nas reuniões promovidas recentemente pela CBA,

---

Fis.:	477
Proc.:	172/04
Rubri.:	200

o Moab não compareceu; segundo apuramos, porque gostaria de uma audiência pública para poder manifestar-se e, nas reuniões, como foi proposto, apenas ouviria a exposição de um projeto.

Tudo isso aliado à preservação de um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Brasil, com animais e espécies que não existem em outros lugares e fazem parte do equilíbrio necessário para a natureza, torna o projeto bastante questionado. Sendo necessário além do trabalho de preservação, investigação arqueológica, controle do nível do lençol freático etc...

A preocupação do trabalho tem aparecido em todas as conversas sobre o assunto. Segundo comenta-se, nos momentos de pico da construção haveria 1.500 empregos, a maioria para técnicos e engenheiros, depois cairia para 123 permanentes.

A preocupação de que a Tijuco Alto seja porta de entrada para outras represas também é um fator que chama atenção, porém as Usinas de Batatal e Funil estão com processos paralisados.

Observadores classificam como um tema complexo que envolve

interesses da produção de alumínio a parceria com franceses, portanto capital internacional; a miserabilidade da região e o fato das pessoas que vivem no local não sentirem a importância do verde que as cerca, cada um vendo um sentido de desenvolvimento. Também a necessidade de orientação para quem vende a terra e sai do local onde vivia. Na época em que o assunto começou, políticos com informa-

Fis.:	472
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fee

ções privilegiadas compravam as terras dos cidadãos e depois vendiam à CBA por melhores preços.

A produção de energia será destinada ao grupo Votorantin para a produção de alumínio. O grupo controla, junto com Bradesco e Camargo Corrêa, 45% da Companhia Paulista de Força e Luz. A CPFL é uma distribuidora de energia que atende a 2,4 milhões de consumidores em 234 municípios do Estado de São Paulo.



*Prefeito eleito Donizeti marcou presença com a imprensa*

Fls.:	473
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fa

CNEC Engenharia S.A.



Cedeia se pronuncia sobre o projeto Tijuco Alto

Voz do Ribeira - PR \* 15/12/2004 \* Jornal \* Usina Tijuco Alto \* Pg. Capa e 4

### **CEDEA**

O CEDEA, por sua coordenadora Geral, através de artigo escrito a este jornal, mostra sua posição sobre a inviabilidade da Usina De Tijuco Alto, mostrando a visão do Centro sobre o impacto ambiental e econômica para os moradores da Região da Represa. A importância da discussão é latente, pois a região poderá sofrer mudanças radicais com a Usina empreendida. Mande sua dúvida ao jornal, entenda as diferentes posições sobre a questão e tire sua conclusão. Pág. 04

Fls.:	474
Proc.:	1172/04
Rubr.:	gel

## CEDEA SE PRONUNCIA SOBRE O PROJETO TIJUCO ALTO

LAURA JESUS DE MOURA E COSTA  
COORDENADORA GERAL DO CEDEA

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A discussão sobre a construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo acompanhada por membros do CEDEA desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA - Votorantin), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou

pequenos produtores são hoje "bóias-frias" em Cerro Azul ou "operários" da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperruçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.

É por isso e por vários outros motivos que Nós, pelo CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental, questionamos a construção desta usina e destacamos que:

1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO; além do que, a ameaça de "apagões" está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo

Fis.:	475
Proc.:	1172/04
Rubi.:	gle

Presidente Lula.

2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantin) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios em São Paulo; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.**

3) Por que estes 17 anos não foram suficientes para que a CBA desistisse do projeto e, agora, o retoma com nova roupagem? É evidente que o motivo principal é o **LUCRO** que a CBA poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um **EXCEDENTE** de energia elétrica que poderá **VENDÊ-LO** em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.

4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.

5) É uma área de solo calcário e há muitas cavernas (mais de 100) na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.

6) Pelo fato de ser solo calcário que garantia se pode ter de que, com a barragem e o peso das águas represadas, não haverá reacomodação de solo e não se formarão grandes dolinas (submersas ou não), ocorrendo outras perdas de solo?

---

7) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA - EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.

---

Fis.:	476
Proc.:	1172/04
Rubr.:	gll

8) Por que a CBA não investe na produção de energias alternativas, como adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002)? Os impactos podem ser muito menores e isso, sim, é ter visão de futuro.

9) Não há nada que garanta retorno econômico ou social para os municípios afetados (principalmente, em Cerro Azul); mas, ao contrário, haverá, sim, um grande retorno econômico para a CBA.

10) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. ECO-TURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.

11) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA 21 LOCAL. As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: ASFALTO NA PR-092 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS) E Q U I P A M E N T O S

EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE OUTROS. A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?

---

***“ Não há nada  
que garanta  
retorno econômico  
ou social para os  
municípios  
afetados”.***

---

12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantin).

13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas.

Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as conseqüências da obra. Como ficaria a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de dez (10) anos as conseqüências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-

Fis.:	477
Proc.:	172/04
Rubr.:	see



locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?

14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e setecentos (1.700) empregos diretos TEMPORÁRIOS, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantin investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairia da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra

qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.

15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios? Ou já são funcionários da própria CBA?

Fis.:	478
Proc.:	1172/04
Rubi.:	lee

Fls.:	479
Proc.:	1172/04
Rubr.:	700

16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos já se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO. Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

17) Pelo Artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná (1989), não poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de grande ou médio porte que não sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná.

Esta hidrelétrica, como já está colocado acima, é de interesse da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantin).

18) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Funil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na seqüência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguape e Cananéia também serão afetados.

19) SE NÃO HOVER A CONSTRUÇÃO DA USINA, como ficará a população de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis? Com certeza, poderão ter outras opções de desenvolvimento, pois se o maior problema para o desenvolvimento do Vale do Ribeira sempre foi colocado como a falta do asfalto na PR-092 e na BR-476 e estas obras estão em vias de conclusão, com certeza, muito em breve, NÃO FALTARÃO ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA PARA OS MORADORES DO VALE DO RIBEIRA.

Por essas e outras razões, nossa posição é CONTRA A CONSTRUÇÃO DA USINA DE TIJUCO ALTO NO VALE DO RIO RIBEIRA E GOSTARÍAMOS DE PODER CONTAR COM O APOIO DE TODOS VOCÊS NESTA QUESTÃO.

**CONTATO CEDEA: FONES:  
41 – 333-3864 OU 9961-6336.**

CNEC Engenharia S.A.



CBA responde sobre Tijuco Alto

Voz do Ribeira - PR \* 03/02/2005 \* Jornal \* Cnec \* Pg. Capa e 7

## CBA RESPONDE SOBRE TIJUCO ALTO

Segundo o CNEC, em resposta a posição da coordenação geral do CEDEA a CBA está remodelando o projeto de engenharia, como apresentado nas reuniões públicas realizadas, em Cerro Azul ( em 26 de novembro ), Ribeira e Adnanópolis ( 23 de outubro ) e também na reunião com a imprensa local e regional realizada no dia 22 de outubro. Aspectos importantes foram introduzidos ao projeto, como a diminuição do trecho do rio que teria o volume de água reduzido, trazendo a casa de força e turbinas mais para perto da barragem. Segundo o Coordenador de estudos Ambientais do CNEC, Ronaldo Crusco, será feita uma pesquisa sobre o que sucedeu com as famílias que tiveram as terras adquiridas pela CBA, há mais de 15 anos atrás, bem como uma avaliação das condições de aquisição à época. Esta pesquisa servirá de base para se poder de fato, verificar se existem problemas que decorrem do processo de aquisição de áreas feito pela CBA no passado. Pág.07



VISTA PARCIAL - CERRO AZUL/PR

# CNEC RESPONDE AO CEDEA SOBRE A BARRAGEM

Sobre os questionamentos feitos pela Sra. Laura Jesus de Moura e Costa, Coordenadora Geral do CEDEA, sobre o Projeto Tijuco Alto, na edição da 2ª quinzena de dezembro 2004, do Jornal Voz do Ribeira, encaminhamos alguns esclarecimentos, com o intuito de colaborar com o debate, que achamos necessário e de interesse de toda a comunidade. Pedimos que o mesmo seja publicado.

1- A CBA está remodelando o projeto de engenharia, como apresentado nas reuniões públicas realizadas, em Cerro Azul ( em 26 de novembro ), Ribeira e Adrianópolis ( 23 de outubro ) e também na reunião com a imprensa local e regional realizada no dia 22 de outubro. Aspectos importantes foram introduzidos ao projeto, como a diminuição do trecho do rio que teria o volume de água reduzido, trazendo a casa de força e turbinas mais para perto da barragem . A figura a seguir exemplifica essa mudança, que é ambientalmente muito significativa, pois mantém o volume de água atual a jusante da barragem, evitando que um trecho de cerca de 10 km ficasse ensecado. Eliminou-se um componente da barragem chamado descarregador de fundo, que poderia permitir a passagem de sedimentos contaminados para a o trecho a jusante da barragem, rio abaixo. Além disso, a mudança do local da casa de força, que não mais ficará de frente à cidade de Ribeira, eliminará um provável impacto visual negativo e, também, o risco de

erosão na margem oposta do rio. Essas mudanças refletem um amadurecimento ambiental do projeto, diminuindo impactos potencialmente negativos, como os exemplificados e também atendendo a maior preocupação ambiental atual.

2- É sempre bom esclarecer que trata-se de um novo estudo ambiental, com um novo projeto de engenharia, que serão apresentados ao IBAMA e, portanto, algumas questões serão estudadas (e estão sendo) e apresentadas ao final do EIA/RIMA. Por exemplo: Será feita uma pesquisa sobre o que sucedeu com as famílias que tiveram as terras adquiridas pela CBA, há mais de 15 anos atrás, bem como uma avaliação das condições de aquisição à época. Esta pesquisa servirá de base para podermos, de fato, verificar se existem problemas que decorrem do processo de aquisição de áreas feito pela CBA no passado.

3- O reservatório será novamente mapeado possibilitando a atualização de número de imóveis, famílias residentes e benfeitorias das propriedades. Decorridos mais de dezessete anos a tecnologia de levantamento permite, atualmente, maior precisão com a utilização de aparelhagem GPS, orientada por satélite. Também será feita uma recontagem de famílias e pessoas presentes na área a ser diretamente atingida pelas obras e pelo reservatório do novo projeto, pois aconteceu movimentação de compra e venda de terras, ( de particulares a particulares ) além de partilhamento de outros imóveis. Os dados do estudo anterior

Fls.:	482
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fel

apontam os seguintes números acerca do reservatório :

Considerando-se a cota 300- cota de referência do EIA/RIMA anterior:

- Área do Reservatório+ Espelho de Água ( somatório da calha do rio em seu leito normal + área de armazenamento )= 56,59 km<sup>2</sup>

- Considerando- se a cota de na máximo normal - ( 290 m, onde a água ficará na maior parte do tempo ) a área inundável é de 43, 2 km<sup>2</sup>, conforme EIA anterior.

- Área de armazenamento ( do EIA anterior ) 51,7 km<sup>2</sup>

- Área do leito do rio= 4,89 km<sup>2</sup>

- Imóveis a serem afetados pelo armazenamento= 660 unidades ( não confundir imóveis com propriedades , pois dois ou mais imóveis podem pertencer a um mesmo proprietário ). Eram 730 domicílios, com um total de 3.100 pessoas aproximadamente.

4- Parte do sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil é interligado; a energia que é gerada em um local é distribuída para ser utilizada em outro. A crise do apagão havida em 2002, originada , principalmente, no baixo nível dos reservatórios do centro do País, refletiu em todo o sistema elétrico. Nada adianta dizer que um Estado é auto-suficiente, pois uma quebra no sistema acaba afetando todo mundo e, ademais, vivemos numa Federação de Estados onde o uso do recurso hídrico para geração de energia elétrica é ordenado pela União Federal.

5- O modelo atual do sistema elétrico ordenado pela legislação em vigor, capacita legalmente empreendedores particulares para a geração e distribuição de energia. O governo federal , como já sabido, não possui capacidade financeira para arcar com os custos da geração e

distribuição, de modo que é lícito aos empreendedores construir hidrelétricas para seu uso e também para colocar a energia no mercado. Fazem isso, procurando não só o lucro, mas também para garantir o suprimento de um fator de produção muito importante : a energia. Além disso o governo federal e também os estaduais , dada a atual incapacidade do setor público em produzir e efetuar investimento, vem procurando regulamentar as parcerias público- privadas, ou seja, cada vez mais o setor empresarial é chamado a participar nos investimentos de infraestrutura no País.

6- Sobre a transferência de famílias , é exigência cada vez mais presente a promoção de reassentamento das mesmas, em condições melhores em que se encontram atualmente. Isso vale para as famílias rurais e urbanas. Os critérios de seleção estão sendo estudados e serão apresentados à população, havendo outras opções conforme o porte das propriedades atingidas e a condição dos proprietários e posseiros.

7- Os estudos atuais e também os anteriores apontam que somente duas cavernas serão afetadas: a Gruta do Rocha e a Gruta da Mina do Rocha. Estudos foram feitos pelo CNEC, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e pelo Grupo de Espeleologia Açungui. Não são cavernas com a beleza e magnitude de outras que ocorrem no Vale do Ribeira como a Caverna Santana ou Caverna do Diabo. São mais tímidas; uma não possui estalactites ou estalagmites e outros temas e a outra foi descoberta na galeria de abertura da mina do Rocha ( quando esta começou suas operações de lavra de minério ), o que já naquele tempo acarretou algum prejuízo às formações que existiam na caverna.

8- Não se formarão novas dolinas durante a vida da hidrelétrica; a formação de dolinas depende do tempo geológico, que é medido em

Fis.:	483
Proc.:	1172/01
Rubr.:	Ja

milhões de anos e do trabalho constante da água sobre o calcário.

9- A água do rio Ribeira possui contaminantes de metais pesados, mas não em todo o seu trecho. As análises feitas pelo empreendedor CBA e também por órgãos oficiais, mostram uma queda exponencial do teor de chumbo na água, depois do encerramento das atividades das Plumbum ( em Adrianópolis, a 12 km do local da barragem, fora do reservatório ) e também da mineração do Rocha ( esta dentro do reservatório ).

Ainda quanto a qualidade das águas, outras questões são importantes de serem ressaltadas e esclarecidas:

a- a cidade de Ribeira capta água diretamente do rio Ribeira e não se noticia contaminação de chumbo na população por esse motivo;

b- a CBA possui ofício da SANEPAR que se mostra interessada em buscar água no reservatório de Tijuco Alto para o abastecimento público;

c- a água que movimentará as turbinas será captada mais na superfície do reservatório garantindo uma água de melhor qualidade, pois a barragem, agora sem o descarregador de fundo, não mais transmitirá sedimentos contaminados para jusante ( para baixo do rio );

d- a CBA retirou e depositou adequadamente fora da área a ser alagada, com o aval do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 66.000 m3 de rejeitos de mineração da antiga mina do Rocha. Não se pode confundir essa situação com a mineração e refinaria de chumbo da Plumbum, que ainda tem depósitos de escória de fornos e rejeitos de mina praticamente às margens do rio Ribeira. A mineração Plumbum é o grande foco de contaminação da população que reside ao redor de suas instalações, conforme estudos efetuados na região;

e- o volume de água de jusante ( depois da barragem ) não será diminuído, em comparação aos períodos médios e críticos de vazão natural do rio ;

f- o reservatório e o rio continuarão a receber águas alcalinas , vindas dos afluentes, o que garante que não haverá um aumento da acidez das águas disponibilizando chumbo para a cadeia alimentar. Além disso, a água vertida pelas turbinas, será obtida da parte superior do reservatório, o que garante uma água de melhor qualidade e mais oxigenada pelo turbilhonamento.

10- Os custos de geração de energias alternativas ainda são proibitivos. Por exemplo: o último leilão de energia de hidrelétrica comercializou o quilowatt hora a R\$ 50,00- 60,00 enquanto que uma eólica ( turbina movimentada a vento ) tem seu valor por volta de R\$ 220,00 o quilowatt hora e os investidores ainda reclamam. Não é todo lugar que admite, pela condição de ventos, a instalação de uma usina eólica. Não é demais ainda considerar que o último encontro sobre energia acontecido na Alemanha, em 2004, considera a energia Hidrelétrica como energia limpa, mas com impactos sociais. Essa foi uma posição defendida pela delegação brasileira que saiu vencedora nos debates. O Brasil utiliza cerca de 25 % do seu potencial hidrelétrico, coisa que os países mais desenvolvidos e industrializados não possuem ou já esgotaram. Entende-se a posição desses países em querer refrear o uso de energia hidrelétrica.

11- Entendemos que a hidrelétrica não inviabiliza o turismo rural ou o ecoturismo, aliás o potencializa sob alguns aspectos. Nota-se que em todo o País, alguns empreendimentos hidrelétricos propiciaram o surgimento de atividades de recreação e lazer ligados ao reservatório; o surgimento de marinas, chácaras , clubes, pesca

Fls.:	484
Proc.:	172/04
Rubr.:	4a

esportiva etc. Tudo isso pode e deve ser coadunado com as tradições e cultura locais, há experiências e práticas bem sucedidas. Na região sul pode-se citar os casos de Salto Segredo e Salto Caxias no rio Iguaçu, Itá e Machadinho no rio Uruguai e ainda Promissão e Nova Avanhandava no rio Tietê.

12- O empreendimento, com a implantação de seus programas ambientais, deverá prever a rearticulação e melhoria do sistema viário local. Toda ligação intermunicipal que for interrompida será recomposta. Quanto à agenda 21 local, entende-se não haver contraposição, entre os objetivos ali estabelecidos e a operação do empreendimento. Outros empreendimentos empresariais, por certo também ali não foram contemplados e nem por isso são indesejáveis.

13- O empreendedor vem apresentando seu projeto à população e discutindo as principais questões e vamos continuar perseguindo essa diretriz. Além disso o IBAMA, por certo exigirá a realização de audiências públicas formais. Gostaríamos de aprofundar a discussão, ainda que existam setores organizados que se recusam ao debate; tem uma pré concepção, calcada em dados que hoje já não se sustentam mais.

14- Os dados referentes aos imóveis /famílias utilizados no EIA/RIMA anterior, datado de 1989/1991, não correspondem a realidade atual; assim vamos fazer um novo cadastro que será apresentado ao final dos novos estudos. Da mesma forma os critérios de indenização, bem como de relocação serão propostos, apresentados e discutidos com a população e com a sociedade organizada assim que forem concluídos.

15- Sobre a questão dos empregos diretos a serem gerados, segue um QUADRO ilustrativo do que

é previsto:

**CATEGORIAS PERCENTUAL NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS.**

CATEGORIAS	PERCENTUAL	NÚMERO DE
NIVEL A (unives, supervisor e chefe)	2%	28
NIVEL B (tecnico, feitor, aux. Técnico)	14%	196
NIVEL C (operário qualif. e servente)	84%	1176
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>1400</b>

Os números acima consideram o pessoal que irá trabalhar nas obras civis, adiciona-se a esse total cerca de 300-400 trabalhadores encarregados de atividades de desmatamento e limpeza de reservatório, na rearticulação de sistema viário, relocação e reassentamento de população etc.

Estima-se que deste total 980 ou seja 70 % sejam contratados na região:

16- Tijuco Alto teve sua concessão de uso de potencial hidrelétrico outorgada à CBA por ato do Presidente da República, conforme Decreto Federal nº 96.746 de 21 de setembro de 1988, ouvidas as instâncias competentes à época. Não foi revogado nem explicitamente, nem implicitamente; não houve quebra do ordenamento jurídico com a Constituição de 1988.

17- Com o novo Estudo de Impacto Ambiental e consoante à Lei Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia deverão se pronunciar sobre a utilização do recurso hídrico para fins de geração de energia elétrica, cabendo à Agência Nacional de Águas conceder à outorga de direito de uso dos recursos hídricos para os fins especificados.

18- Consultado o site [www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic](http://www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic), da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, o texto da Constituição do Estado do

Fls.:	485
Proc.:	172/04
Rubr.:	zee

Paraná, lê-se no Artigo 163

Art. 163. O Estado Fomentará a implantação, em seu território, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente.

**Como se observa, o texto da Lei diverge frontalmente do que foi publicado, no item 17, constante na manifestação do CEDEA. Ali no Art 163 , repetimos, não está consignado que não poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de grande ou médio porte que não sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná, conforme quer crer o CEDEA.**

Existe obrigatoriedade de se proceder a obtenção de autorização legislativa, via decreto, para a implantação de usinas hidrelétricas, conforme o Artigo 209 da Constituição Paranaense, conforme segue:

*Art. 209. "Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária."*

19- O estudo em elaboração pelo CNEC , conforme Termo de Referência definido pelo IBAMA em julho de 2004, deverá contemplar uma avaliação de impactos cumulativos , onde justamente serão considerados os impactos ambientais de Itaóca, Funil e Batatais, em conjunto com os de Tijuco Alto.

Embora a CBA não tenha interesse nos aproveitamentos de Itaóca, Funil e Batatais , entendeu que no estudo devam ser explicitados os impactos cumulativos, já que esses

empreendimentos estão ainda em fase de inventário ( estudos iniciais onde se verifica o potencial de geração ) na Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, e conforme dispõe a Resolução CONAMA 001 /86.

Esclareça-se que o empreendimento que está sendo licenciado é Tijuco Alto e se algum empreendedor quiser "tocar" para frente os outros empreendimentos, terá que seguir todos os trâmites e ritos do licenciamento ambiental. Esperamos que o estudo a ser apresentado seja uma ferramenta para o IBAMA discernir a viabilidade prévia desses outros empreendimentos.

20- A potência instalada da Usina Tijuco Alto, conforme projeto, é de 144 MW, sendo utilizadas duas turbinas de 77 MW cada e não 215 MW, como foi noticiado uma vez na grande imprensa. É, portanto, uma usina de médio porte, seja pela potência instalada, seja pela área alagada, em comparação a outros empreendimentos hidrelétricos.

Contando com a prestimosa colaboração, antecipadamente agradecemos e colocamos- nos à disposição.

**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador de Estudos Ambientais-  
UHE Tijuco Alto  
CNEC Engenharia S.A



Fis.:	486
Proc.:	172/04
Rubr.:	Ace

CNEC Engenharia S.A.

**MAQUINA**  
comunicação corporativa integrada

Estudos dão nova esperança à Tijuco Alto

Tribuna Regional - Itabera - SP \* 05/11/2004 \* Jornal \* Usina Tijuco Alto \* Pg. 16

**GERAL**

# Estudos dão nova esperança à Tijuco Alto

A polêmica construção da Usina Hidroelétrica Tijuco Alto arrasta-se por 20 anos, trilhando pelos meios burocráticos e judiciais, assistido com expectativas pelas populações do Alto Vale do Ribeira. Muitos vêem no empreendimento a redenção da região para seu progresso e desenvolvimento, portanto existe a contrariedade de alguns segmentos e foi por isso que a obra ainda não foi viabilizada.

Atualmente, o projeto de construção está no IBAMA, que cedeu Termo de Referência para a retomada do projeto, atualmente estando em fase de conclusão os primeiros estudos. Na quinta-feira (21), representantes da empresa CNEC Engenharia,

contratada da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, reuniu integrantes dos órgãos de imprensa da região para apresentar os novos estudos, os quais visam diagnosticar a qualidade ambiental atual da área de implantação do empreendimento e de sua inserção na bacia hidrográfica do Ribeira.

Os novos estudos já apontaram modificações no antigo projeto para minimizar o impacto ambiental e nas comunidades da região. Uma das alterações envolve a localização da casa de força, para a qual seria necessária a escavação de um túnel de 2.200 metros para captar água do reservatório e levá-lo até a casa de força, 10 quilômetros distantes, esta localizada em frente a cidade de Ribeira.

Com a mudança a casa de força não ficará muito distante da barragem, enquanto ainda haverá outras alterações no projeto.

Tais mudanças serão apresentadas ao IBAMA, com a entrega do EIA - Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, o primeiro deles, instrumento de licenciamento ambiental de empreendimentos, como usinas hidroelétricas com potência acima de 10 MV, que deverá ser concluídos no primeiro semestre de 2005. Os novos estudos também prevêem análise de impactos cumulativos, considerando os aproveitamentos hidroelétricos inventariados no Rio Ribeira, sendo Tijuco Alto, Itaoca, Funil e Batatais, em

Fis.:	487
Proc.:	172/04
Rubr.:	ja

bora o interesse da CBA restringir-se somente a Tijuco Alto, enquanto os outros nunca despertaram interesse de nenhum empreendedor, apesar de inventariados há mais de 20 anos.

Com uma área alagada de 51 quilômetros quadrados, a represa atingirá os municípios de Ribeira e Itapirapuã Paulista, no Estado de São Paulo, Cerro Azul, Adrianópolis e Dr. Ulisses, no Paraná. A barragem terá 153 metros de altura, chegando a cota 300, enquanto a produção atingirá 144 MV, energia que vai alimentar o sistema integrado de energia elétrica, contribuindo para não haver novos "apagões" no futuro. O custo estimado do empreendimento é de US\$ 100 milhões.

Ainda de acordo com representante da CNEC, além da geração de empregos, o empreendimento chega com outros incentivos, como a compensação dos municípios com os royalties, geração de impostos, além do incremento ao turismo. Novas reuniões deverão ser realizadas com as comunidades atingidas, inclusive com audiências públicas. Com a entrega dos EIA, o IBAMA ainda poderá solicitar os estudos complementares que achar necessário para concessão da licença prévia, devendo ainda ser pleiteada depois desta, a de instalação e a de operação, para o completo funcionamento da Tijuco Alto.



Integrantes da Imprensa Regional com representantes da CNEC e da CBA. O prefeito eleito de Aplaiá, Donizete (3ª na foto) também participou da reunião

CNEC Engenharia S.A.

**MÁQUINA**  
comunicação corporativa integrada

● Hidrelétrica poderá sair do papel

Apiáí Diz - Apiáí/SP • 05/11/2004 • Jornal • Usina Tijuco Alto • Pg. Capa e 9

# Hidrelétrica poderá sair do papel



Tramitando pelos corredores burocráticos há mais de 20 anos, o projeto da Hidrelétrica Usina Tijuco Alto volta a chamar a atenção dos moradores da região. Uma equipe contratada pela CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, está na região de Adrianópolis-PR e Ribeira-SP, para novos estudos e atualização de dados que viabilizem a construção da barragem. Essa iniciativa poderá esquentar as discussões entre os defensores e os contrários à hidrelétrica, que são os ambientalistas e o MOAB – Movimento dos Ameaçados pelas Barragens no Vale do Ribeira. Reportagem completa na *página 09*.

# Novos estudos retomam projeto da Usina Tijuco Alto

*Análise ampla e detalhada vai abordar questionamentos feitos no passado pelo Ibama, órgãos estaduais e comunidade*

**A** Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, do Grupo Votorantim, definiu com o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, um novo Termo de Referência - TR, para estudar a viabilidade ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira.

O TR tem como objetivo determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, instrumentos de licenciamento ambiental.

O novo Termo de Referência prevê estudos amplos e detalhados que abordam questionamen-

tos feitos no passado pelo Ibama, órgãos estaduais de São Paulo e do Paraná e movimentos da sociedade civil.

Os estudos, que consumirão um ano de trabalho, devem ser concluídos no primeiro semestre de 2005. A ampliação do estudo tem o objetivo de diagnosticar a situação ambiental da área de ampliação do empreendimento e de sua área de inserção na bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape.

O novo estudo de impacto ambiental a ser apresentado conterá, por exemplo, um capítulo que evidenciará os impactos cumulativos, considerando os aproveitamentos hidrelétricos inventariados para o rio Ribeira de Iguape.



**João Carlos da Silva, Ana Cristina e Ronaldo Luiz Crusco,  
responsáveis pela retomada do projeto**

pe (Tijuco Alto, Itaoca, Funil e Batatais). Isso não significa que todos esses empreendimentos serão construídos, mas que os impactos ambientais de cada um poderão ser descritos e comparados.

É importante ressaltar que os inventários de Itaoca, Funil e Batatais estão na Aneel (antigo DNAEE) há mais de 20 anos, sem ter despertado o interesse de nenhum empreendedor para levá-las ao estágio de viabilidade.

### **Entenda o Ribeira**

O rio Ribeira fica compreendido em parte da divisa dos Estados do Paraná e São Paulo. No

caso do Tijuco Alto, a usina é de médio porte, com 144 MW de potência instalada.

O Grupo Votorantim tem a concessão da usina hidrelétrica Tijuco Alto desde 1988 e chegou a obter a licença prévia do empreendimento de órgãos estaduais de São Paulo (1994, Secretaria do Meio Ambiente) e do Paraná (1994, Instituto Ambiental do Paraná).

Em 1997, porém, a CBA teve também de iniciar o processo de licenciamento do empreendimento junto ao Ibama, devido a uma decisão conseguida na Justiça pelo Ministério Público. O caso

envolve a necessidade de o licenciamento do empreendimento ser concedido por um órgão federal pelo fato de o rio Ribeira ser um rio interestadual.

Este processo se arrastou até setembro de 2003, quando o Ibama decidiu indeferir a concessão da licença prévia para o empreendimento.

Na época, um dos argumentos do Ibama para indeferir a concessão de licença prévia, foi o de que os estudos que tinham sido apresentados não retratavam, por conta do tempo que se passou até a Análise final dos estudos apresentados, a situação dos recursos naturais da área do empreendimento.

Fls.:	491
Proc.:	17201
Rubr.:	fe

Em janeiro de 2004, a CBA resolveu retomar os estudos de análise ambiental do empreendimento e iniciou um processo junto ao Ibama.

A primeira etapa desse processo envolve a definição de um Termo de Referência, documento em que são previstas todas as análises e mapas que terão de integrar o EIA-RIMA, o estudo e o relatório de impacto ambiental do empreendimento.

O EIA integra a etapa de avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento e a concessão, ou não, da Licença Prévia ao empreendimento, habilitando-o na continuação dos estudos que compreendem o Projeto Básico e o Projeto Executivo, os quais são necessários a obtenção da Licença de Instalação.

Os estudos da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto prevêem a construção de uma barragem a 10 km das cidades de Ribeira-SP e Adrianópolis-PR. O projeto em análise prevê a construção de uma barragem com 153 m de altura. Assim, um reservatório natural rio acima, com cerca de 70 km de extensão e 56,59 quilômetros quadrados, será formado. A área alagada, descontando-se a calha do rio, será de 51,7 quilômetros quadrados.

O reservatório atingirá parcialmente terras do estado de São Paulo e Paraná, afetando parte

dos municípios de Ribeira e Itaipirapuã Paulista, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Paraná.

A energia gerada pela Usina Hidrelétrica Tijuco Alto vai integrar-se ao sistema nacional de energia elétrica, contribuindo para que não existam novos "apagões" no futuro e está de acordo com o esforço do governo federal neste sentido.

O Grupo Votorantim tem atuação expressiva no setor de energia elétrica, tanto na autogeração destinada ao abastecimento de suas unidades produtivas, como através de participações no serviço público de distribuição e comercialização de eletricidade. Atualmente, o Grupo Votorantim tem seus investimentos em energia elétrica direcionados para construção e exploração das usinas de Salto Pilão-SC, Barra Grande-SC e Capim Branco I e II-MG, em parceria, e Pedra do Cavalo-BA e Picada-MG, isoladamente.

**Mais informações**  
**Máquina da Notícia**  
**Maurício Espósito**  
**João Carlos Silva**  
**Tel.: (11)3147.7900**  
**www.maquina.inf.br**  
**joãocarlos@maquina.inf.br**  
**Ronaldo Luiz Crusco**  
**Coordenador de Projetos**  
**CNEC Engenharia S.A.**  
**Tel.: (11) 5696.8647**



Fls.:	492
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4ee



Enviar E-mail

Enviar Link

Mensurar

Notícia de 02/03/2005 (02/03/2005)



Novo estudo pode tirar Tijuco Alto do papel

O Estado de S. Paulo \* ECONOMIA \* Versão online \* Cnec \* Pg. Capa e B8

VIDAL CAVALCANTE/AL



### Novo estudo pode tirar Tijuco Alto do papel

Ibama receberá novo projeto da hidrelétrica no Vale do Ribeira até o final deste semestre.

○ PÁG. 8

# Tijuco Alto reformula projeto

Após 17 anos, estudo de impacto ambiental da hidrelétrica da CBA é refeito para passar pelo Ibama

## ENERGIA E COMBUSTÍVEL

Renée Pereira

Afundado em problemas ambientais por 17 anos, o projeto da Hidrelétrica Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, entre São Paulo e Paraná, enfim, promete sair do papel. Para isso, um novo estudo de viabilidade ambiental da usina será apresentado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) até o final deste semestre. Além disso, diversas mudanças foram feitas no projeto original para reduzir o impacto da obra na região.

Os estudos foram retomados no ano passado, depois que a Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, dona da concessão, contratou a CNEC Engenharia para reformular o projeto. Entre as alterações incluídas no novo estudo está a mudança de lugar da casa de força, que ficará mais próxima da barragem.

O trabalho anterior previa a construção de um túnel de

## Grupo Votorantim já comprou parte dos equipamentos e terras para a usina

2.200 metros de comprimento para levar a água do reservatório até a casa de força, próximo a Adrianópolis, no Paraná. "Essa obra reduziria a vazão do rio,

prejudicaria a produção dos peixes e comprometeria a qualidade da água da região", argumenta o engenheiro da CNEC, Ronaldo Luis Crusco, responsável pelo estudo.

Além disso, diz ele, o novo projeto elimina o chamado descarregador de fundos, usado para limpar o reservatório. Apesar de aumentar a vida útil da represa, esse dispositivo, que permite a saída de água pela parte inferior da barragem, acaba piorando a qualidade da água. Crusco destaca ainda que mudou a tomada de água da cota 265 para 285. Assim, a água que é liberada do reservatório sai mais limpa e não compromete o abastecimento das populações que vivem abaixo da represa.

Quando concluída, a usina terá capacidade para produzir 144 megawatts (MW) de energia - suficiente para abastecer uma cidade de 100 mil habitantes. A expectativa é que o reservatório atinja 56 quilômetros quadrados (5.600 quarteirões) nos municípios de Ribeira e Itapiraçuã, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Paraná.

Apesar dos entraves ambientais e das incertezas em relação ao início das obras

nos últimos anos, a empresa já tem quase todos os equipamentos e parte da terra necessária para o empreendimento comprados. A hidrelétrica já consumiu investimentos da ordem de R\$ 50 milhões em 17 anos.

## IMPACTOS

Os ambientalistas, no entanto, temem que a usina inunde cavernas e contamine a água pelas antigas minas de exploração de chumbo. Outra reclamação é que a autorização de uma hidrelétrica, no Rio Ribeira, desencadeará a construção de outras no mesmo rio, causando impactos irreparáveis para o meio ambiente.



Fis.:	494
Proc.:	172/04
Rubr.:	fel

“Trata-se de uma área que contém sítios arqueológicos, quilombos e Mata Atlântica”, argumenta a coordenadora jurídica da Fundação SOS Mata Atlântica, Elci Caramargo. “Além disso, o represamento da água poderá elevar o teor de metais pesados e prejudicar a biodiversidade da região.”

Segundo os ambientalistas, o Rio Ribeira é o único sem barramentos em São Paulo e tem sua foz no complexo estuarino Iguape Cananéia, que é considerada uma das 5 regiões lagunares mais ricas em biodiversidade do planeta, pela União Mundial de Conservação da Natureza.

Crusco, do CNEC, no entanto, rebate as críticas e diz que não há risco de contaminação de chumbo, já que a represa não pegará as antigas áreas de mineração. Em relação às cavernas, ele esclarece que apenas duas pequenas cavidades serão atingidas.●

---

---

Sair

Fls.:	495
Proc.:	172/04
Rubr.:	lee



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

MEMO Nº 027/05 - NLA - GerEx - IBAMA/PR Curitiba, 11 de março de 2005.

Senhor Coordenador Geral,

Acusamos o recebimento do Memo. Nº 127/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA de 22/02/04 (ref. UHE – Tijuco Alto).

Diante da solicitação apresentada, informamos da impossibilidade de Técnicos do NLA/PR em participar, visto, primeiro pelo motivo de hoje o núcleo contar apenas com dois técnicos para atender toda a demanda do NLA/PR, e segundo, pela falta de recursos financeiros para deslocamento.

Desta forma, contamos com a Vossa compreensão, e agradecemos.

Atenciosamente,

Eng. Ftal. Sergio Roberto Xavier  
Analista Ambiental  
Coordenador de Licenciamento Ambiental  
IBAMA/PR

Ao Senhor  
Luiz Felipe Kunz Junior  
Coordenador Geral - CGLIC/DILIQ  
Fax : (061) 225 – 0564 x  
(061) 225 – 0445  
IBAMA/Sede  
Brasília – DF

Fls.: 496  
Proc.: 1172/04  
Rubr.: fle

Brasília, 15 de março de 2005

Ilmo. Sr.  
Luiz Felipe Kunz Junior  
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental  
IBAMA

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 2403  
DATA: 15/03/05  
RECEBIDO: Rui

Senhor coordenador

Vimos por meio deste ofício, e com base nos art. 2º, § 4º, da Lei Federal 10650/03, requisitar vistas *in loco* ao processo administrativo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, cujo empreendedor é a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, e que se encontra em curso perante este órgão ambiental.

Comprometemo-nos a não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

Certos do pronto atendimento da requisição, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Raul Silva Telles do Valle  
OAB/SP 164.490  
Assessor Jurídico  
Instituto Socioambiental

A cópia/marcos  
8m15/03/05  
A.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Fls.:	497
Proc.:	172/04
Rubr.:	lee

## INFORMAÇÃO TÉCNICA n° 09/2005 - COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 16 de março de 2005.

Ao: Coordenador de Licenciamento  
Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo

Processo: 02001.001172/2004-58

Assunto: Licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto.

Esta informação trata da situação do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica Tijuco Alto, proposta para ser instalada no alto curso do rio Ribeira do Iguape, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, a 10 Km a montante da cidade de Ribeira, no Estado de São Paulo e Adrianópolis, no Estado do Paraná.

### O Empreendimento

A UHE Tijuco Alto, pertencente à Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, tem como objetivo principal aumentar a oferta de energia elétrica para o complexo metalúrgico da CBA em Mairinque/SP.

A área do reservatório será de aproximadamente 43,2 Km<sup>2</sup>, com potência gerada de aproximadamente 150 MW.

O eixo da barragem será em forma de “U” invertido. O vertedouro será composto de duas estruturas de cristas incorporadas nas ombreiras e o descarregamento da água será realizado por calhas de concreto.

O sistema de geração será composto de tomada d’água, túnel de adução, chaminé de equilíbrio, conduto forçado, casa de força e canal de fuga.

Informalmente a empresa comunicou que o projeto foi modificado no sentido de excluir o sistema de descarga de fundo, que poderia trazer problemas para a qualidade da água, e de eliminar o trecho de vazão reduzida.

### Situação Atual

Em 12 de setembro de 2003 foi emitida Informação Técnica n° 29 /2003-COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, que concluiu que o EIA/RIMA e documentos complementares não eram suficientes para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento.

Fis.:	498
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4de

Assim, foi indeferido o processo de licenciamento e informado ao empreendedor por meio do ofício nº 706/2003 CGLIC/DILIQ/IBAMA.

O processo foi arquivado em 16 de dezembro de 2003 por meio do MEMO nº 692/2003 DILIQ/IBAMA.

Em 27 de janeiro de 2004 é solicitada a abertura de novo processo e emissão de Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento.

No período de 12 a 16 de abril de 2004, o IBAMA realizou vistoria técnica ao local do empreendimento visando obter subsídios para a elaboração do Termo de Referência.

O IBAMA emitiu novo TR para elaboração do EIA/RIMA em 30 de julho de 2004, após ter ouvido os órgãos estaduais de meio ambiente de São Paulo e Paraná, além das Gerências Executivas do IBAMA nos dois estados e ONG's.

Foi incorporado ao TR a solicitação de estudos específicos sobre a realidade atual das comunidades tradicionais da região, sobre o destino das comunidades de Quilombo com a construção das barragens, sugestões alternativas dos Quilombolas e das entidades representativas, além da análise dos impactos cumulativos da construção das quatro usinas inventariadas (Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal). Ressalta-se que não há solicitação de licenciamento para as demais usinas.

No decorrer do processo este Instituto tem recebido diversos ofícios e abaixo-assinados do Movimento dos Ameaçados por Barragens – MOAB, manifestando sua contrariedade à construção de barragens no rio Ribeira, principalmente devido aos impactos às comunidades tradicionais.

Em 26 de novembro de 2004, técnicos desta coordenação participaram de reunião pública na cidade de Cerro Azul, que objetivou a apresentação, por parte da CBA e empresa consultora, do atual estágio de andamento dos estudos ambientais. Porém, o MOAB não se fez presente a nenhuma das reuniões, realizadas pela empresa nos municípios de Cerro Azul (26/11/2004), Ribeira e Adrianópolis (23/10/2004).

A previsão de entrega dos estudos ambientais, segundo a empresa, é no primeiro semestre do corrente ano.



Fis.:	499
Proc.:	172104
Rubr.:	9ee

# Cedea

Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental

## NOTA DO CEDEA SOBRE A HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO.

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A discussão sobre a construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo acompanhada por membros do CEDEA desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA - Votorantin), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje "bóias-frias" em Cerro Azul ou "operários" da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperruçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a **CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.**

É por isso e por vários outros motivos que Nós, pelo **CEDEA** - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental, questionamos a construção desta usina e destacamos que:

- 1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e **NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO;** além do que, a ameaça de "apagões" está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.
- 2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantin) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios em São Paulo; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.**
- 3) Por que estes 17 anos não foram suficientes para que a CBA desistisse do projeto e, agora, o retoma com nova roupagem? É evidente que o motivo principal é o **LUCRO** que a CBA poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um **EXCEDENTE** de energia elétrica que poderá **VENDÊ-LO** em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.
- 4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.

C.N.P.J.- 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: **501** - Curitiba - PR - CEP: **80011-970**

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.  
Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fonc/Fax: (0 -- 41) 333-3864.

Fls.:	500
Proc.:	172/04
Rubr.:	ja



# Cedeia

Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental

5) É uma área de solo calcário e há muitas cavernas (mais de 100) na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.

6) Pelo fato de ser solo calcário que garantia se pode ter de que, com a barragem e o peso das águas represadas, não haverá re-acomodação de solo e não se formarão grandes dolinas (submersas ou não), ocorrendo outras perdas de solo?

7) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA – EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.

8) Por que a CBA não investe na produção de energias alternativas, como adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002)? Os impactos podem ser muito menores e isso, sim, é ter visão de futuro.

9) Não há nada que garanta retorno econômico ou social para os municípios afetados (principalmente, em Cerro Azul); mas, ao contrário, haverá, sim, um grande retorno econômico para a CBA.

10) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. **ECO-TURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.**

11) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, **ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA 21 LOCAL.** As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: **ASFALTO NA PR-092 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS),**

C.N.P.J..- 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fonc/Fax: (0 -- 41) 333-3864.

Fls.:	501
Proc.:	172/04
Rubr.:	lee



# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

**EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE**

**OUTROS.** A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?

12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantin).

13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas. Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as conseqüências da obra. Como ficaria a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de dez (10) anos as conseqüências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?

14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e setecentos (1.700) empregos diretos **TEMPORÁRIOS**, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantin investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairia da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.

15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e

C.N.P.J..- 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: **501** - Curitiba - PR - CEP: **80011-970**

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fone/Fax: (0 -- 41) 333-3864.





# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

Fis.:	502
Proc.:	172/04
Rubr.:	fel

menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios? Ou já são funcionários da própria CBA?

16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos já se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e **O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.** Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

17) Pelo Artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná (1989), não poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de grande ou médio porte que não sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná. Esta hidrelétrica, como já está colocado acima, é de interesse da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantin).

18) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Funil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na seqüência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguape e Cananéia também serão afetados.

19) **SE NÃO HOVER A CONSTRUÇÃO DA USINA,** como ficará a população de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis? Com certeza, poderão ter outras opções de desenvolvimento, pois se o maior problema para o desenvolvimento do Vale do Ribeira sempre foi colocado como a falta do asfalto na PR-092 e na BR-476 e estas obras estão em vias de conclusão, com certeza, muito em breve, **NÃO FALTARÃO ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA PARA OS MORADORES DO VALE DO RIBEIRA.**

Por essas e outras razões, nossa posição é **CONTRA A CONSTRUÇÃO DA USINA DE TIJUCO ALTO NO VALE DO RIO RIBEIRA E GOSTARÍAMOS DE PODER CONTAR COM O APOIO DE TODOS VOCÊS NESSA QUESTÃO.**

C.N.P.J.- 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: **501** – Curitiba – PR – CEP: **80011-970**

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve “Diploma de Louvor” da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fonc/Fax: (0 -- 41) 333-3864.

**MA136/0351/008/2005**

Fls.:	503
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fee

São Paulo, 22 de março de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

PROCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 2922  
DATA: 28/03/05  
RECEBIDO: *[assinatura]*

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto  
Análise dos abaixo-assinados promovidos pelo MOAB

Senhor Coordenador,

Fizemos uma análise dos abaixo-assinados promovidos pelo MOAB e juntados ao processo de licenciamento até o mês de fevereiro de 2005.

As planilhas referentes à tabulação encontram-se nos anexos I e II. Na planilha I foram listados nominalmente todos os assinantes e na planilha II encontra-se a origem de municipalidade que foi declarada por cada assinante.

Note-se que cerca de 41% das assinaturas são de pessoas do município de Eldorado; de Iporanga somam cerca de 23%. Do município de Campinas são cerca de 8% das assinaturas e em quarto e quinto lugares comparem respectivamente Itaóca ( +/- 7,5% ) e Cananéia ( +/- 4,7% ).

Entende-se aí uma situação de cunho político derivada da existência, enquanto projetos inventariados e registrados junto à ANEEL, referentes aos aproveitamentos de Itaóca, Funil e Batatal.

Não se verificam nas listagens qualquer assinatura de municípios de Ribeira, Itapirapuã Paulista, Adrianópolis, Cerro Azul ou Doutor Ulysses, municípios que tem terras abrangidas pelo reservatório ou obras da UHE Tijuco Alto.

Consigne-se ainda que o objeto de licenciamento é a UHE Tijuco Alto e somente neste aproveitamento que reside o interesse da Companhia Brasileira de Alumínio-CBA.

Além do efeito desta análise, ora apresentada, junto ao IBAMA, esperamos que o item de impactos cumulativos e sinérgicos, tal como definido em Termo de Referência dos Estudos Ambientais, não se quede como um exercício técnico, mas

*[assinatura]*

tal seja fio condutor de análise e posicionamento do IBAMA quanto à viabilidade ambiental dos mesmos, junto à sociedade e especificamente junto a ANEEL.

Atenciosamente,



**Ronaldo Luís Crusco**  
**Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto**

Fis.:	504
Proc.:	1772/04
Rubr.:	gce

MUNICÍPIO	NUMERO	PERCENTUAL
ELDORADO	423	41,63%
IPORANGA	229	22,54%
CAMPINAS	83	8,17%
ITAÓCA	77	7,58%
CANANÉIA	48	4,72%
SÃO PAULO	31	3,05%
REGISTRO	9	0,89%
MOGI DAS CRUZES	8	0,79%
SOROCABA	7	0,69%
(não legível)	6	0,59%
FRANCA	6	0,59%
CACHOEIRA PAULISTA	5	0,49%
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	5	0,49%
JUNDIAÍ	4	0,39%
SANTOS	4	0,39%
GUARULHOS	3	0,30%
ITAPETININGA	3	0,30%
ND	3	0,30%
BAURU	2	0,20%
BRASÍLIA	2	0,20%
CAJATI	2	0,20%
CARAGUATATUBA	2	0,20%
GUARUJÁ	2	0,20%
ITAQUAQUECETUBA	2	0,20%
ITARARÉ	2	0,20%
ITATIBA	2	0,20%
não legível	2	0,20%
OSASCO	2	0,20%
PIRACICABA	2	0,20%
POÇOS DE CALDAS	2	0,20%
SETE BARRAS	2	0,20%
SUMARÉ	2	0,20%
TAUBATÉ	2	0,20%
ANGATUBA	1	0,10%
APARECIDA	1	0,10%
ASSIS	1	0,10%
ATIBAIA	1	0,10%
BEBEDOURO	1	0,10%
BELO HORIZONTE	1	0,10%
BOTUCATU	1	0,10%
CAÇAPAVA	1	0,10%
CARAPICUIBA	1	0,10%
CUBATÃO	1	0,10%
CURITIBA	1	0,10%
DIADEMA	1	0,10%
GUARARAPES	1	0,10%
GUARATINGUETÁ	1	0,10%
HORTOLÂNDIA	1	0,10%
LAVRINHAS	1	0,10%
PALMITAL	1	0,10%
PARIQUERA-AÇU	1	0,10%
PIRACAIA	1	0,10%
PRESIDENTE PRUDENTE	1	0,10%
RIBEIRÃO PRETO	1	0,10%
SANTA ISABEL	1	0,10%
SANTO AMARO	1	0,10%
SANTO ANDRÉ	1	0,10%
SÃO CARLOS	1	0,10%
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	0,10%
TAQUARITINGA	1	0,10%
TIMBURI	1	0,10%
UBATUBA	1	0,10%
UBERLÂNDIA	1	0,10%
VALINHOS	1	0,10%
VILHENA	1	0,10%
TOTAL	1016	100,00%

Fls.: 505  
Proc.: 1772/04  
Rubr.: Jee

**MA136/0367/009/2005**

Fis.:	526
Proc.:	172104
Rubr.:	je

São Paulo, 22 de março de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 2923  
DATA: 28/03/05  
RECEBIDO: *[assinatura]*

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto  
Registro ativo na ANEEL

Senhor Coordenador,

Informamos que ainda no mês de março de 2005, a CBA protocolizou pedido de registro ativo para o empreendimento Tijuco Alto junto à ANEEL, como forma de aviventar os estudos que foram consignados, outrora, junto ao então DNAEE.

Esse estudo considerará o trecho entre os municípios de Cerro Azul (Ribeirão das Bombas) e a cidade de Ribeira e considerará um novo projeto básico, com novo arranjo de engenharia, conforme já noticiado em nosso boletim informativo e junto à grande imprensa.

Atenciosamente,



**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

*com 28/03  
Claudia  
Marcus Venius*



# protocolo

Fls.:	527
Proc.:	1172/04
Rubr.:	400

Companhia Brasileira de Alumínio

Pça. Ramos de Azevedo Nº 254 - 3º An  
01037-912 - São Paulo - S.P  
Tel 11 3224-7000  
Fax 11 3224-0000

Ref.: 16/05/2005-GGPTEE

São Paulo, 28 de fevereiro de 2005.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
At.: Dr. Amilton Geraldo  
Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH  
SGAN Q 603 - Módulo J  
70830-030 - Brasília - DF

Assunto: Solicitação de Registro Ativo dos Estudos de Inventário do Rio  
Ribeira de Iguape no trecho entre as cidades de Ribeira e Cerro Azul


Prezado Senhor,

A Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, com sede na praça Ramos de Azevedo, 254, 3º andar - São Paulo - SP e inscrita no CNPJ sob o n.º 61.409.892/0001-73, vem solicitar de V. Sª. o Registro Ativo dos Estudos de Inventário do Rio Ribeira de Iguape, na bacia do Atlântico Sudeste, entre os estados de São Paulo e Paraná, com a finalidade de aproveitamento hidrelétrico.

O inventário se refere ao trecho do Rio Ribeira de Iguape compreendido entre a cidade de Ribeira (SP) e as coordenadas UTM N: 7.251.200 e E: 663.300, nas proximidades da foz do Rio Bomba, limitado pela cota da cidade de Cerro Azul (PR) no Rio Ponta Grossa.

Para tanto, são apresentadas as informações requeridas na Resolução ANEEL n.º 393, de 04 de dezembro de 1998.

- I - Qualificação do interessado  
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA  
Praça Ramos de Azevedo, 254 - CEP: 01037-912 - São Paulo - SP.  
CNPJ n.º 61.409.892/0001-73.
- II - Denominação do curso d'água e o número da bacia e da sub-bacia hidrográfica  
Curso d'água - Rio Ribeira de Iguape  
Sub-bacia - 81  
Bacia - Atlântico Sudeste - 8

  
Votorantim

ANEEL - PROTOCOLO - GERAL
Recebido às 15:58 horas
Em 02 de 03 de 05
<i>marcela</i>



Fls.:	528
Proc.:	172/04
Rubr.:	lee

Companhia Brasileira de Alumínio

Pça. Ramos de Azevedo Nº 254 - 3ª And.  
01037-912 - São Paulo - S.P.  
Tel 11 3224-7000  
Fax 11 3224-xxxx

- III – Objetivo de estudo pretendido  
Aproveitamento hidrelétrico na qualidade de Autoprodutor.
- IV – Cópia de carta geográfica publicada por entidade oficial, com indicação do local do aproveitamento pretendido.  
No anexo I são apresentadas cópias das cartas do DSG, folhas "Ribeira" – SG-22-X-B-IV-2, "Tunas" – SG-22-X-B-IV-4 e "Cerro Azul" – SG-22-X-B-IV-3, escala 1:50.000, 1971, com indicação do trecho de interesse.
- V – Cronograma e condições técnicas de realização dos estudos  
No anexo II é apresentado um cronograma preliminar das atividades constituintes dos Estudos de Inventário.
- VI – Existência de estudos anteriores e a sua utilização parcial ou total  
O potencial energético do Rio Ribeira do Iguape, a montante de Registro, vem sendo estudado desde a década de cinquenta, quando a Light formulou um esquema de divisão de queda. Na década de 60, a CANAMBRA reestudou o rio nos estudos de inventário hidroenergético da Região Centro-Sul do Brasil.

Em meados dos anos 80, por intermédio do DNAEE, foi instalado o CEEIGUAPE – Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Ribeira do Iguape responsável pela política de desenvolvimento na região, particularmente relacionado ao uso múltiplo das obras hidráulicas propostas. Nessa situação a CESP, em conjunto com o IPT, procedeu a novos estudos da divisão de queda.

Anteriormente a esses estudos da CESP/IPT, a CBA recebeu autorização do DNAEE para a elaboração do Projeto Básico de Descalvado (segundo a divisão de queda vigente à época proposta pela CANAMBRA). Posteriormente, a CBA solicitou ao DNAEE a autorização para estudar o aproveitamento de Tijuco Alto. Esses estudos foram então iniciados para o local inventariado pela CANAMBRA, sendo em seguida deslocados para o local indicado nos estudos mais recentes da CESP/IPT.

Em 1988 a CBA recebeu a concessão para a realização do Aproveitamento Hidrelétrico Tijuco Alto (Decreto 96746/88), abrangendo o trecho entre as cidades de Ribeira (SP) e Cerro Azul (PR). Em continuidade a esses trabalhos, em 1989, a CBA concluiu o Projeto Básico do Aproveitamento Hidrelétrico Tijuco Alto.

Posteriormente, a CESP realizou novo estudo do Rio Ribeira do Iguape, apresentando um novo estudo de inventário em 1991, sendo a divisão de queda limitada a montante pela cidade de Ribeira e considerando o aproveitamento de Tijuco Alto da CBA.

  
  
Votorantim

Fls.: 529  
Proc.: 1172/04  
Rubr.: Ge

Companhia Brasileira de Alumina

Pça. Ramos de Azevedo Nº 254 - 3º Ar  
01037-912 - São Paulo - S.P.  
Tel: 11 3224-7000  
Fax: 11 3224-9999



VII – Previsão de dispêndio com os estudos de inventário

Complementarmente, temos ainda a informar:

Os serviços cartográficos, já realizados e em execução pela CBA, estão de acordo com as "Diretrizes para Elaboração de Serviços de Cartografia, de Topografia, e para o Georreferenciamento de Mapas, Desenhos e Arquivos Eletrônicos, Relativos a Estudos e Projetos de Centrais Hidrelétricas", editadas pela ANEEL em Janeiro de 2005.

Os estudo hidrológicos e geológico-geotécnicos já executados para o desenvolvimento do Projeto Básico do UHE Tijuco Alto serão aproveitados, na medida do necessário, para a elaboração do inventário no trecho de interesse. A divisão de queda do Rio Catas Altas, afluente pela margem esquerda e que deságua a montante da cidade de Ribeira também será contemplada na divisão de queda.

Deve ser esclarecido ainda, que a concepção do aproveitamento de Tijuco Alto prevê um volume de espera de  $480 \times 10^6 \text{ m}^3$  para controle de cheias, valor que será mantido nos estudos de inventário.

De acordo com o Cronograma Geral de Atividades, o prazo total para conclusão dos trabalhos e encaminhamento à ANEEL é de 4 (quatro) meses, tendo o término previsto para 30 de Junho de 2005.

Os estudos serão desenvolvidos pela CNEC Engenharia S.A., com sede em São Paulo, cuja responsabilidade abrange tanto os estudos de engenharia quanto os ambientais.

Agradecendo a atenção de V.S<sup>as</sup>., firmamo-nos.

Atenciosamente

  
**Carlos Mazzaro**  
Gerência Geral de Produção e  
Transmissão de Energia Elétrica

  
**Cláudio Pavanello**  
Diretor

  
  
  
**Votorantim**



Kemy

PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº 2474  
DATA: 15/03/05  
RECEBIDO *Rei*



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Fis.:	530
Proc.:	1172/04
Rubr.:	<i>Rei</i>

MEMO Nº 027/05 - NLA - GerEx - IBAMA/PR Curitiba, 11 de março de 2005.

Senhor Coordenador Geral,

Acusamos o recebimento do Memo. Nº 127/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA de 22/02/04 (ref. UHE – Tijuco Alto).

Diante da solicitação apresentada, informamos da impossibilidade de Técnicos do NLA/PR em participar, visto, primeiro pelo motivo de hoje o núcleo contar apenas com dois técnicos para atender toda a demanda do NLA/PR, e segundo, pela falta de recursos financeiros para deslocamento.

Desta forma, contamos com a Vossa compreensão, e agradecemos.

Atenciosamente,

Eng. Ftal. Sergio Roberto Xavier  
~~Analista Ambiental~~  
Coordenador de Licenciamento Ambiental  
IBAMA/PR

Ao Senhor  
Luiz Felipe Kunz Junior  
Coordenador Geral - CGLIC/DILIQ  
Fax : (061) 225 – 0564  
(061) 225 – 0445  
IBAMA/Sede  
Brasília – DF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

10:13

Fls.:	531
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Re

OFÍCIO nº 144 /2005 - DILIQ/IBAMA

Brasília, 14 de abril de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor,  
**RONALDO LUIZ CRUSCO**  
Coordenador de Estudo Ambientais da CNEC Engenharia S/A  
Rua Afredo Egídio de Souza Aranha, 100, Bloco A, 4º andar  
04726-170 - São Paulo/SP Fax: (11) 5696 8686

**Assunto:** Licenciamento Ambiental da UHE Tijuco Alto

Senhor Coordenador,

1. No decorrer dos trabalhos de implantação e atualização do Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal - SISLIC, não foi constatada a inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF de algumas UHE's e PCH's em fase de Licenciamento Prévio neste Instituto.
2. Solicito que Vossa Senhoria encaminhe a esta Diretoria o N° de CNPJ da empresa que coordenará os trabalhos de implantação da **UHE Tijuco Alto**, e seu respectivo CTF relacionado, para podermos atualizar as informações do SISLIC.
3. Informamos que a Licença Prévia não poderá ser emitida sem a confirmação desta inscrição, já que o empreendedor será considerado inadimplente perante o Ibama.
4. Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**Luiz Felipe Kunz Júnior**  
Diretor Substituto de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM
15 / 04 / 2005
AS 10:15 H
RESPONSÁVEL
Johiela
FAX N.º ( )



**DOCUMENTO**

Nº Documento : 10100.001665/05

Nº Original : 125/05

Interessado : AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA

Data : 29/4/2005

Assunto : REF. AO OF. Nº 85/05/GP-IBAMA, DE 17/05/05, QUE SOLICITA INF. ACERCA DO PROC. DE CONCESSAO DA UHE TIJUCO ALTO.

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA  
Nº: 6010  
DATA: 03/05/05  
RECEBIDO:**

**ANDAMENTO**

Fls.:	532
Proc.:	172/04
Rubr.:	lee

De : GABIN

Para : DILIQ

Data de Andamento: 29/4/2005 17:42:00

Observação: DE ORDEM PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

CNEC -

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Inah Simonetti Guatara

Chefe do Gabinete

IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

03 MAI 2005

Ofício nº J25 /2005-DR/ANEEL

Brasília, 22 de abril de 2005

A Sua Senhoria o Senhor  
**Marcus Luiz Barroso Barros**  
Presidente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Assunto: Concessão referente a UHE Tijuco Alto.

Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao Ofício nº 85/05/GP-IBAMA, de 17 de março de 2005, onde solicita informações acerca do Processo de Concessão da UHE Tijuco Alto, tendo em vista a tramitação, na Diretoria de Licenciamento do IBAMA, do processo de licenciamento da referida usina.

2. A outorga para exploração da UHE Tijuco Alto, localizada nos Municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, Estado do Paraná, e Ribeira, Estado de São Paulo, foi concedida à Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, por meio do Decreto nº 96.746, de 21 de setembro de 1988, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

3. Esta Agência vem acompanhando as dificuldades que o empreendedor tem enfrentado para implantação do referido empreendimento, mas a empresa continua com firme propósito de vencer tais obstáculos e implantar e operar a UHE Tijuco Alto.

4. Ao ensejo, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**JERSON KELMAN**  
Diretor-Geral

ISCG\Oficio\5\293J0404

SCG

SGAN - Quadra 603 / Módulos "I" e "J"  
CEP 70830-030 - Brasília - DF - Brasil  
Tel. 55 (61) 426 5600  
Ouvidoria 0800 61 2010  
[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

MMA - IBAMA  
Documento  
10100.001665/05-35  
GABIN

Data: 29/04/05 Pro

MA136/0580/010/2005

São Paulo, 05 de maio de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Diretor Substituto DILIQ

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto  
Encaminha Noticiário e Exemplar nº 3 do Boletim Informativo

Encaminhamos para conhecimento da equipe do IBAMA e para juntada ao respectivo processo administrativo, cópias de matérias jornalísticas veiculadas em diversos órgãos de imprensa versando sobre o empreendimento UHE Tijuco Alto e também exemplares do 3º Boletim Informativo dos Estudos Ambientais.

Atenciosamente,



**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto


<b>CNEC</b>	Ins.: 534
	Proc.: 1172/04
	Rubr.: fe

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA**

Nº: 6316

DATA: 11/05/05

RECEBIDO: 

*ca conc  
meano  
em 11/05/05*  


CNEC Engenharia S.A.



Fis.:	536
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

Novo estudo pode tirar Tijuco Alto do papel

O Estado de S. Paulo \* 02/03/2005 \* Versão online \* Cnec \* Pg. Capa e B8

VIDAL CAVALCANTE/AL



### Novo estudo pode tirar Tijuco Alto do papel

Ibama receberá novo projeto da hidrelétrica no Vale do Ribeira até o final deste semestre.

○ PÁG. 8

Fls.: 537  
 Proc.: 1172 b4  
 Rubr.: Ael

# Tijuco Alto reformula projeto

Após 17 anos, estudo de impacto ambiental da hidrelétrica da CBA é refeito para passar pelo Ibama

## ENERGIA E COMBUSTÍVEL

Renée Pereira

Afundado em problemas ambientais por 17 anos, o projeto da Hidrelétrica Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, entre São Paulo e Paraná, enfim, promete sair do papel. Para isso, um novo estudo de viabilidade ambiental da usina será apresentado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) até o final deste semestre. Além disso, diversas mudanças foram feitas no projeto original para reduzir o impacto da obra na região.

Os estudos foram retomados no ano passado, depois que a Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, dona da concessão, contratou a CNEC Engenharia para reformular o projeto. Entre as alterações incluídas no novo estudo está a mudança de lugar da casa de força, que ficará mais próxima da barragem.

O trabalho anterior previa a construção de um túnel de

### Grupo Votorantim já comprou parte dos equipamentos e terras para a usina

2.200 metros de comprimento para levar a água do reservatório até a casa de força, próximo a Adrianópolis, no Paraná. "Essa obra reduziria a vazão do rio,

prejudicaria a produção dos peixes e comprometeria a qualidade da água da região", argumenta o engenheiro da CNEC, Ronaldo Luis Crusco, responsável pelo estudo.

Além disso, diz ele, o novo projeto elimina o chamado descarregador de fundos, usado para limpar o reservatório. Apesar de aumentar a vida útil da represa, esse dispositivo, que permite a saída de água pela parte inferior da barragem, acaba piorando a qualidade da água. Crusco destaca ainda que mudou a tomada de água da cota 265 para 285. Assim, a água que é liberada do reservatório sai mais limpa e não compromete o abastecimento das populações que vivem abaixo da represa.

Quando concluída, a usina terá capacidade para produzir 144 megawatts (MW) de energia - suficiente para abastecer uma cidade de 100 mil habitantes. A expectativa é que o reservatório atinja 56 quilômetros quadrados (5.600 quarteirões) nos municípios de Ribeira e Itapiraçu, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Paraná.

Apesar dos entraves ambientais e das incertezas em relação ao início das obras

nos últimos anos, a empresa já tem quase todos os equipamentos e parte da terra necessária para o empreendimento comprados. A hidrelétrica já consumiu investimentos da ordem de R\$ 50 milhões em 17 anos.

## IMPACTOS

Os ambientalistas, no entanto, temem que a usina inunde cavernas e contamine a água pelas antigas minas de exploração de chumbo. Outra reclamação é que a autorização de uma hidrelétrica, no Rio Ribeira, desencadeará a construção de outras no mesmo rio, causando impactos irreparáveis para o meio ambiente.

“Trata-se de uma área que contém sítios arqueológicos, quilombos e Mata Atlântica”, argumenta a coordenadora jurídica da Fundação SOS Mata Atlântica, Elci Camargo. “Além disso, o represamento da água poderá elevar o teor de metais pesados e prejudicar a biodiversidade da região.”

Segundo os ambientalistas, o Rio Ribeira é o único sem barramentos em São Paulo e tem sua foz no complexo estuarino Iguape Cananéia, que é considerada uma das 5 regiões lagunares mais ricas em biodiversidade do planeta, pela União Mundial de Conservação da Natureza.

Crusco, do CNEC, no entanto, rebate as críticas e diz que não há risco de contaminação de chumbo, já que a represa não pegará as antigas áreas de mineração. Em relação às cavernas, ele esclarece que apenas duas pequenas cavidades serão atingidas. ●

Fis.:	538
Proc.:	172/04
Rub.:	Ale



CNEC Engenharia S.A.



Ministra visita o Vale do Ribeira

O Expresso - Capão Bonito • 19/03/2005 • Jornal • Cnec

Fis.:	539
Proc.:	1172/04
Rubric:	4ee

## Ministra visita o Vale do Ribeira

Aconteceu nesta sexta-feira, 18, em Registro, o lançamento do projeto "Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários/ Agenda 21". A ministra Marina Silva *(foto)* esteve presente no lançamento e foi recepcionada por autoridades da região e pela comunidade local.

Durante a permanência na região, Marina Silva visitou também a área do Quilombo de Ivaporunduva, em Eldorado, distante 60 quilômetros de Registro. *Região 7/1º*



Fls.:	540
Proc.:	172/04
Rubr.:	Aer

## Ministra participa de lançamento da Agenda 21

### VALE DO RIBEIRA

Aconteceu nesta sexta-feira, 18, em Registro, o evento de lançamento do projeto "Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários/Agenda 21" - uma iniciativa dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e que está sendo financiado com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

A ministra Marina Silva es-

teve presente no lançamento e foi recepcionada por autoridades da região e pela comunidade local, no Salão Principal do Registro Baseball Clube - RBBC.

Durante a permanência na região, Marina Silva visitou também a área do Quilombo de Ivaporunduva, em Eldorado, distante 60 quilômetros de Registro.

Paralelamente aconteceu o lançamento dos Editais do PD/A - Mata Atlântica pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que é uma linha de financiamento ligada a projetos demonstrativos, bem como a

assinatura de contratos de financiamento de projetos do PDA já aprovados, referentes aos Quilombos de Ivaporunduva e Mandira, este localizado no município de Cananéia e a assinatura dos contratos será efetuada no Quilombo de Ivaporunduva.

Ainda em Registro, a Ministra Marina Silva participou da solenidade de posse dos membros da Comissão Executiva do CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira, a ser realizada também no RBBC.

O evento foi uma ação con-

Fls.:	541
Proc.:	1172104
Rubr.:	Aa

junta dos três Ministérios e está sendo organizado pelo IDESC – Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale Ribeira, responsável pela implantação do projeto da Agenda 21 na região, e pelo CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira, fórum de instituição e deliberação do projeto.

**Projeto Agenda 21 no Vale do Ribeira** - O Vale do Ribeira começou a traçar um novo caminho em busca do desenvolvimento, baseado na sustentabilidade, com a participação comunitária, e a implantação de projetos e investimentos que conciliem a conservação do meio ambiente e a inclusão social da maioria da população local.

É o início da construção de uma importante ferramenta – a Agenda 21, aqui denominada de Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e implantação de projetos socioambientais prioritários/Agenda 21.

O projeto abrange 32 municípios, localizados nos estados de São Paulo e Paraná inseridos na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. São eles: Adrianópolis, Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Bocaiúva do Sul, Cajati, Cananéia, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Itapirapuã Paulista, Itaóca, Itaperuçu, Ja-



A ministra Marina Silva visitou o Vale do Ribeira

cupiranga, Juquiá, Jucituba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruibe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, Rio Branco do Sul, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí e Tunas do Paraná.

Em novembro de 2004, o Ministério do Meio Ambiente publicou o edital nº 03/2004 propondo o apoio financeiro para este projeto, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, num valor de R\$ 749.995,00.

Outros R\$ 188.040,00 entram como contrapartida da região.

O projeto da Agenda 21

visa desencadear um amplo processo participativo, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os diferentes níveis de governança.

Tem como meta a elaboração, discussão, tomada de decisão, pactuação e validação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira e, ao mesmo tempo, busca identificar e capacitar representantes das instituições locais, além de negociar e definir ações prioritárias, em especial, na área socioambiental.

CNEC Engenharia S.A.


**MÁQUINA**  
 comunicação corporativa integrada


Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto - Veja onde será construída

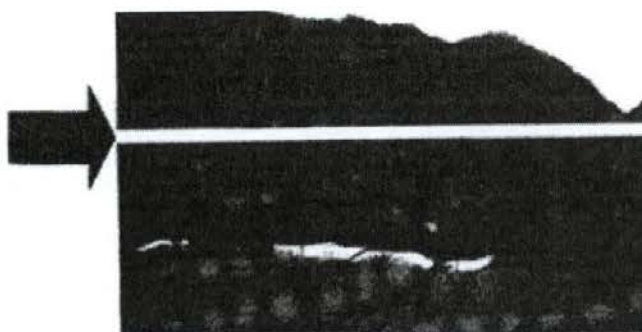
Folha do Vale - Alto Ribeira - SP • 23/03/2005 • Jornal • Cnec

 Fls.: 542  
 Proc.: 1172/04  
 Rubr.: Jee

**Analisamos os prós e os contras, da barragem da CBA - Tijuco Alto, para os municípios do Vale do Ribeira - págs. 6 e 7**

## Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto - Veja aonde será construída

A linha clara mostra aonde a água deve atingir na cota 300. Como em Cerro Azul, na praça a altura é de 310 m do nível do mar, e Adrianópolis é 154 m do nível do Mar, os cerca de 40 a 50 km que separa estas cidades, em linha reta, mostra que o desnível de 150 m em 40 km é muito alto.



Isto significa dizer que o grande desnível entre estas cidades, acentua um vale encravado entre montanhas, com muitas cachoeiras. A área de inundação, comparada com outras usinas, é mínima.

A extensão da inundação é de 65 km e 56,5 Km<sup>2</sup> de área de lago. Em volta da área inundada deverá haver 100 m lineares de Preservação Permanente.

### Áreas a Serem Alagadas e Percentual

Município	Área Município (ha)	Área reservatório	% Reservatório
Adrianópolis	133.300	995,83	19%
Cerro Azul	134.600	1846,20	36%
Doutor Ulysses	78.000	885,27	17%
Itapirapuã Paulista	40.700	506,96	10%
Ribeira	33.600	935,74	18%
<b>Total</b>	<b>420.200</b>	<b>5.170,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Jornal O Tijuco - CBA



Este é o exato local onde será construída a Barragem, distando cerca de 10 Km de Adrianópolis.



Fis.: 543  
 Proc.: 1172/04  
 Rubi.: All

No local onde será construída a Barragem, técnico abriram um buraco de mais de 100 m de profundidade, com a finalidade de sondar se o terreno e as rochas suportarão uma quantidade de cimento e água como a da Usina de Tijuco Alto.



Aldo Brighetti e Maria Aparecida Dantas Brighetti (Cida), são as pessoas representantes da CBA e de Tijuco Alto em Cerro Azul e Região.



Esta foi a primeira reunião sobre Tijuco Alto, para os Jornalistas dos municípios envolvidos, realizada em 2004.

Neste local será construída a Barragem



Fis.: 544  
 Proc.: 1172/04  
 Rubr.: Jec

A Altura da barragem será de 153 m. A cota 300 (300 m de altura do nível do mar) fica na altura de 150 m. Portanto a cota 290 fica a 140 m na Barragem. A cota é a cota de trabalho (mais comum). E a 300 é para controlar cheias.



Este é o acampamento da CBA e CNEC ao pé da Barragem. Na foto, a linha clara mostra onde a água irá atingir.

**Prós da Usina Tijuco Alto**

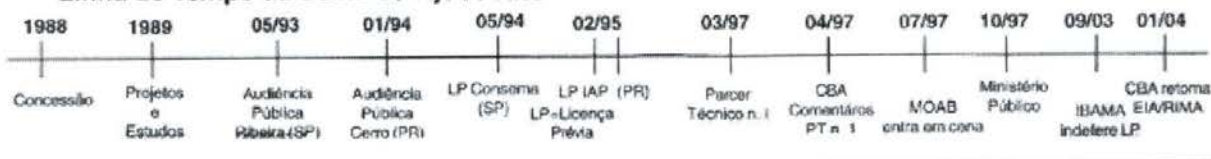
1. Mais Empregos (1300 a 1500 na época da Construção)
2. A região terá um grande levantamento da flora, fauna, aspectos sociais, solo...
3. Depois da compra das áreas ribeirinhas, o uso de agrotóxicos diminuiu quase a zero.
4. Haverá 100 m de área de preservação permanente ao redor do lago e maior cuidado com esta área.
5. Aumento de Fundo de Participação do Município e Royalties ecológicos.
6. Atividades de Lazer, Turismo, Náutica, Rio Ribeira Navegável.

7. Povoamento de maior variedade e espécies de peixes.

**Contras da Usina Tijuco Alto**

1. Como é uma usina particular, será permitido visitar e navegar sempre que se quiser? Ou depende de autorização e horário marcado.
2. Poucos empregos fixos.
3. Onde será feita a ponte para Dr. Ulysses: mais acima pois é mais estreito?
4. Alagamento de áreas Magníficas.
5. Já por 17 anos o Fundo de Participação do Município é menor, pois muitas pessoas já saíram do município.
6. Remanejamento de túmulos, tradições, estradas tradicionais...

**Linha do Tempo da Usina de Tijuco Alto**



## Tijuco Alto - Mais Alguns Prós e Contras - Lista de Usinas Hidrel. CBA



Quem vai de carro para a Bomba, não pode deixar de apreciar o Canal do Varadouro, uma beleza, que será totalmente inundado. Um contra,



O Vale do Rocha é uma das regiões mais bonitas do Vale do Ribeira. Este vale também será completamente inundado. Uma comunidade de aproximadamente 300 pessoas vivia ali. Hoje tem apenas um guardião.

Fis.: 545  
 Proc.: 172/04  
 Rubr.: *flu*



Esta é a foz (barra) do Turvo no Ribeira. Esta foto foi tirada em 1989. Ao fundo, na margem do Ribeira, há uma plantação de tomate, alinhado morro abaixo, sem mata ciliar. Os agrotóxicos iam todos parar dentro do Ribeira.



Esta foto da barra do Turvo foi tirada em 2005. Notem a mata ciliar de mais de 10 metros de altura. Por toda a área comprada pela CBA, a mata ciliar em volta do Ribeira retornou. Um pró...

### Lista de Usinas Hidrelétricas Pertencentes ou Gerenciadas pela CBA

Nome da Usina	Rio	Estado	Início Operação	Capac. Instalada	Produção Média	Altura (m)	Comprimento (m)
Franco	Juquá	SP	1953	29,52 MW	151 GWh/ano	48 m	208 m
Fumaça	Juquia	SP	1964	36,4 MW	202 GWh/ano	53,5 m	154 m
Itaporanga	Sorocaba	SP	1914 (CBA controla desde 1973)	55 MW	150 GWh/ano	36 m	415 m
Alcântara	Juquia	SP	1974	72 MW	400 GWh/ano	54,4 m	207 m
Serraria	Juquá	SP	1978	24 MW	145 GWh/ano	60,7 m	190,5 m
Porto Razo	Juquia	SP	1982	28,4 MW	170 GWh/ano	40 m	137,5 m
Barra	Juquá	SP	1986	40,4 MW	240 GWh/ano	94,85 m	258 m
Salto do Iporanga	Assungui	SP	1989	36,07 MW	232,7 GWh/ano	77 m	233 m
Jurupari	Peixe	SP	1996	7,2 MW	30 GWh/ano	27 m	135 m
Canoas	Paranápanema	SP/PR	1999	41,74 MW	260 GWh/ano	29 m (na parte de terra)	37,5 m (concreto) 360 m (terra) 340 m (mista)
Piraju	Paranápanema	SP	2002	80 MW	372 GWh/ano	38 m	637 m
Machadinho	Uruguai	SP	2002	275,3 MW	1.001 GWh/ano	126 m	700 m
Oulinhos	Paranápanema	SP	2005	44 MW	297 GWh/ano	25 m	250 m
Barra Grande	Uruguai	SC/RS	2005	106,20 MW (parcela CBA)	500 GWh/ano	185 m	665 m
Campos Novos	Canoas	SC	2006	196,7 MW (parcela CBA)	751,2 GWh/ano	196 m	502 m
Tijuco Alto	Ribeira	PR/SP	2010-2011 (estimativa nossa)	144 MW	541 GWh/ano	153 m	???

CNEC Engenharia S.A.



Tijuco Alto

Gazeta Mercantil \* 03/05/2005 \* Jornal \* Cnec \* Pg. C 2

Fls.:	546
Proc.:	1172/04
Rubr.:	gec

**TIJUCO ALTO**

O estudo ambiental da hidrelétrica Tijuco Alto, um projeto da CBA, do grupo Votorantim, no rio Ribeira, deve ser concluído até junho próximo

Página C-2



GERAÇÃO

# CBA adapta projeto de Tijuco Alto

Fls.:	547
Proc.:	1172/04
Rubr.:	See

*Proposta altera o modelo original e procura acordos com moradores das regiões atingidas*

GABRIEL DE SALES  
SÃO PAULO

A usina Tijuco Alto, com potencial de 144 MW, que a Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, planeja construir no Rio Ribeira, divisa de São Paulo com o Paraná, e cujo processo de licenciamento figura entre os mais demorados da história das concessões hidrelétricas do País, poderá finalmente sair do papel ainda no decorrer deste ano. Alterações na legislação, diferentes interpretações entre os órgãos fiscalizadores envolvidos, a reação das comunidades da área abrangida pela barragem e, com o passar dos anos, mudanças na realidade sócio-ambiental da região, impediram a CBA de deslançar a obra, cuja concessão detém desde setembro de 1988 e na qual prevê investir entre US\$ 100 e US\$ 120 milhões.

A retomada do processo, em meados de 2004, identifica alguns itens do projeto original que precisam ser modificados objetivando reduzir os impac-

tos no meio ambiente e junto às comunidades locais. Ao mesmo tempo, preconiza mudanças técnicas como na casa de força, transferida para mais próximo da barragem, e a eliminação de um túnel de 2.200 metros previsto no projeto original. Esse túnel serviria para captar água no reservatório e levá-la até a casa de força dez quilômetros adiante, numa espécie de "atalho", mas provocaria acentuada redução do volume de água em um trecho de 11 km do rio. Com a eliminação do túnel, o Ribeira deverá se manter com sua vazão normal, como explica Ronaldo Luis Crusco, coordenador de projetos da Cnec Engenharia, empresa contratada em 2004 pela CBA para cuidar da consultoria ambiental do projeto.

A usina fica a dez quilômetros das cidades de Ribeira (SP), e Adrianópolis (PR). Além desses dois municípios serão parcialmente atingidos pelo reservatório Itapirapuã Paulista, Cerro Azul e Doutor Ulisses, esses dois no Paraná.

Crusco lembra que no inventário do potencial hidrelétrico do Ribeira que a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) apresentou ao antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAE) foram sugeridas mais três barragens naquela região (Itaóca, Funil e Batatal). Contudo, em

1993 a própria Cesp desistiu dos projetos que, desde essa época, não despertaram o interesse de nenhum empreendedor. Assim, Tijuco Alto, que é a única hidrelétrica concessionada, acabou despertando a reação da comunidade quilombola (remanescentes dos antigos grupamentos de ex-escravos) por recearem que "se fizerem Tijuco Alto farão também as outras três".

Técnicos da Cnec vêm se reunindo com a população local para informá-la sobre a obra e, nos casos de reassentamento, tentar encontrar uma solução na própria região, onde predomina a economia de subsistência, basicamente com a pecuária leiteira e o cultivo de feijão, arroz, mandioca e hortaliças. Foram cadastrados 660 imóveis de pequeno, médio e grande porte.

Os problemas encontrados pela Cnec passam por situações complexas como a regularização dos títulos das propriedades ocupadas por posseiros e o

Fis.:	548
Proc.:	1172/04
Rubr.:	APR

destino de arrendatários que estão na terra há 20 ou até 30 anos, mas cujo entendimento é feito com os proprietários, até situações mais simples e curiosas como a preservação de uma antiga balsa sobre o Ribeira — exigência dos moradores — e o traslado de restos mortais de 200 sepulturas de um cemitério rural cuja área será coberta pela barragem.

Crusco acredita que até o final de junho esse trabalho esteja concluído, quando serão entregues ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima). A partir de agosto, serão promovidas, já no âmbito do Ibama, audiências públicas na região para a concessão da licença prévia, o que pelos cálculos de Crusco, demora de oito meses a um ano.

Obtida a licença prévia, com base no EIA/Rima será dada continuidade aos estudos para o Projeto Básico Ambiental necessário para a licença de instalação da usina, que corres-

ponde ao sinal verde para o início das obras. A conclusão pode ocorrer em até quatro anos, caso o atual cronograma não sofra atraso.

Crusco atribui boa parte dessa demora ao fato de atualmente as concessões serem feitas por um órgão, enquanto um outro concede licença ambiental. “Espera-se que com Empresa de Pesquisa Energética criada pelo ministério de Minas e Energia se conciliem as duas partes, já que hoje, até chegarem à licença de instalação, as empresas agem no escuro”, afirma o coordenador de projetos da Cnec.

**MUNICÍPIOS ATINGIDOS**



CNEC Engenharia S.A.


**MÁQUINA**  
 comunicação corporativa integrada

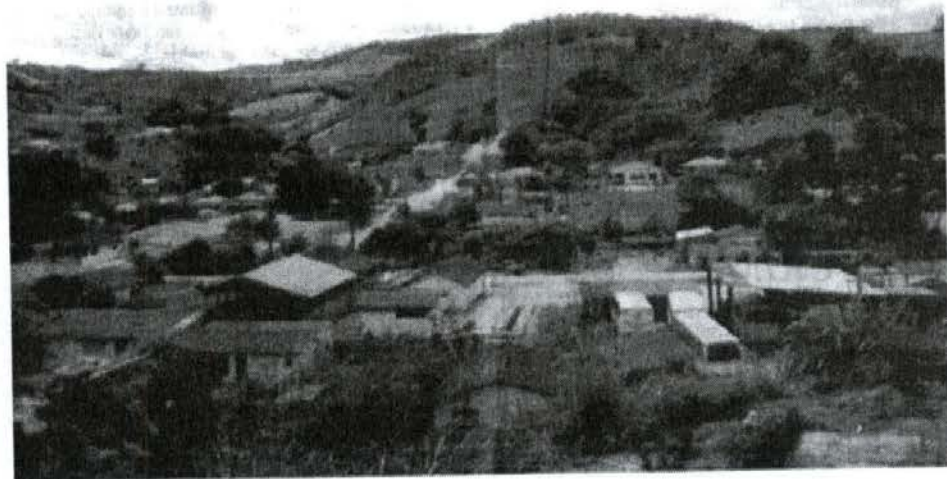

 CBA responde sobre Tijuco Alto

Voz do Ribeira - PR \* 03/02/2005 \* Jornal \* Cnec \* Pg. Capa e 7

Fis.:	549
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4ee

## CBA RESPONDE SOBRE TIJUCO ALTO

Segundo o CNEC, em resposta a posição da coordenação geral do CEDEA a CBA está remodelando o projeto de engenharia, como apresentado nas reuniões públicas realizadas, em Cerro Azul (em 26 de novembro), Ribeira e Adrianópolis (23 de outubro) e também na reunião com a imprensa local e regional realizada no dia 22 de outubro. Aspectos importantes foram introduzidos ao projeto, como a diminuição do trecho do rio que teria o volume de água reduzido, trazendo a casa de força e turbinas mais para perto da barragem. Segundo o Coordenador de estudos Ambientais do CNEC, Ronaldo Crusco, será feita uma pesquisa sobre o que sucedeu com as famílias que tiveram as terras adquiridas pela CBA, há mais de 15 anos atrás, bem como uma avaliação das condições de aquisição à época. Esta pesquisa servirá de base para se poder de fato, verificar se existem problemas que decorrem do processo de aquisição de áreas feito pela CBA no passado. Pág. 07



VISTA PARCIAL - CERRO AZUL/PR

# CNEC RESPONDE AO CEDEA SOBRE A BARRAGEM

Fis.:	550
Proc.:	1772/04
Rubr.:	48

Sobre os questionamentos feitos pela Sra. Laura Jesus de Moura e Costa, Coordenadora Geral do CEDEA, sobre o Projeto Tijuco Alto, na edição da 2ª quinzena de dezembro 2004, do Jornal Voz do Ribeira, encaminhamos alguns esclarecimentos, com o intuito de colaborar com o debate, que achamos necessário e de interesse de toda a comunidade. Pedimos que o mesmo seja publicado.

1- A CBA está remodelando o projeto de engenharia, como apresentado nas reuniões públicas realizadas, em Cerro Azul ( em 26 de novembro ), Ribeira e Adrianópolis ( 23 de outubro ) e também na reunião com a imprensa local e regional realizada no dia 22 de outubro. Aspectos importantes foram introduzidos ao projeto, como a diminuição do trecho do rio que teria o volume de água reduzido, trazendo a casa de força e turbinas mais para perto da barragem . A figura a seguir exemplifica essa mudança, que é ambientalmente muito significativa, pois mantém o volume de água atual a jusante da barragem, evitando que um trecho de cerca de 10 km ficasse ensecado. Eliminou-se um componente da barragem chamado descarregador de fundo, que poderia permitir a passagem de sedimentos contaminados para a o trecho a jusante da barragem, rio abaixo. Além disso, a mudança do local da casa de força, que não mais ficará de frente à cidade de Ribeira, eliminará um provável impacto visual negativo e, também, o risco de

erosão na margem oposta do rio. Essas mudanças refletem um amadurecimento ambiental do projeto, diminuindo impactos potencialmente negativos, como os exemplificados e também atendendo a maior preocupação ambiental atual.

2- É sempre bom esclarecer que trata-se de um novo estudo ambiental, com um novo projeto de engenharia, que serão apresentados ao IBAMA e, portanto, algumas questões serão estudadas (e estão sendo) e apresentadas ao final do EIA/RIMA. Por exemplo : Será feita uma pesquisa sobre o que sucedeu com as famílias que tiveram as terras adquiridas pela CBA, há mais de 15 anos atrás, bem como uma avaliação das condições de aquisição à época. Esta pesquisa servirá de base para podermos, de fato, verificar se existem problemas que decorrem do processo de aquisição de áreas feito pela CBA no passado.

3- O reservatório será novamente mapeado possibilitando a atualização de número de imóveis, famílias residentes e benfeitorias das propriedades. Decorridos mais de dezessete anos a tecnologia de levantamento permite, atualmente, maior precisão com a utilização de aparelhagem GPS, orientada por satélite. Também será feita uma recontagem de famílias e pessoas presentes na área a ser diretamente atingida pelas obras e pelo reservatório do novo projeto, pois aconteceu movimentação de compra e venda de terras, ( de particulares a particulares ) além de partilhamento de outros imóveis. Os dados do estudo anterior

apontam os seguintes números acerca do reservatório :

Considerando-se a cota 300- cota de referência do EIA/RIMA anterior:

- Área do Reservatório+ Espelho de Água ( somatório da calha do rio em seu leito normal + área de armazenamento )= 56,59 km<sup>2</sup>

- Considerando- se a cota de na máximo normal – ( 290 m, onde a água ficará na maior parte do tempo ) a área inundável é de 43, 2 km<sup>2</sup>, conforme EIA anterior.

- Área de alagamento ( do EIA anterior ) 51,7 km<sup>2</sup>

- Área do leito do rio= 4,89 km<sup>2</sup>

- Imóveis a serem afetados pelo alagamento= 660 unidades ( não confundir imóveis com propriedades , pois dois ou mais imóveis podem pertencer a um mesmo proprietário ). Eram 730 domicílios, com um total de 3.100 pessoas aproximadamente.

4- Parte do sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil é interligado; a energia que é gerada em um local é distribuída para ser utilizada em outro. A crise do apagão havida em 2002, originada , principalmente, no baixo nível dos reservatórios do centro do País, refletiu em todo o sistema elétrico. Nada adianta dizer que um Estado é auto-suficiente, pois uma quebra no sistema acaba afetando todo mundo e, ademais, vivemos numa Federação de Estados onde o uso do recurso hídrico para geração de energia elétrica é ordenado pela União Federal.

5- O modelo atual do sistema elétrico ordenado pela legislação em vigor, capacita legalmente empreendedores particulares para a geração e distribuição de energia. O governo federal , como já sabido, não possui capacidade financeira para arcar com os custos da geração e

distribuição, de modo que é lícito aos empreendedores construir hidrelétricas para seu uso e também para colocar a energia no mercado. Fazem isso, procurando não só o lucro, mas também para garantir o suprimento de um fator de produção muito importante : a energia. Além disso o governo federal e também os estaduais , dada a atual incapacidade do setor público em produzir e efetuar investimento, vem procurando regulamentar as parcerias público- privadas, ou seja, cada vez mais o setor empresarial é chamado a participar nos investimentos de infraestrutura no País.

6- Sobre a transferência de famílias , é exigência cada vez mais presente a promoção de reassentamento das mesmas, em condições melhores em que se encontram atualmente. Isso vale para as famílias rurais e urbanas. Os critérios de seleção estão sendo estudados e serão apresentados à população, havendo outras opções conforme o porte das propriedades atingidas e a condição dos proprietários e posseiros.

7- Os estudos atuais e também os anteriores apontam que somente duas cavernas serão afetadas: a Gruta do Rocha e a Gruta da Mina do Rocha. Estudos foram feitos pelo CNEC, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e pelo Grupo de Espeleologia Açungui. Não são cavernas com a beleza e magnitude de outras que ocorrem no Vale do Ribeira como a Caverna Santana ou Caverna do Diabo. São mais tímidas; uma não possui estalactites ou estalagmites e outros temas e a outra foi descoberta na galeria de abertura da mina do Rocha ( quando esta começou suas operações de lavra de minério ), o que já naquele tempo acarretou algum prejuízo às formações que existiam na caverna.

8- Não se formarão novas dolinas durante a vida da hidrelétrica; a formação de dolinas depende do tempo geológico, que é medido em

Fls.:	551
Proc.:	172/04
Rubr.:	40

Fls.:	552
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4ee

milhões de anos e do trabalho constante da água sobre o calcário.

9- A água do rio Ribeira possui contaminantes de metais pesados, mas não em todo o seu trecho. As análises feitas pelo empreendedor CBA e também por órgãos oficiais, mostram uma queda exponencial do teor de chumbo na água, depois do encerramento das atividades das Plumbum (em Adrianópolis, a 12 km do local da barragem, fora do reservatório) e também da mineração do Rocha (esta dentro do reservatório).

Ainda quanto a qualidade das águas, outras questões são importantes de serem ressaltadas e esclarecidas:

a- a cidade de Ribeira capta água diretamente do rio Ribeira e não se noticia contaminação de chumbo na população por esse motivo;

b- a CBA possui ofício da SANEPAR que se mostra interessada em buscar água no reservatório de Tijuco Alto para o abastecimento público;

c- a água que movimentará as turbinas será captada mais na superfície do reservatório garantindo uma água de melhor qualidade, pois a barragem, agora sem o descarregador de fundo, não mais transmitirá sedimentos contaminados para jusante (para baixo do rio);

d- a CBA retirou e depositou adequadamente fora da área a ser alagada, com o aval do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 66.000 m<sup>3</sup> de rejeitos de mineração da antiga mina do Rocha. Não se pode confundir essa situação com a mineração e refinaria de chumbo da Plumbum, que ainda tem depósitos de escória de fornos e rejeitos de mina praticamente às margens do rio Ribeira. A mineração Plumbum é o grande foco de contaminação da população que reside ao redor de suas instalações, conforme estudos efetuados na região;

e- o volume de água de jusante (depois da barragem) não será diminuído, em comparação aos períodos médios e críticos de vazão natural do rio;

f- o reservatório e o rio continuarão a receber águas alcalinas, vindas dos afluentes, o que garante que não haverá um aumento da acidez das águas disponibilizando chumbo para a cadeia alimentar. Além disso, a água vertida pelas turbinas, será obtida da parte superior do reservatório, o que garante uma água de melhor qualidade e mais oxigenada pelo turbilhonamento.

10- Os custos de geração de energias alternativas ainda são proibitivos. Por exemplo: o último leilão de energia de hidrelétrica comercializou o quilowatt hora a R\$ 50,00- 60,00 enquanto que uma eólica (turbina movimentada a vento) tem seu valor por volta de R\$ 220,00 o quilowatt hora e os investidores ainda reclamam. Não é todo lugar que admite, pela condição de ventos, a instalação de uma usina eólica. Não é demais ainda considerar que o último encontro sobre energia acontecido na Alemanha, em 2004, considera a energia Hidrelétrica como energia limpa, mas com impactos sociais. Essa foi uma posição defendida pela delegação brasileira que saiu vencedora nos debates. O Brasil utiliza cerca de 25 % do seu potencial hidrelétrico, coisa que os países mais desenvolvidos e industrializados não possuem ou já esgotaram. Entende-se a posição desses países em querer refrear o uso de energia hidrelétrica.

11- Entendemos que a hidrelétrica não inviabiliza o turismo rural ou o ecoturismo, aliás o potencializa sob alguns aspectos. Nota-se que em todo o País, alguns empreendimentos hidrelétricos propiciaram o surgimento de atividades de recreação e lazer ligados ao reservatório; o surgimento de marinas, chácaras, clubes, pesca

esportiva etc. Tudo isso pode e deve ser coadunado com as tradições e cultura locais, há experiências e práticas bem sucedidas. Na região sul pode-se citar os casos de Salto Segredo e Salto Caxias no rio Iguaçu, Itá e Machadinho no rio Uruguai e ainda Promissão e Nova Avanhandava no rio Tietê.

12- O empreendimento, com a implantação de seus programas ambientais, deverá prever a rearticulação e melhoria do sistema viário local. Toda ligação intermunicipal que for interrompida será recomposta. Quanto à agenda 21 local, entende-se não haver contraposição, entre os objetivos ali estabelecidos e a operação do empreendimento. Outros empreendimentos empresariais, por certo também ali não foram contemplados e nem por isso são indesejáveis.

13- O empreendedor vem apresentando seu projeto à população e discutindo as principais questões e vamos continuar perseguindo essa diretriz. Além disso o IBAMA, por certo exigirá a realização de audiências públicas formais. Gostaríamos de aprofundar a discussão, ainda que existam setores organizados que se recusam ao debate; tem uma pré concepção, calcada em dados que hoje já não se sustentam mais.

14- Os dados referentes aos imóveis /famílias utilizados no EIA/RIMA anterior, datado de 1989/1991, não correspondem a realidade atual; assim vamos fazer um novo cadastro que será apresentado ao final dos novos estudos. Da mesma forma os critérios de indenização, bem como de relocação serão propostos, apresentados e discutidos com a população e com a sociedade organizada assim que forem concluídos.

15- Sobre a questão dos empregos diretos a serem gerados, segue um QUADRO ilustrativo do que

é previsto:

**CATEGORIAS  
PERCENTUAL  
FUNCIONÁRIOS.**

NÚMERO DE

NÍVEL A	%	Nº
(unives, supervisor e chefia)	2%	28
NÍVEL B		
(tecnico, feitor, aux. Técnico)	14%	196
NÍVEL C		
(operário qualif. e servente)	84%	1176
TOTAL	100%	1400

Fis.:	553
Proc.:	1172/01
Rubr.:	geu

Os números acima consideram o pessoal que irá trabalhar nas obras civis, adiciona-se a esse total cerca de 300-400 trabalhadores encarregados de atividades de desmatamento e limpeza de reservatório, na rearticulação de sistema viário, relocação e reassentamento de população etc.

Estima-se que deste total 980 ou seja 70 % sejam contratados na região:

16- Tijuco Alto teve sua concessão de uso de potencial hidrelétrico outorgada à CBA por ato do Presidente da República, conforme Decreto Federal nº 96.746 de 21 de setembro de 1988, ouvidas as instâncias competentes à época. Não foi revogado nem explicitamente, nem implicitamente; não houve quebra do ordenamento jurídico com a Constituição de 1988.

17- Com o novo Estudo de Impacto Ambiental e consoante à Lei Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia deverão se pronunciar sobre a utilização do recurso hídrico para fins de geração de energia elétrica, cabendo à Agência Nacional de Águas conceder à outorga de direito de uso dos recursos hídricos para os fins especificados.

18- Consultado o site [www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic](http://www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic), da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, o texto da Constituição do Estado do

Paraná, lê-se no Artigo 163

Art. 163. O Estado Fomentará a implantação, em seu território, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente.

**Como se observa, o texto da Lei diverge frontalmente do que foi publicado, no item 17, constante na manifestação do CEDEA. Ali no Art 163 , repetimos, não está consignado que não poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de grande ou médio porte que não sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná, conforme quer crer o CEDEA.**

**Existe obrigatoriedade de se proceder a obtenção de autorização legislativa, via decreto, para a implantação de usinas hidrelétricas, conforme o Artigo 209 da Constituição Paranaense, conforme segue:**

*Art. 209. "Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária."*

19- O estudo em elaboração pelo CNEC, conforme Termo de Referência definido pelo IBAMA em julho de 2004, deverá contemplar uma avaliação de impactos cumulativos, onde justamente serão considerados os impactos ambientais de Itaóca, Funil e Batatais, em conjunto com os de Tijuco Alto.

Embora a CBA não tenha interesse nos aproveitamentos de Itaóca, Funil e Batatais, entendeu que no estudo devam ser explicitados os impactos cumulativos, já que esses

empreendimentos estão ainda em fase de inventário ( estudos iniciais onde se verifica o potencial de geração ) na Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, e conforme dispõe a Resolução CONAMA 001 /86.

Esclareça-se que o empreendimento que está sendo licenciado é Tijuco Alto e se algum empreendedor quiser "tocar" para frente os outros empreendimentos, terá que seguir todos os trâmites e ritos do licenciamento ambiental. Esperamos que o estudo a ser apresentado seja uma ferramenta para o IBAMA discernir a viabilidade prévia desses outros empreendimentos.

20- A potência instalada da Usina Tijuco Alto, conforme projeto, é de 144 MW, sendo utilizadas duas turbinas de 77 MW cada e não 215 MW, como foi noticiado uma vez na grande imprensa. É, portanto, uma usina de médio porte, seja pela potência instalada, seja pela área alagada, em comparação a outros empreendimentos hidrelétricos.

Contando com a prestimosa colaboração, antecipadamente agradecemos e colocamos- nos à disposição.

**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador de Estudos Ambientais-  
UHE Tijuco Alto  
CNEC Engenharia S.A

Fls.:	554
Proc.:	1172/04
Rubi.:	lee



CNEC Engenharia S.A.



 Vale do Ribeira espera por Tijuco Alto

O Estado do Paraná - PR \* 22/03/2005 \* Jornal \* Cnec \* Pg. 32

Fls.:	555
Proc.:	172/04
Rubr.:	4e

## Vale do Ribeira espera por Tijuco Alto

Usina hidrelétrica pode sair do papel dentro de cinco anos, em uma das regiões mais pobres do Estado

Joyce Carvalho

O Vale do Ribeira, uma das regiões mais pobres do Estado, pode receber a construção de uma usina hidrelétrica daqui a cinco anos, no Rio Ribeira do Iguape, que corta os estados do Paraná e de São Paulo. Esta é a estimativa para que finalmente saia do papel o projeto da Usina de Tijuco Alto, cuja capacidade de geração será de 144 megawatts de energia. A concessão para a construção existe desde 1988 e pertence à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim. O custo estimado do empreendimento é de US\$ 100 milhões.

Devido a problemas com as licenças ambientais, o projeto ficou parado por 12 anos. Segundo o coordenador de Projetos da Cnec Engenharia, empresa que presta serviço para a CBA em relação a Tijuco Alto, Ronaldo Luis Crusco, a companhia começou a trabalhar no empreendimento em 1989. Três anos depois, foram entregues o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e à Se-

cretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que aprovaram os documentos em 1994 e forneceram as licenças prévias.

Mas o Rio Ribeira do Iguape foi considerado federal porque corta dois estados. Esse parâmetro pedia o parecer do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em 1997, foi feito o pedido de licença junto ao Ibama, e o mesmo indeferiu a requisição em 2003. O órgão alegou que o conjunto de informações, colhidas no início da década de 1990, não refletiam a atualidade.

O Ibama, então, indicou que a CBA poderia fazer novos EIA e Rima a partir de um Termo de Referência (TR). Esse processo se iniciou em maio de 2004. Os levantamentos devem ser entregues ao Ibama no final do primeiro semestre deste ano. A pedido do órgão ambiental, a Cnec também precisará dimensionar os impactos ambientais cumulativos em três outros locais com potenciais de geração de energia no rio Ribeira do Iguape: Itaóca, Funil e Bata-tais.

Na época em que houve a concessão para a CBA, grupos ambientalistas questionaram a construção de Tijuco Alto, alegando que se abriria as portas para o sur-

gimento de usinas nesses três lugares. "Nesses outros pontos existem remanescentes de quilombos. Aconteceu a oposição a Tijuco Alto por causa disso. A usina da CBA está em um estágio mais avançado. Nenhum empreendedor se interessou pelas outras. O Ibama quer o impacto em Tijuco Alto e nas três localidades, apesar de não haver interesse da CBA nas outras", afirma Crusco. A assessoria de imprensa do Ibama no Paraná confirmou que houve a entrega do Termo de Referência, que está guiando as ações no Vale do Ribeira. O órgão apenas está aguardando a entrega dos documentos para analisar a situação.

Crusco acredita que as obras da usina somente começarão daqui a um ano e meio, tempo que o Ibama levaria para aprovar os estudos e conceder a licença para os trabalhos efetivos. Depois disso, a construção levaria de três a quatro anos para ficar pronta. A CBA vai produzir energia em Tijuco Alto para posteriormente utilizá-la em sua fábrica localizada na cidade de Alumínio (SP). O termo de concessão proíbe a empresa de comercializar a energia produzida.

## OCUPAÇÃO DAS TERRAS

### *CBA começou a comprar em 1993*

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que possui a concessão da usina de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, comprou terras na área em que será formado o reservatório. Esta foi uma exigência do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. "O próprio governo exigiu essa compra e a empresa partiu para a aquisição, em 1993, porque já tinha o sinal verde das duas licenças prévias do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, que depois foram revogadas", conta Ronaldo Luis Crusco, da Cnec Engenharia, empresa contratada pela CBA para realizar os estudos da usina.

Segundo Manoel José Domingues, consultor da Cnec, as áreas compradas não foram mais utilizadas para a agricultura nos últimos 10 anos. Ou seja, não houve mais desmatamentos e queimadas. Os locais degradados conseguiram se recuperar neste período. "O reaparecimento de florestas atraiu uma fauna tipicamente deste habitat. Nossos resultados preli-

minares apontam que não houve um aumento grande na diversidade, mas sim no número de exemplares, tanto de fauna quanto de flora", relata.

Domingues esclarece que o resgate dos animais desta região será feito durante o desmatamento do local, processo necessário para a formação do reservatório. "O resgate será promovido durante o desmatamento porque há uma expulsão natural destes animais para fora da área do reservatório. Como a CBA comprou terras além do lago que será formado, os animais vão migrar para locais com mata regenerada e preservada. Todo o processo será controlado", enfatiza. O consultor diz que alguns animais morrerão durante o desmatamento, um fato considerado normal, de acordo com ele. "Não dá para salvar todos", declara. Estes bichos serão entregues posteriormente a instituições de pesquisa. Novas áreas somente serão compradas pela CBA, com o objetivo de compor o projeto, depois que o Ibama conceder a licença para a construção da usina. (Joyce Carvalho)

Fis.:	536
Proc.:	1172/04
Rubr.:	100

## Projeto foi alterado para atender exigência ambiental

Fls.:	557
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

Algumas alterações no projeto original foram realizadas para melhor atender as questões ambientais. A primeira mudança é eliminação de uma comporta, chamada tecnicamente de descarregador de fundo, que serve para fazer a limpeza da água do fundo do reservatório. Esse procedimento permitiria a saída da água, que não é de boa qualidade nas camadas inferiores do lago, afetando o restante do rio.

"Naquela região, havia empresas de exploração de minério de chumbo e os resíduos desta atividade iam direto para o rio. Uma delas faliu e a outra foi comprada pela CBA. Com o dispositivo, poderiam ser transportados eventuais resíduos de chumbo no leito do rio. Na empresa adquirida pela CBA, o que poderia existir de resíduos foi retirado da região e armazenado em outro local, conforme orientação dos órgãos ambientais. Além disso, o descarregador de fundo foi eliminado", comenta o en-

genheiro Ronaldo Luis Crusco.

A outra mudança é o corte da escavação de um túnel de 2,2 mil metros de extensão, que seria usado na capacitação de água no reservatório e a transportaria até a casa de força. Isto faria com que 10 quilômetros do leito do rio, que nesta posição forma uma espécie de alça, tivesse a sua vazão reduzida, ou seja, haveria diminuição do volume de água nesta parte. Como solução, a casa de força ficara mais perto da barragem.

### Discórdia

Segundo a Prefeitura de Adrianópolis, uma das cidades atingidas pelo reservatório da usina, essa alteração é um dos pontos de discórdia com a população local. No projeto original, a casa de máquinas ficava em Adrianópolis, o que geraria Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o município, além dos royalties sobre o alagamento de áreas da cidade. No novo projeto, a casa passa para a cidade de Ribeira (São Paulo), também atingida pela construção da usina. Adrianópolis perde-

ria essa receita e isso não agradou alguns integrantes da administração municipal. Eles apoiavam o projeto porque esse geraria emprego. Hoje, porém, estariam descontentes porque o benefício iria para a cidade vizinha.

A Cnec está realizando várias reuniões informativas com os moradores das cinco cidades atingidas pelo reservatório da usina: Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses (estas no lado do Paraná), Ribeira e Itapirapuá Paulista (em São Paulo). "Estamos começando a discussão sobre quem tem direito a reassentamento e tirando todas as dúvidas da população. Sempre aparecem críticas, mas a maioria das pessoas está a favor da construção da usina", aponta Crusco. Somente a área alagada do reservatório terá uma extensão de 51,7 quilômetros quadrados. (JC)

A Cnec está realizando várias reuniões informativas com os moradores das cinco cidades atingidas pelo reservatório da usina: Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses (estas no lado do Paraná), Ribeira e Itapirapuá Paulista (em São Paulo). "Estamos começando a discussão sobre quem tem direito a reassentamento e tirando todas as dúvidas da população. Sempre aparecem críticas, mas a maioria das pessoas está a favor da construção da usina", aponta Crusco. Somente a área alagada do reservatório terá uma extensão de 51,7 quilômetros quadrados. (JC)

**Sempre aparecem críticas, mas a maioria das pessoas está a favor da construção da usina. Área alagada terá extensão de 51,7 quilômetros quadrados.**

MA136/0644/011/2005

São Paulo, 20 de maio de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Diretor da DILIQ

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto  
Encaminhamento de Cadastro Técnico Federal da CBA/Tijuco Alto e exemplares do  
Boletim Informativo Nº 3

Senhor Diretor,

Encaminhamos o Cadastro Técnico Federal da Companhia Brasileira de Alumínio-CBA, para o caso da UHE Tijuco Alto, conforme solicitação exarada no ofício nº 144/2005- DILIQ/IBAMA de 14 de abril de 2005.

No ensejo anexamos 2 exemplares do Boletim Informativo nº 3 dos Estudos Ambientais, para conhecimento e juntada ao processo de licenciamento.

Atenciosamente,

**Ronaldo Luís Crusco**  
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA**

Nº: 6717



DATA: 20/05/05

RECEBIDO:

Fis.:	558
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

*J. C. M. K.*  
*Em 20/05*

Fis.: 559  
Proc.: 172/04  
Rubr.: 4e

 <p style="text-align: center;"><b>Ministério do Meio Ambiente</b> <b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CADASTRO TÉCNICO FEDERAL</b> <b>CERTIFICADO DE REGISTRO</b></p> 			
Nr. Registro Atual:	Nr. Registro Anterior:	CPF/CNPJ:	Válido até:
658126		61.409.892/0133-13	31/03/2006
Nome/Razão Social/Endereço			
<b>Companhia Brasileira de Alumínio</b> <b>Estrada Tijuco Alto, s/n</b> <b>Ilha Rasa</b> <b>ADRIANOPOLIS/PR</b> <b>83490-000</b>			
Este certificado comprova o registro no			
<b>Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras</b>			
<b>Serviços de Utilidade / geração de energia hidrelétrica</b>			
Observações:		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie.	
1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente: 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		Autenticação  <b>tyvr.9i4z.nrvm.2oia</b>	

Fls.:	560
Proc.:	1122/04
Rubr.:	900



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ


MEMO Nº 054/05 - NLA - GerEx - IBAMA/PR

Curitiba, 16 de maio de 2005.

Senhor Coordenador-Geral,


Estamos encaminhando, anexo a este, para conhecimento e medidas que julgar cabíveis, o ofício nº 11/05 de 04/04/05 (documento 02017.004195/05 – 46 de 06/04/05, no qual o CEDEA – Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental apresenta questionamentos em relação as instalações da Hidrelétrica Tijuco Alto no Rio Ribeira no Estado do Paraná e São Paulo.

Atenciosamente,

  
Eng. Ftal. Sergio Roberto Xavier  
Analista Ambiental  
Coordenador de Licenciamento Ambiental  
IBAMA/PR

Ao Senhor  
Valter Muchagata  
Coordenador - CGLIC/DILIQ  
IBAMA/Sede  
Brasília – DF  
Fax: 061 225 0564

A Celia Meira  
Em 25/05/05

**PROTOCOLO**  
**DILIQ/IBAMA**  
Nº:6904  
**DATA:** 25/05/05  
**RECEBIDO:** 



Fls.:	561
Proc.:	1172/04
Rubr.:	422

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

Of. 11 / 2005.

D O C U M E N T O

Curitiba, 04 de abril de 2005

02017.004195/05-46  
IBAMA/MMA - SUP. ESTADUAL/PR

DATA: 06/04/05 Valéria

Exmo. Sr.  
**MARINO ELÍGIO GONÇALVES**  
Gerente Executivo do IBAMA - PR  
CURITIBA - PR

Fone / Fax: 0 - 41 - 363-2525.

Tendo em vista a discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a divulgação pela CBA - Companhia Brasileira de Alumínio de retomada do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, há 17 anos rejeitado, vimos por meio deste entregar-lhe cópia da "NOTA DO CEDEA SOBRE A HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO" e da "CARTA ABERTA À POPULAÇÃO E AUTORIDADES DO MUNICÍPIO, DO ESTADO E DO PAÍS" elaborada pela ASSTRAF - Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Cerro Azul; bem como, solicitar seu apoio à nossa luta e às questões que estão colocadas em ambos documentos.

Certos de podermos contar com sua sensibilidade e apoio às nossas solicitações, agradecemos e apresentamos nossas cordiais saudações.

**LAURA JESUS DE MOURA E COSTA.**  
Coordenadora Geral do CEDEA.  
Rua Rockefeller, 706 - Ap. 302-B.  
80230-130 - CURITIBA - PR

**PAULO CÉSAR MEDEIROS.**  
Coordenador Técnico-Científico do CEDEA.  
Membro do Conselho Estadual de RH do PR  
Av. Anita Garibaldi, 964 - Ap. 1204 A - Ahú.  
82220-000 - CURITIBA - PR

Fones: 41 - 333-3864 ou 9961-6336.  
Endereço Eletrônico: [laurajmc@netpar.com.br](mailto:laurajmc@netpar.com.br)

Fone: 41 - 253-1552 ou 9902-6080.

C.N.P.J. - 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fone/Fax: (0 - 41) 333-3864.



Fls.:	562
Proc.:	1172/01
Rubr.:	400

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

## NOTA DO CEDEA SOBRE A HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO.

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A discussão sobre a construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo acompanhada por membros do CEDEA desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA – Votorantin), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje “bóias-frias” em Cerro Azul ou “operários” da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperruçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a **CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.**

É por isso e por vários outros motivos que Nós, pelo CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental, questionamos a construção desta usina e destacamos que:

- 1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e **NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO**; além do que, a ameaça de “apagões” está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.
- 2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantin) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios em São Paulo; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.**
- 3) Por que estes 17 anos não foram suficientes para que a CBA desistisse do projeto e, agora, o retoma com nova roupagem? É evidente que o motivo principal é o **LUCRO** que a CBA poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um **EXCEDENTE** de energia elétrica que poderá **VENDÊ-LO** em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.
- 4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.





Fis.:	563
Proc.:	112/04
Rubr.:	Aer

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

- 5) É uma área de solo calcário e há muitas cavernas (mais de 100) na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.
- 6) Pelo fato de ser solo calcário que garantia se pode ter de que, com a barragem e o peso das águas represadas, não haverá re-acomodação de solo e não se formarão grandes dolinas (submersas ou não), ocorrendo outras perdas de solo?
- 7) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA – EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.
- 8) Por que a CBA não investe na produção de energias alternativas, como adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002)? Os impactos podem ser muito menores e isso, sim, é ter visão de futuro.
- 9) Não há nada que garanta retorno econômico ou social para os municípios afetados (principalmente, em Cerro Azul); mas, ao contrário, haverá, sim, um grande retorno econômico para a CBA.
- 10) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. **ECO-TURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.**
- 11) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, **ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA 21 LOCAL.** As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: **ASFALTO NA PR-092 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS), EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE**

C.N.P.Q. - 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.



Fis.:	564
Proc.:	172/04
Rubr.:	Aee

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

**OUTROS.** A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?

12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantin).

13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas. Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as conseqüências da obra. Como ficaria a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de dez (10) anos as conseqüências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?

14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e setecentos (1.700) empregos diretos **TEMPORÁRIOS**, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantin investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairia da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.

15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios? Ou já são funcionários da própria CBA?

C.N.P.J. - 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.



Fis.:	565
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos já se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e **O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.** Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

17) Pelo Artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná (1989), não poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de grande ou médio porte que não sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná. Esta hidrelétrica, como já está colocado acima, é de interesse da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantin).

18) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Funil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na sequência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguape e Cananéia também serão afetados.

19) **SE NÃO HOVER A CONSTRUÇÃO DA USINA,** como ficará a população de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis? Com certeza, poderão ter outras opções de desenvolvimento, pois se o maior problema para o desenvolvimento do Vale do Ribeira sempre foi colocado como a falta do asfalto na PR-092 e na BR-476 e estas obras estão em vias de conclusão, com certeza, muito em breve, **NÃO FALTARÃO ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA PARA OS MORADORES DO VALE DO RIBEIRA.**

Por essas e outras razões, nossa posição é **CONTRA A CONSTRUÇÃO DA USINA DE TIJUCO ALTO NO VALE DO RIO RIBEIRA E GOSTARÍAMOS DE PODER CONTAR COM O APOIO DE TODOS VOCÊS NESSA QUESTÃO.**



Fls.:	566
Proc.:	172104
Rubr.:	4ee

### **ASSTRAF**

Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Cerro Azul

" Porque para a gente uma semente é mais do que um grão na terra" .

Rua marechal Floriano Peixoto n° 81 sobre loja, sala 02 Cerro Azul -PR  
Fone – (041)662-1827 fax: (041) 662-1827 CEP: 83.570-000 Caixa Postal n° 13

Cerro Azul , 24 de Fevereiro de 2005

### **CARTA ABERTA Á POPULAÇÃO E AUTORIDADES DO MUNICIPIO , DO ESTADO E DO PAÍS**

A ASSTRAF- ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CÊRRO AZUL E VALE DO RIBEIRA REGISTRA, POR MEIO DESTA, O ESTADO DE INSEGURANÇA E INCERTEZA QUE VEM ASSOLANDO TODAS AS FAMÍLIAS DE SEUS ASSOCIADOS – NOSSAS FAMÍLIAS.

NA ESPERANÇA DE QUE ALGUMA PROVIDÊNCIA SEJA TOMADA NO SENTIDO DE EVITAR O FUTURO SOMBRIO QUE NOS AMEAÇA , DEVIDO AO ALAGAMENTO DE NOSSAS TERRAS AGRICULTÁVEIS EM CONSEQÜÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TIJUCO ALTO, EM ADRIANÓPOLIS-PR, PRÓXIMO À DIVISA COM CÊRRO AZUL E DOUTOR ULYSSES, DESTACAMOS O IMPACTO QUE A MESMA TRARÁ ÀS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO . A AGRICULTURA FAMILIAR CONTRIBUI OU RESPONDE POR 80,0% DA PRODUÇÃO DE SUBSISTENCIA DO PAÍS.

NÃO SE TRATA APENAS DE ELEVAÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO RIBEIRA Á MONTANTE DO LOCAL DA BARRAGEM , MAS TAMBEM DA ELEVAÇÃO DA ÁGUA DE TODOS OS SEUS AFLUENTES, O QUE SIGNIFICA UMA AREA MUITO MAIS EXTENSA E ABRANGENTE.

NESTE SENTIDO PAIRAM SOBRE NÓS OS SEGUINTE QUESTIONAMENTOS:

- 1) COMO VAMOS SOBREVIVER ? QUAL SERÁ A NOSSA FONTE DE RENDA OU O FUTURO DE NOSSOS FILHOS QUANDO AS AGUAS JÁ TIVEREM COBERTO NOSSAS TERRAS ?
- 2) ESTAS AREAS PROXIMAS AO RIO RIBEIRA APRESENTAM ELEVADO RENDIMENTO E PRODUTIVIDADE NOS MESES DE INVERNO, UMA VEZ QUE GARANTEM A PRODUÇÃO DE OLERICOLAS (MICRO CLIMA DO VALE DO RIBEIRA , APENAS 90 KM DE CURITIBA , É QUASE QUE TOTALMENTE LIVRE DE GEADAS)
- 3) ONDE SERÃO ASSENTADAS AS FAMÍLIAS DESALOJADAS ?
- 4) QUEM IRÁ RECONSTRUIR A REDE DE ESTRADAS E PONTES (REDE VIÁRIA) NO CASO DE ALAGAMENTO DE NOSSAS VIAS PRINCIPAIS ? QUE TIPO DE ACESSO TEREMOS FICANDO APENAS COM O TOPO DOS MORROS ?
- 5) QUAL O TAMANHO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS , SOCIAIS E ECONOMICOS , LEVANDO-SE EM CONTA A DRÁSTICA REDUÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL , O DESEMPREGO , O COMÉRCIO , ETC?
- 6) QUAIS AS MUDANÇAS CLIMATICAS : OCORRENCIA DE NEBLINA , AUMENTO DA UMIDADE DO AR, DA TEMPERATURA , ALEM DE OUTROS ?

ESTA É ANOSSA POSIÇÃO E GOSTARIAMOS DE PODER CONTAR COM SEUS APOIOS À NOSSA LUTA .

ATENCIOSAMENTE

João Carlos Hilman  
Vice – Presidente ASSTRAF



Fls.:	567
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

NLA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA  
Superintendência do IBAMA no Estado do Paraná

Ofício Nº 244/05 – GAB/IBAMA/PR  
2005.

Curitiba, 11 de Maio de

Ao: CEDEA – Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental.  
At.: Sra. Laura Jesus de Moura e Costa  
MD. Coordenadora Geral do CEDEA  
Caixa Postal: 501  
80.011-970 Curitiba/PR

Senhora Coordenadora,

Cumprimentando-a, reportamo-nos à Nota do CEDEA sobre a Hidroelétrica de Tijuco Alto, compreendida no Ofício 11/2005 desse Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental.

Neste contexto, temos a informar que o citado empreendimento está sendo licenciado pela Administração Central do IBAMA, em Brasília, através da Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ e da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC.

No que se pertine à nossa Gestão no processo, informamos que o Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/SUPES/PR, participou da Audiência Pública realizada em dezembro/2004 na cidade de Cerro Azul.

Sendo o que tínhamos a informar, colocamo-nos à vossa inteira disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

  
Valdeci Raimundo  
Superintendente Substituto  
IBAMA/PR

MA136/0675/012/2005

Fls.:	568
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

São Paulo, 30 de maio de 2005.

DILIQ-IBAMA  
Tel: (61) 316-1595/1596  
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar  
70800-200  
Brasília/DF

**PROTOCOLO**  
**DILIQ/IBAMA**  
Nº: 7198  
**DATA:** 03/06/05  
**RECEBIDO:**

Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.  
Diretor da DILIQ

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto  
Encaminha alterações de projeto e solicita providências quanto a estudo de impactos cumulativos e sinérgicos

Senhor Diretor,

Em consonância à reunião havida entre o IBAMA/ DILIQ, na data de 20 de maio p.p., fazemos consignar que a CBA, no seu estudo de aprimoramento do projeto Tijuco Alto, promoveu mudanças na concepção de engenharia, resultando em:

- Eliminação de um túnel adutor escavado em rocha, com cerca de 2.200 m de extensão, com diâmetro de 8,00 m, que aduziria a água desde o reservatório até a casa de força, até então localizada na margem direita do rio Ribeira, na margem oposta ao sítio urbano da cidade de mesmo nome. Tal arranjo permitirá que o rio Ribeira não fique com trecho de cerca de 10 km de extensão com vazão reduzida;
- Eliminação de estrutura de operação denominada descarregador de fundo, que fora consignada no processo de licenciamento anterior como maléfica à qualidade de vazões efluentes do reservatório.;
- A localização da casa de força será consignada mais ao "pé da barragem" em margem ainda em estudo, considerando-se a situação local e viabilidade ambiental, engenharia e econômica. Tais proposições, ao término dos estudos serão encaminhadas ao IBAMA no corpo dos Estudos Ambientais e também a ANEEL, na forma de projeto básico.

Na oportunidade, entendemos que o encaminhamento da questão que envolve os três outros empreendimentos inventariados a jusante de Tijuco (Itaóca, Funil e Batatal), deva ter oitiva do Grupo de Gestão Interministerial de Gestão do Setor Elétrico, na forma proposta de ofício do IBAMA dirigido àquela instância, conforme nos foi informado durante a última reunião retro-citada.

03 JUN 2005



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	570
Proc.:	1132104
Rubri.:	fee

Ofício nº 289 /2005 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 08 de junho de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor  
**VOLNEY ZANARDI JÚNIOR**  
Diretor do Departamento de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar - sala 851  
70068-900 - Brasília - DF  
Telefone: 317-1153 FAX: 224-5605

Assunto: Aproveitamentos hidroelétricos no rio Ribeira de Iguape.

Senhor Diretor,

1. No decorrer do processo de licenciamento ambiental do AHE Tijuco Alto, com previsão de potência instalada de 144 MW, proposto para ser construído pela CBA no rio Ribeira de Iguape, este Instituto foi consultado acerca do licenciamento dos demais aproveitamentos hidroelétricos projetados para o rio Ribeira de Iguape. Tal consulta deve-se à grande resistência ao empreendimento pela comunidade local, que seria atingida pelos projetos à jusante do AHE Tijuco Alto, e não pelo próprio.
2. Os demais aproveitamentos (Funil, Batatal e Itaoca), segundo a comunidade, atingiriam áreas de Quilombolas e Unidades de Conservação, além de apresentarem outros problemas ambientais. O AHE Tijuco Alto, se for considerado ambientalmente viável, será o primeiro aproveitamento do rio Ribeira do Iguape, o que suscita na região a falsa idéia de que esse empreendimento viabiliza a construção dos demais.
3. Diante do exposto, solicito informações deste Departamento, em articulação com o CGISE, acerca da possibilidade de revisão do inventário daquele rio.

Atenciosamente,

  
**Luiz Felipe Kunz Júnior**  
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
08 / 06 / 05
ÀS 18 : 15 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº: 08



**DOCUMENTO**

Fls.:	571
Proc.:	132/04
Rubri.:	fe

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA**

Nº: 7410

**DATA:** 09/06/05

**RECEBIDO:** JP.

Nº Documento : 10100.002249/05

Nº Original : S/N

Interessado : REDE DE ONGS MATA ATLANTICA

Data : 8/6/2005

Assunto : ENCAMINHA MOÇÃO DE REPUDIO A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELETRICA DE TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA, ESTADOS DO PARANA E SAO PAULO.

**ANDAMENTO**

De : GABIN

Para : ~~DIPRO1~~ *MLQ*

Data de Andamento: 8/6/2005 15:23:00

Observação: DE ORDEM PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

*Inah Simonetti*  
Chefe do Gabinete  
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

09 JUN 2005





Fis.:	572
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pel

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

## Moção

À Sua Excelência o Senhor  
**MARCUS BARROS**  
Presidente do Ibama  
Brasília, DF

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Campos do Jordão, de 18 a 22 de maio, e para a qual pedimos sua especial atenção.

Atenciosamente,

  
**Mirlam Prochnow**  
Coordenadora Geral da RMA

MMA - IBAMA  
Documento  
10100.002249/05-36  
GABIN  
Data: 08/06/05 Praz



Fls.: 573  
Proc.: 1132/04  
Rubr.: Ael

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

## MOÇÃO DE REPÚDIO

### Repúdio à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira, Estados do Paraná e São Paulo

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu IX Encontro Nacional, ocorrido de 18 a 22 de maio de 2005, em Campos do Jordão (SP), aprovaram esta moção.

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo pleiteada desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador do Paraná Álvaro Dias e o senhor Antonio Ernirio de Moraes (CBA - Votorantim), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

No Governo Requião que se seguiu a Álvaro Dias, esta questão continuou em pauta, mas havia tanta irregularidade no projeto inicial que acabou sendo totalmente rejeitado.

Agora, novamente no Governo Requião, esta discussão é retomada e a estratégia da CBA vem sendo um pouco diferente, ou seja, está tentando conquistar primeiro a população para depois concluir o EIA / RIMA.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje "bóias-frias" em Cerro Azul ou "operários" da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperrucu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a **CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.**

É por isso e por vários outros motivos que Nós questionamos a construção desta usina e destacamos que:

- 1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e **NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO**; além do que, a ameaça de "apagões" está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.
- 2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantim) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios com a CBA; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.**
- 3) Se estes 17 anos não foram suficientes para a CBA desistir do projeto, é evidente que o motivo principal de sua insistência é o **LUCRO** que a empresa poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um **EXCEDENTE** de energia elétrica que poderá **VENDE-LO** em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.
- 4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.
- 5) É uma área de solo calcário e **há muitas cavernas (mais de 100)** na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.
- 6) Pelo fato de ser solo calcário que garantia se pode ter de que, com a barragem e o peso das águas represadas, não haverá re-acomodação de solo, ocorrendo outras perdas?
- 7) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA - EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.
- 8) Por que a CBA não investe na produção de energias alternativas, como adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002)? Os impactos podem ser muito menores **e isso, sim, é ter visão de futuro.**

REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assocan-RS; Assurna-CE;  
Cepedes-BA; Ecca-MS; Gambá-BA; Gascq-PE; Ipema-ES; Ismecon-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 - Bloco C - Salas 207/8 - CEP 70862-530 - Brasília - DF

Fone/Fax: (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: rma-bsb@uol.com.br rma\_bsb@terra.com.br www.rma.org.br



Fls.: 574  
Proc.: 1132/04  
Rubr.: gel

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILENIO  
DESMATAMENTO ZERO

9) Não há nada que garanta retorno econômico ou social para os municípios afetados (principalmente, em Cerro Azul); mas, ao contrário, haverá, sim, um grande retorno econômico para a CBA.

10) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. **ECO-TURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.**

11) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, **ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTACÃO DE AGENDA 21 LOCAL.** As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: **ASALTO NA PR-092 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS), EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE OUTROS.** A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?

12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantim).

13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas. Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as conseqüências da obra. Como ficaria a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de quinze (15) anos as conseqüências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?

14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e setecentos (1.700) empregos diretos **TEMPORÁRIOS**, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantim investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não saíria da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.

15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios ou já são funcionários da própria CBA.

16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijucu Alto fornecida pelo DNAE - Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e **O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.** Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assecan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gamba-BA; Gescq-PE; Ipema-ES; Ismecon-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 - Bloco C - Salas 207/8 - CEP 70662-530 - Brasília - DF - Brasil  
Fone/Fax: (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: [rma-bsb@uol.com.br](mailto:rma-bsb@uol.com.br) [rma-bsb@terra.com.br](mailto:rma-bsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)

Brasília, 09 de junho de 2005

Fls.:	575
Proc.:	172/04
Rubr.:	402

Ilmo. Sr.  
**Luiz Felipe Kunz Junior**  
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental  
IBAMA

**PROTOCOLO**  
**DILIQ/IBAMA**  
Nº: 7409  
**DATA:** 09/06/05  
**RECEBIDO:** J.

Senhor coordenador

Vimos por meio deste ofício, e com base nos art. 2º, § 4º, da Lei Federal 10650/03, requisitar vistas *in loco* ao processo administrativo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, cujo empreendedor é a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, e que se encontra em curso perante este órgão ambiental.

Comprometemo-nos a não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

Requeremos, outrossim, que, com base no disposto no art.11 da Resolução CONAMA 01/86 e art.2º, §1º da Resolução CONAMA 09/87, seja informado a esta entidade civil a entrega definitiva do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental por parte do empreendedor tão logo esse fato ocorra, para que possamos analisa-lo quanto ao seu conteúdo e avaliar a necessidade de solicitar Audiências Públicas, na forma legal. Informamos que o endereço para a notificação é SCLN 210, bloco C, sala 112, CEP 70862-530, Brasília/DF, telefone 3035-5114, e-mail raul@socioambiental.org.br.

Certos do pronto atendimento da requisição, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Raul Silva Telles do Valle  
OAB/SP 164.490  
Assessor Jurídico  
Instituto Socioambiental

09 JUN 2005

Fls.:	576
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pe



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA**

Nº: 7453

**DATA:** 09/06/05

**RECEBIDO:** [assinatura]

MEMO Nº 060/05 - NLA - GEREX - IBAMA/PR

Curitiba, 02 de junho de 2005.

Senhor Coordenador-Geral,

Diante da solicitação apresentada pelo "CEDEA" em relação ao Licenciamento Ambiental da UHE – Tijucu Alto (documento 02017.005243/05-22 de 30/05/05) anexo, vimos encaminhá-lo para conhecimento e manifestação, uma vez que não temos cópia do material da "reunião pública" realizada em Cerro Azul/PR, uma vez que os procedimentos estão sob a coordenação da CGLIC/DILIQ.

Recomendamos que as respostas sejam encaminhadas diretamente ao "CEDEA", com cópia ao NLA/PR.

Atenciosamente,

Eng. Ftal. Sergio Roberto Xavier  
Analista Ambiental  
Coordenador de Licenciamento Ambiental  
IBAMA/PR

Ao Senhor  
Valter Muchagata  
Coordenador - CGLIC/DILIQ  
IBAMA/Sede  
Brasília – DF

A CGLIC  
em 09/06  
Cofaudia



# Cedeia

Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental

Fls.: 577  
Proc.: 1192/04  
Rubr.: 46

Of. 30 / 2005.

Curitiba, 30 de maio de 2005.

D O C U M E N T O

02017.005243/05-22  
IBAMA/MMA - SUP. ESTADUAL/PR


DATA: 30/05/05 Valeria

Exmo. Sr.  
**VALDECI RAIMUNDO**  
Superintendente Substituto do IBAMA - PR  
CURITIBA - PR


Fone / Fax: 0 - 41 - 363-2525.

Tendo em vista o nosso total desconhecimento da informação contida no Ofício N° 244 / 05 - GAB/IBAMA/PR, datado de 11 de maio de 2005, vimos por meio deste solicitar a este Núcleo de Licenciamento Ambiental - NLA / SUPES / PR esclarecimentos sobre o edital publicado, a data, a hora, o local, o número de pessoas presentes, o órgão responsável pela convocatória da audiência pública realizada em Cerro Azul, em dezembro de 2004, conforme citado no referido ofício.

Certos de podermos contar com sua atenção e fornecimento dos esclarecimentos solicitados, agradecemos e apresentamos nossas cordiais saudações.

  
**LAURA JESUS DE MOURA E COSTA.**  
Coordenadora Geral do CEDEA.  
Rua Rockefeller, 706 - Ap. 302-B.  
80230-130 - CURITIBA - PR

Fones: 41 - <sup>3</sup>333-3864 ou 9961-6336.  
Endereço Eletrônico: [laurajmc@netpar.com.br](mailto:laurajmc@netpar.com.br)

  
**MARIA DAS GRAÇAS DE BARROS.**  
Coordenadora Administrativa do CEDEA.  
Rua Rockefeller, 706 - Ap. 301-B.  
80230-130 - CURITIBA - PR

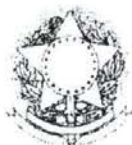
Fone: 41 - <sup>3</sup>3015-1965 ou 9145-3085.

C.N.P.J. - 00.117.463/0001-58. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei n°. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fone/Fax: (0 -- 41) 3333-3864.



Fls.:	578
Proc.:	1172/04
Rubr.:	le

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
Superintendência do IBAMA no Estado do Paraná

Ofício N° 244/05 -- GAB/IBAMA/PR

Curitiba, 11 de Maio de 2005.

Ao: CEDEA – Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental.  
At.: Sra. Laura Jesus de Moura e Costa  
MD. Coordenadora Geral do CEDEA  
Caixa Postal: 501  
80.011-970 Curitiba/PR

Senhora Coordenadora,


Cumprimentando-a, reportamo-nos à Nota do CEDEA sobre a Hidroelétrica de Tijuco Alto, compreendida no Ofício 11/2005 desse Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental.

Neste contexto, temos a informar que o citado empreendimento está sendo licenciado pela Administração Central do IBAMA, em Brasília, através da Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ e da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC.

No que se pertine à nossa Gestão no processo, informamos que o Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/SUPES/PR, participou da Audiência Pública realizada em dezembro/2004 na cidade de Cerro Azul.

Sendo o que tínhamos a informar, colocamo-nos à vossa inteira disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários

Atenciosamente

  
Valdeci Raimundo  
Superintendente Substituto  
IBAMA/PR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
SCEN Trecho 02 Setor de Clubes Esportivos Norte, Ed. Sede - Brasília - DF CEP: 70.818-900  
Tel.: (0xx) 61 316-1000 ramal (1595) - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fis.:	579
Proc.:	172/04
Rubr.:	fee

**OFÍCIO Nº 397/2005 - CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Brasília, 17 de junho de 2005.


A Sua Senhoria, o Senhor  
**Raul Silva Telles do Valle**  
Assessor Jurídico do Instituto Socioambiental  
SCLN 210, bloco C, sala 112  
70862-530 - Brasília-DF Telefone: (61) 3035-5114

**Assunto: UHE Tijuco Alto**

Prezado Senhor,

1. Em atenção ao ofício protocolado neste Instituto em 9 de junho de 2005, informamos que o processo n.º 02001.001172/2004-58 - UHE Tijuco Alto - está disponível para consulta mediante agendamento com técnicos desta coordenação pelo telefone (61) 316-1595.
2. Por oportuno, informamos que o IBAMA tornará público, por meio de edital publicado no Diário Oficial da União, o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA dos empreendimentos, informando os locais em que os estudos estarão disponíveis para consulta e estabelecendo o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para a solicitação de Audiência Pública, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987.

Atenciosamente,

  
**Valter Muchagata**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

<b>FAX TRANSMITIDO EM:</b> 17/06/05 ÀS 11:10 H RESPONSÁVEL: ORP <b>FAX Nº:</b>
---





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
SCEN Trecho 02 Setor de Clubes Esportivos Norte, Ed. Sede - Brasília - DF CEP: 70.818-900  
Tel.: (0xx) 61 316-1000 ramal (1595) - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Fls.:	580
Proc.:	1172/04
Rubr.:	400

**OFÍCIO Nº 398/2005 - CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Brasília, 17 de junho de 2005.

A Sua Senhoria, a Senhora  
**Laura Jesus de Moura e Costa**  
Coordenadora Geral do CEDEA  
Rua Rockefeller, 706 - ap. 302-B  
80230-130 - Curitiba-PR Telefone: (41) 3333-3864


**Assunto: UHE Tijuco Alto**  
**Ref.: Of. 30/2005**

Senhora Coordenadora,

1. Em atenção ao ofício em epígrafe, informamos que a Companhia Brasileira de Alumínio e a CNEC Engenharia promoveram no dia 26 de novembro de 2004 **reunião pública** na cidade de Cerro Azul-PR, onde foi apresentado à comunidade o Termo de Referência emitido pelo IBAMA para o direcionamento dos estudos ambientais da UHE Tijuco Alto.
2. Estiveram presentes na reunião representantes do IBAMA, prefeitos, moradores da região, representantes de Organizações Não Governamentais e outros interessados. Encaminhamos em anexo as listas de presença e a apresentação dos slides realizada. Cabe esclarecer que o evento realizado não se configurou como Audiência Pública, que somente é realizada após a entrega do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA ao órgão licenciador.
3. Por oportuno, informamos que o IBAMA tornará público, por meio de edital publicado no Diário Oficial da União, o recebimento do EIA/RIMA dos empreendimentos, informando os locais em que os estudos estarão disponíveis para consulta e estabelecendo o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para a solicitação de Audiência Pública, conforme determina a resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987.

Atenciosamente,

  
**Valter Muchagata**  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

<b>FAX TRANSMITIDO EM:</b>
17 / 6 / 05
AS 11 : 10 H
RESPONSÁVEL:

FAX Nº:



**DOCUMENTO**

Fis.:	381
Proc.:	172/04
Rubr.:	fee

Nº Documento : 10100.002491/05

Nº Original : S/N

Interessado : REDE DE ONGS MATA ATLANTICA

Data : 17/6/2005

Assunto : ENCAMINHA MOÇÃO DE REPUDIO A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELETRICA DE TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRO, ESTADOS DO PARANA E SAO PAULO.

**ANDAMENTO**

De : GABIN

Para : PRESID

Data de Andamento: 17/6/2005 16:00:00

Observação: PARA CONHECIMENTO.

*DILIQ, preparar resposta*

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

*Inah Yametti Guetum*  
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

**PROTOCOLO**  
**DILIQ/IBAMA**  
Nº: 7962  
DATA: 20/06/05  
RECEBIDO: *A*



MMA - IBAMA  
Documento  
10100.002491/05-91  
GABIN  
Data: 17/6/05 Pr



MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

Fis.:	582
Proc.:	172/04
Rubr.:	488

## M o ç ã o

À Sua Excelência o Senhor  
**MARCUS BARROS**  
Presidente do Ibama  
Brasília, DF

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Campos do Jordão, de 18 a 22 de maio, e para a qual pedimos sua especial atenção.

Atenciosamente,

**Miriam Prochnow**

Coordenadora Geral da RMA

REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assecan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Gescq-PE; Ipema-ES; Ismecn-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 - Bloco C - Salas 207/8 - CEP 70862-530 - Brasília - DF - Brasil  
Fone/Fax: (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: [rma-bsb@uol.com.br](mailto:rma-bsb@uol.com.br) [rma\\_bsb@terra.com.br](mailto:rma_bsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)



Fls.:	583
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aca

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

## MOÇÃO DE REPÚDIO

### Repúdio à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira, Estados do Paraná e São Paulo

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu IX Encontro Nacional, ocorrido de 18 a 22 de maio de 2005, em Campos do Jordão (SP), aprovaram esta moção.

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo pleiteada desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador do Paraná Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA – Votorantin), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

No Governo Requião que se seguiu a Álvaro Dias, esta questão continuou em pauta, mas havia tanta irregularidade no projeto inicial que acabou sendo totalmente rejeitado.

Agora, novamente no Governo Requião, esta discussão é retomada e a estratégia da CBA vem sendo um pouco diferente, ou seja, está tentando conquistar primeiro a população para depois concluir o EIA / RIMA.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje “bóias-frias” em Cerro Azul ou “operários” da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperruçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a **CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.**

É por isso e por vários outros motivos que Nós questionamos a construção desta usina e destacamos que:

- 1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e **NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO**; além do que, a ameaça de “apagões” está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.
- 2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantin) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios com a CBA; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.**
- 3) Se estes 17 anos não foram suficientes para a CBA desistir do projeto, é evidente que o motivo principal de sua insistência é o **LUCRO** que a empresa poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um **EXCEDENTE** de energia elétrica que poderá **VENDÊ-LO** em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.
- 4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.
- 5) É uma área de solo calcário e há muitas cavernas (mais de 100) na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.
- 6) Pelo fato de ser solo calcário que garantia se pode ter de que, com a barragem e o peso das águas represadas, não haverá re-acomodação de solo, ocorrendo outras perdas?
- 7) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA – EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.
- 8) Por que a CBA não investe na produção de energias alternativas, como adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002)? Os impactos podem ser muito menores **e isso, sim, é ter visão de futuro.**

#### REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assecan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Gescq-PE; Ipema-ES; Ismecn-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 – Bloco C – Salas 207/8 – CEP 70862-530 – Brasília – DF – Brasil

Fone/Fax: (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: [rma-bsb@uol.com.br](mailto:rma-bsb@uol.com.br) [rma\\_bsb@terra.com.br](mailto:rma_bsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)



Fls.:	584
Proc.:	172/04
Rubr.:	fe

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

9) Não há nada que garanta retorno econômico ou social para os municípios afetados (principalmente, em Cerro Azul); mas, ao contrário, haverá, sim, um grande retorno econômico para a CBA.

10) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. **ECO-TURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.**

11) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, **ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA 21 LOCAL.** As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: **ASFALTO NA PR-092 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS), EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE OUTROS.** A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?

12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantin).

13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas. Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as consequências da obra. Como ficaria a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de quinze (15) anos as consequências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?

14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e setecentos (1.700) empregos diretos **TEMPORÁRIOS**, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantin investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairia da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.

15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios ou já são funcionários da própria CBA.

16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e **O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.** Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

**REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA**

Coordenação: Apremavi-SC; Vidagua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assecan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Gescoq-PE; Ipema-ES; Ismecn-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 – Bloco C – Salas 207/8 – CEP 70862-530 – Brasília – DF – Brasil

Fone/Fax: (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: [rma-bsb@uol.com.br](mailto:rma-bsb@uol.com.br) [rma\\_bsb@terra.com.br](mailto:rma_bsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)



Fis.:	585
Proc.:	1172/04
Rubr.:	file

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

17) Pelo Artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná (1989), poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de pequeno porte que sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná. Esta hidrelétrica, como já está colocado acima, é de médio ou grande porte e de interesse exclusivo da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantin).

18) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Funil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na seqüência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguape e Cananéia também serão afetados.

19) **SE NÃO HOVER A CONSTRUÇÃO DA USINA**, como ficará a população de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis? Com certeza, poderão ter outras opções de desenvolvimento, pois se o maior problema para o desenvolvimento do Vale do Ribeira sempre foi colocado como a falta do asfalto na PR-092 e na BR-476 e estas obras estão em vias de conclusão, com certeza, muito em breve, **NÃO FALTARÃO ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA PARA OS MORADORES DO VALE DO RIBEIRA**.

**Por essas e outras razões, nossa posição é CONTRÁRIA E DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA USINA DE TIJUCO ALTO NO VALE DO RIO RIBEIRA.**

A RMA solicita a imediata suspensão de qualquer licenciamento ou outorga de uso das águas do Rio Ribeira à CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, Grupo Votorantin, senhor Antonio Ermírio de Moraes, ou qualquer outra empresa, instituição, pessoa física ou jurídica, que tenham como objetivo a construção de usina hidrelétrica ou outra obra potencialmente causadora de impacto sócio-ambiental no referido rio e região.

## Rede de ONGs da Mata Atlântica

REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assecan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Gescq-PE; Ipema-ES; Ismecn-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 – Bloco C – Salas 207/8 – CEP 70862-530 – Brasília – DF - Brasil

Fone/Fax: (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: [rma-bsb@uol.com.br](mailto:rma-bsb@uol.com.br) [rma\\_bsb@terra.com.br](mailto:rma_bsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)

Fis.:	586
Proc.:	1772/04
Rubr.:	4ee

Brasília, 17 de junho de 2005

Ilmo. Sr.  
Valter Muchagata  
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental  
IBAMA

Ref.: Ofício nº 397/2005 - CGLIC/DILIQ/IBAMA - TISSUC ALTO

Senhor coordenador,

Em atenção ao ofício em referência, vimos expor e requerer o que segue:

a) agradecemos a disponibilidade dessa coordenação em facilitar a consulta aos processos de licenciamento ambiental, e informamos que obtivemos vistas dos autos *in loco* no mesmo dia em que protocolada a petição, já que havia sido previamente agendado por telefone com os técnicos responsáveis.

b) com relação a nossa solicitação de notificação pessoal da entrega do EIA/Rima por parte do empreendedor, cumpre esclarecer que ela foi feita em razão de nosso histórico interesse em acompanhar o processo em questão, e diante da constatação de que a publicação de edital no Diário Oficial deve ser entendida como apenas uma das formas de dar publicidade ao fato, mas não a única, já que poucos são os que procedem à leitura diária desse informativo, o que pode eventualmente fazer com que cidadãos e organizações interessadas venham a perder a oportunidade de se manifestar no processo, dentro do prazo legal.

Acreditamos que, longe de denotar qualquer tipo de privilégio, seria uma medida democrática e de aprimoramento do processo de licenciamento ambiental notificar pessoalmente - mesmo que seja por correio eletrônico, algo que não tem custo algum para a instituição - aqueles que previamente demonstrem interesse em ter acesso ao EIA/Rima, pois por determinação constitucional deverá ele ser divulgado da forma mais ampla possível, e se o órgão ambiental já tem conhecimento certo daqueles efetivamente interessados, nada o impede que, a par da publicação no DOU - cujo objetivo é informar aqueles que não têm conhecimento da existência de um processo de licenciamento ambiental - venha a notificar individualmente os que já vêm acompanhando o referido processo.

Frise-se que tal medida poderia ser dispensada caso o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA, recentemente lançado, e grande conquista em termos de transparência governamental, tivesse a opção de cadastramento de interessados e notificação automática dos passos do processo

administrativo, tal como ocorre modernamente com o acompanhamento virtual de processos judiciais em curso nos Tribunais Regionais Federais, ou de proposições legislativas no Congresso Nacional. Como essa opção, no entanto, todavia não foi implementada no referido sistema, reiteramos a solicitação de que, atendendo ao princípios de publicidade e ampla participação nos processos administrativos ambientais, nos seja informado quando da entrega e aceitação do EIA/Rima por parte do empreendedor, já que é uma medida que não implicará em nenhum ônus ao IBAMA.

c) Por fim, gostaríamos de ressaltar que, apesar do disposto no art.11, §2º da Resolução CONAMA 01/86, não foi determinado por este órgão ambiental o prazo dentro do qual os interessados poderão apresentar comentários ao EIA e ao Rima. Estando estipulado no art.11 da Instrução Normativa nº 065/2005 que o prazo para a análise de mérito dos estudos ambientais será de 120 dias, contados de sua aceitação, entendemos que esse é o mesmo prazo que terão os interessados para apresentar suas considerações quanto aos estudos, ou seja, antes do prazo final para decidir quanto à viabilidade ambiental do empreendimento. Caso não seja esse o entendimento do IBAMA, solicitamos que seja publicizado o prazo dentro do qual poderão os cidadãos e organizações interessados apresentar seus comentários, para posterior análise técnica desse órgão. Desde já ressaltamos que, dada a complexidade do caso, é impossível realizar qualquer análise tecnicamente fundamentada antes de 90 dias da disponibilização ao público do EIA/Rima, e portanto pedimos que seja estabelecido prazo razoável para que a participação social possa ser a mais ampla e consciente possível.

Aguardando uma resposta desse órgão ambiental, aproveitamos o ensejo para renovar-lhes nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Fis.:	587
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4ee



Raul Silva Telles do Valle  
OAB/SP 164.490  
Assessor Jurídico  
Instituto Socioambiental





Fls.:	588
Proc.:	1772/04
Rubr.:	fee

**DOCUMENTO**

Nº Documento : 10100.002566/05

Nº Original : S/N

Interessado : REDE DE ONGS MATA ATLANTICA

Data : 21/6/2005

Assunto : ENCAMINHA COPIA DE MOÇÃO DE REPUDIO A CONSTRUÇÃO DA USINA  
HIDRELETRICA DE TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA, ESTADOS DO PARANA E SAO  
PAULO, PROT. 11483/05.

**ANDAMENTO**

De : GABIN

Para : PRESID

Data de Andamento: 21/6/2005 15:03:00

Observação: PARA CONHECIMENTO.

Assinatura da Chefia de(a) GABIN

Inah Simonetti Cantura  
Chefe do Gabinete  
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

23 JUN 2005

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA**

Nº: 8121

DATA: 23/06/05

RECEBIDO:



Fls.: 589  
 Proc.: 172104  
 Rubr.: fev

902105

**Ministério do Meio Ambiente**  
**Gabinete da Ministra**

**Protocolo Geral Nº 00000.011483/2005-00**

MMA - IBAMA  
 Documento  
 10100.002566/05-99  
 GABIN  
 Data: 21/6/05 Pr

Data do Protocolo: 08/06/2005

Hora do Protocolo: 11:02:01

Nº do Documento: S/N

Data do Documento: 08/06/2005

Tipo do Documento: FAX

Procedência: [REDE DE ONG'S DA MATA ATLANTICA] [BRASIL] [DF] [Brasília]  
 Endereço: BLOCO CLN 210 BLOCO C SALAS 207/208, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, BRASIL, CEP: 70862-530

Signatário/Cargo: Miriam Prochnow - Coordenadora Geral da RMA

Resumo: Encaminha cópia de Moção aprovada na Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Campos do Jordão, de 18 a 22 de maio, em que manifestam repúdio à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio ribeira, Estados do Paraná e São Paulo.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Gabinete da Ministra] [Luiz Martins Rodrigues]

**REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.**

Data da Tramitação: 08/06/2005

Hora da Tramitação: 11:06:27

Destino: [Chefia de Gabinete da Ministra]

Local: [Ministério do Meio Ambiente] [Gabinete da Ministra] [Luiz Martins Rodrigues]

**REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES**

**DOCUMENTOS APENSADOS**

<p>1º</p> <p><i>Acusa recebimento e encaminhar ao IBAMA.</i></p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Bazileu Alves Margarido Neto      Chefe de Gabinete</p>	<p>2º</p>
<p>3º</p>	<p>4º</p>
<p>5º</p>	<p>6º</p>



Fis.:	590
Proc.:	1172/04
RUBRICA:	per

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERC.  
011483/2005  
MATA: Protocolo GABIN  
NT#  
Data: 08/06/05  
Rubrica

## Moção

À Sua Excelência a Senhora  
**MARINA SILVA**  
Ministra do Meio Ambiente  
Brasília, DF

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Campos do Jordão, de 18 a 22 de maio, e para a qual pedimos sua especial atenção.

Atenciosamente,

  
**Miriam Prochnow**  
Coordenadora Geral da RMA



Fls.: 591  
 Proc.: 1172/04  
 Abbr.: Jec

MATA ATLÂNTICA  
 TERCEIRO MILÊNIO  
 DESMATAMENTO ZERO

## MOÇÃO DE REPÚDIO

### Repúdio à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira, Estados do Paraná e São Paulo

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu IX Encontro Nacional, ocorrido de 18 a 22 de maio de 2005, em Campos do Jordão (SP), aprovaram esta moção.

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo pleiteada desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador do Paraná Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA - Votorantim), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

No Governo Requião que se seguiu a Álvaro Dias, esta questão continuou em pauta, mas havia tanta irregularidade no projeto inicial que acabou sendo totalmente rejeitado.

Agora, novamente no Governo Requião, esta discussão é retomada e a estratégia da CBA vem sendo um pouco diferente, ou seja, está tentando conquistar primeiro a população para depois concluir o EIA / RIMA.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje "bóias-frias" em Cerro Azul ou "operários" da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperruçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.

É por isso e por vários outros motivos que Nós questionamos a construção desta usina e destacamos que:

- 1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e **NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO**; além do que, a ameaça de "apagões" está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.
- 2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantim) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios com a CBA; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS**.
- 3) Se estes 17 anos não foram suficientes para a CBA desistir do projeto, é evidente que o motivo principal de sua insistência é o **LUCRO** que a empresa poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um **EXCEDENTE** de energia elétrica que poderá **VENDÊ-LO** em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.
- 4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.
- 5) É uma área de solo calcário e há muitas cavernas (mais de 100) na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.
- 6) Pelo fato de ser solo calcário que garantia se pode ter de que, com a barragem e o peso das águas represadas, não haverá re-acomodação de solo, ocorrendo outras perdas?
- 7) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA - EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.
- 8) Por que a CBA não investe na produção de energias alternativas, como adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002)? Os impactos podem ser muito menores e **isso, sim, é ter visão de futuro**.

#### REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assacan-RS; Assuma-CE;  
 Cepedes-SA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Gesoq-PE; Ipema-ES; Ismecon-MG; Mopoc-SE; Os Verdes-RJ;  
 Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 - Bloco C - Salas 207/8 - CEP 70862-530 - Brasília - DF - Brasil  
 Fone/Fax (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: rma-bsb@uoi.com.br rma\_bsb@terra.com.br www.rma.org.br



Fls.:	592
Proc.:	1172/04
Rubr.:	lee

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILENIO  
DESALTAAMENTO ZERO

- 9) Não há nada que garanta retorno econômico ou social para os municípios afetados (principalmente, em Cerro Azul); mas, ao contrário, haverá, sim, um grande retorno econômico para a CBA.
- 10) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. **ECO-TURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.**
- 11) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, **ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA 21 LOCAL.** As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: **ASFALTO NA PR-097 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS), EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALEM DE OUTROS.** A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?
- 12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantim).
- 13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas. Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as consequências da obra. Como ficará a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de quinze (15) anos as consequências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?
- 14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e sete-centos (1.700) empregos diretos **TEMPORÁRIOS**, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantim investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairá da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.
- 15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios ou já são funcionários da própria CBA.
- 16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE - Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e **O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.** Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

**REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA**

Coordenação: Apramavi-SC; Vidágua-SP; Amigos da Terra-RS; Apronac-PR; Assacan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Geocq-PE; Ipema-ES; Ismacn-MG; Mopac-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.  
Secretaria Executiva: SCLN 210 - Bloco C - Salas 207/8 - CEP 70362-530 - Brasília - DF - Brasil  
Fone/Fax: (61) 349 9152 / 3201-7017 E-mail: [rma-hsb@uol.com.br](mailto:rma-hsb@uol.com.br) [rma\\_hsb@terra.com.br](mailto:rma_hsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)



Fis.:	593
Proc.:	172/04
Ass.:	48

MATA ATLÂNTICA  
TERCEIRO MILÊNIO  
DESMATAMENTO ZERO

17) Pelo Artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná (1989), poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de pequeno porte que sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná. Esta hidrelétrica, como já está colocado acima, é de médio ou grande porte e de interesse exclusivo da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantim).

18) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Fucil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na sequência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguaçu e Cananéia também serão afetados.

19) **SE NÃO HOVER A CONSTRUÇÃO DA USINA**, como ficará a população de Cerro Azul, Doutor Ulisses e Adrianópolis? Com certeza, poderão ter outras opções de desenvolvimento, pois se o maior problema para o desenvolvimento do Vale do Ribeira sempre foi colocado como a falta do asfalto na PR-092 e na BR-476 e estas obras estão em vias de conclusão, com certeza, muito em breve. **NÃO FALTARÃO ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA PARA OS MORADORES DO VALE DO RIBEIRA.**

Por essas e outras razões, nossa posição é **CONTRÁRIA E DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA USINA DE TIJUCO ALTO NO VALE DO RIO RIBEIRA.**

A RMA solicita a imediata suspensão de qualquer licenciamento ou outorga de uso das águas do Rio Ribeira à CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, Grupo Votorantim, senhor Antônio Ermírio de Moraes, ou qualquer outra empresa, instituição, pessoa física ou jurídica, que tenham como objetivo a construção de usina hidrelétrica ou outra obra potencialmente causadora de impacto sócio-ambiental no referido rio e região.

### Rede de ONGs da Mata Atlântica

#### REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA

Coordenação: Apremavi-SC; Vidéguas-SP; Amigos da Terra-RS; Apromac-PR; Assedan-RS; Assuma-CE;  
Cepedes-BA; Ecoa-MS; Gambá-BA; Gesoc-PE; Ipema-ES; Ismecon-MG; Mopec-SE; Os Verdes-RJ;  
Proter-SP; Roda Viva-RJ; STVBrasil-RN.

Secretaria Executiva: SCLN 210 - Bloco C - Salas 207/8 - CEP 70862-530 - Brasília - DF - Brasil  
Fone/Fax (61) 349 9162 / 3201-7017 E-mail: [rma-bsb@uol.com.br](mailto:rma-bsb@uol.com.br) [rma-bsb@terra.com.br](mailto:rma-bsb@terra.com.br) [www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)



Fis.:	594
Proc.:	1172/04
Rubr.:	AEE

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

Of. 39 / 2005.

Curitiba, 20 de junho de 2005.

**PROTOCOLO  
DILIQ/IBAMA**

Nº: 8172

DATA: 23/06/05

RECEBIDO:

Exmo. Sr.

**VATER MUCHAGATA.**

Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental no IB/  
Ministério do Meio Ambiente.  
BRASÍLIA - DF.

Tendo em vista a discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a retomada, pela CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, há 17 anos rejeitado, vimos por meio deste entregar-lhe cópia da “**NOTA DO CEDEA SOBRE A HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO**” e da “**CARTA ABERTA À POPULAÇÃO E AUTORIDADES DO MUNICÍPIO, DO ESTADO E DO PAÍS**” elaborada pela **ASSTRAF** – Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Cerro Azul; bem como, solicitar seu apoio à nossa luta e às questões que estão colocadas em ambos documentos.

Certos de podermos contar com sua sensibilidade e apoio às nossas solicitações, agradecemos e apresentamos nossas cordiais saudações.

**LAURA JESUS DE MOURA E COSTA.**

Coordenadora Geral do CEDEA.  
Rua Rockefeller, 706 - Ap. 302-B.  
80230-130 – CURITIBA – PR

**Fones: 41 – 333-3864 ou 9961-6336.**

Endereço Eletrônico: [laurajmc@netpar.com.br](mailto:laurajmc@netpar.com.br)

**PAULO CÉSAR MEDEIROS.**

Coordenador Técnico-Científico do CEDEA.  
Membro do **Conselho Estadual de RH do PR**  
Av. Anita Garibaldi, 964 – Ap. 1204 A - Ahú.  
82220-000 – CURITIBA – PR

**Fone: 41 – 253-1552 ou 9902-6080.**

C.N.P.J. - 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº. 9074, de 05/06/97.

Obteve “Diploma de Louvor” da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fone/Fax: (0 -- 41) 3333-3864.



Fls.:	595
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

**ASSTRAF**

Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Cerro Azul

" Porque para a gente uma semente é mais do que um grão na terra" .

Rua marechal Floriano Peixoto n° 81 sobre loja, sala 02 Cerro Azul -PR  
Fone – (041)662-1827 fax: (041) 662-1827 CEP: 83.570-000 Caixa Postal n° 13

Cerro Azul , 24 de Fevereiro de 2005

**CARTA ABERTA À POPULAÇÃO E AUTORIDADES DO MUNICIPIO , DO ESTADO E DO PAÍS**

A ASSTRAF- ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CÊRRO AZUL E VALE DO RIBEIRA REGISTRA, POR MEIO DESTA, O ESTADO DE INSEGURANÇA E INCERTEZA QUE VEM ASSOLANDO TODAS AS FAMÍLIAS DE SEUS ASSOCIADOS – NOSSAS FAMILIAS.

NA ESPERANÇA DE QUE ALGUMA PROVIDÊNCIA SEJA TOMADA NO SENTIDO DE EVITAR O FUTURO SOMBRIO QUE NOS AMEAÇA , DEVIDO AO ALAGAMENTO DE NOSSAS TERRAS AGRICULTÁVEIS EM CONSEQÜENCIA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TIJUCO ALTO, EM ADRIANÓPOLIS-PR, PRÓXIMO À DIVISA COM CÊRRO AZUL E DOUTOR ULYSSES, DESTACAMOS O IMPACTO QUE A MESMA TRARÁ ÀS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO . A AGRICULTURA FAMILIAR CONTRIBUI OU RESPONDE POR 80,0% DA PRODUÇÃO DE SUBSISTENCIA DO PAÍS.


NÃO SE TRATA APENAS DE ELEVAÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO RIBEIRA Á MONTANTE DO LOCAL DA BARRAGEM , MAS TAMBEM DA ELEVAÇÃO DA ÁGUA DE TODOS OS SEUS AFLUENTES, O QUE SIGNIFICA UMA AREA MUITO MAIS EXTENSA E ABRANGENTE.

NESTE SENTIDO PAIRAM SOBRE NÓS OS SEGUINTE QUESTIONAMETOS:

- 1) COMO VAMOS SOBREVIVER ? QUAL SERÁ A NOSSA FONTE DE RENDA OU O FUTURO DE NOSSOS FILHOS QUANDO AS AGUAS JÁ TIVEREM COBERTO NOSSAS TERRAS ?
- 2) ESTAS AREAS PROXIMAS AO RIO RIBEIRA APRESENTAM ELEVADO RENDIMENTO E PRODUTIVIDADE NOS MESES DE INVERNO, UMA VEZ QUE GARANTEM A PRODUÇÃO DE OLERICOLAS (MICRO CLIMA DO VALE DO RIBEIRA , APENAS 90 KM DE CURITIBA , É QUASE QUE TOTALMENTE LIVRE DE GEADAS)
- 3) ONDE SERÃO ASSENTADAS AS FAMILIAS DESALOJADAS ?
- 4) QUEM IRÁ RECONSTRUIR A REDE DE ESTRADAS E PONTES (REDE VIÁRIA) NO CASO DE ALAGAMENTO DE NOSSAS VIAS PRINCIPAIS ? QUE TIPO DE ACESSO TEREMOS FICANDO APENAS COM O TOPO DOS MORROS ?
- 5) QUAL O TAMANHO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS , SOCIAIS E ECONOMICOS , LEVANDO-SE EM CONTA A DRÁSTICA REDUÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL , O DESEMPREGO , O COMÉRCIO , ETC?
- 6) QUAIS AS MUDANÇAS CLIMATICAS : OCORRENCIA DE NEBLINA , AUMENTO DA UMIDADE DO AR, DA TEMPERATURA , ALEM DE OUTROS ?

ESTA É ANOSSA POSIÇÃO E GOSTARIAMOS DE PODER CONTAR COM SEUS APOIOS À NOSSA LUTA .

ATENCIOSAMENTE

  
\_\_\_\_\_  
João Carlos Hilman  
Vice – Presidente ASSTRAF





Fls.:	596
Proc.:	1132/04
Rubr.:	lee

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

## NOTA DO CEDEA SOBRE A HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO.

O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.

A discussão sobre a construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo acompanhada por membros do CEDEA desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA – Votorantin), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.

No Governo Requião que se seguiu a Álvaro Dias, esta questão continuou em pauta, mas havia tanta irregularidade no projeto inicial que acabou sendo totalmente rejeitado.

Agora, novamente no Governo Requião, esta discussão é retomada e a estratégia da CBA vem sendo um pouco diferente, ou seja, está tentando conquistar primeiro a população para depois concluir o EIA / RIMA.

Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje “bóias-frias” em Cerro Azul ou “operários” da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperuçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a **CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.**

É por isso e por vários outros motivos que Nós, pelo **CEDEA** - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental, questionamos a construção desta usina e destacamos que:

- 1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e **NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO;** além do que, a ameaça de “apagões” está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.
- 2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantin) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios com a CBA; portanto, **NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.**
- 3) Se estes 17 anos não foram suficientes para a CBA desistir do projeto, é evidente que o motivo principal de sua insistência é o **LUCRO** que a empresa poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque

C.N.P.J. - 00.117.463/0001-33. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei n.º. 9074, de 05/06/97.

Obteve “Diploma de Louvor” da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fone/Fax: (0 -- 41) 333-3864.



Fis.:	598
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

## EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE

OUTROS. A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal. Como ficará a comunicação viária entre Cerro Azul e Doutor Ulysses, ou entre estes municípios e Adrianópolis?

12) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantin).

13) Há uma grande contradição entre os dados que a CBA vem divulgando em relação à população diretamente atingida pela barragem, pois diz que, em 1988, afetaria 660 famílias, num total de 3.500 pessoas. Os dados que temos e que foram divulgados na época apresentavam como afetadas cerca de mil (1.000) famílias envolvendo em torno de dez mil (10.000) pessoas. Mas, há também o aspecto das famílias à jusante, ou seja, abaixo da barragem e que também sofrem as conseqüências da obra. Como ficaria a indenização dessas pessoas? Quem realmente seria indenizado? Quantas famílias seriam indenizadas? E a indenização de quem já vem sofrendo, há mais de dez (10) anos as conseqüências do anúncio dessa obra como ficará? Quem será re-locado e para onde irá caso venha a ser construída a barragem?

14) Embora seja divulgado que serão gerados mil e setecentos (1.700) empregos diretos TEMPORÁRIOS, ou seja, durante a construção da obra que deve durar quatro anos, e que o grupo Votorantin investirá cerca de R\$ 300 milhões na hidrelétrica, com capacidade para 215 megawatts (como foi publicado pela imprensa recentemente) ou 144 megawatts (como foi exposto pela CBA durante a reunião comunitária realizada em Cerro Azul, no dia 26 de novembro de 2004), a energia gerada será usada principalmente para abastecer a ampliação da fábrica de alumínio da CBA na região de Sorocaba. No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairia da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.

15) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios ou de funcionários já contratados pela própria CBA.

C.N.P.J. - 00.117.463/0001-38. Caixa Postal: 501 - Curitiba - PR - CEP: 80011-970

Considerado de Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei n.º. 9074, de 05/06/97.

Obteve "Diploma de Louvor" da Câmara Municipal de Curitiba, em 17/06/98 e em 16/10/2002.

Fone/Fax: (0 -- 41) 333-3864.



Fis.:	599
Proc.:	1172/04
Rubr.:	402

# Cedeia

*Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental*

16) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos já se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e **O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.** Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.

17) Pelo Artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná (1989), poderão ser autorizadas construções de hidrelétricas de **pequeno** porte que sejam de total e exclusivo interesse do Estado do Paraná. Esta hidrelétrica, como já está colocado acima, é de médio ou grande porte e de interesse exclusivo da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantin).

18) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Funil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na seqüência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguape e Cananéia também serão afetados.

19) **SE NÃO HOVER A CONSTRUÇÃO DA USINA,** como ficará a população de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis? Com certeza, poderão ter outras opções de desenvolvimento, pois se o maior problema para o desenvolvimento do Vale do Ribeira sempre foi colocado como a falta do asfalto na PR-092 e na BR-476 e estas obras estão em vias de conclusão, com certeza, muito em breve, **NÃO FALTARÃO ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA PARA OS MORADORES DO VALE DO RIBEIRA.**

Por essas e outras razões, nossa posição é **CONTRA A CONSTRUÇÃO DA USINA DE TIJUCO ALTO NO VALE DO RIO RIBEIRA E GOSTARÍAMOS DE PODER CONTAR COM O APOIO DE TODOS VOCÊS NESSA QUESTÃO.**

Fls.:	600
Proc.:	1172/04
Rubr.:	lee

## MOÇÃO DE REPÚDIO

01	<p>Título:</p> <p><b>MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA, ESTADOS DO PARANÁ E SÃO PAULO.</b></p>
02	<p>Preâmbulo:</p> <p>Nós, participantes do IV Seminário Internacional das Águas, realizado em Curitiba – PR – Brasil, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2005, <b>REPUDIAMOS</b> totalmente a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no Rio Ribeira, entre os Municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis, no Estado do Paraná, e Ribeira e Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.</p>
03	<p>Considerandos:</p> <p>O Rio Ribeira nasce em território paranaense e deságua no litoral sul paulista, depois de cortar o Vale do Ribeira. É um dos poucos grandes rios ainda sem barragens.</p> <p>A construção de uma hidrelétrica no Rio Ribeira, UH de Tijuco Alto, vem sendo pleiteada desde 1987, quando foi assinado um Protocolo de Intenções entre o então Governador do Paraná Álvaro Dias e o senhor Antonio Ermírio de Moraes (CBA – Votorantin), e, por esse motivo, foi criada, nesse mesmo ano, a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, em Cerro Azul, como forma de organização e resistência da população à construção dessa usina.</p> <p>No Governo Requião que se seguiu a Álvaro Dias, esta questão continuou em pauta, mas havia tanta irregularidade no projeto inicial que acabou sendo totalmente rejeitado.</p> <p>Agora, novamente no Governo Requião, esta discussão é retomada e a estratégia da CBA vem sendo um pouco diferente, ou seja, está tentando conquistar primeiro a população para depois concluir o EIA / RIMA.</p> <p>Embora seja citado Adrianópolis como local da barragem, a área a ser inundada fica em Cerro Azul, onde o impacto sócio-econômico já é grande, pois somente a notícia da construção da usina já provocou, na década de 90, êxodo rural e enfraquecimento da economia ribeirinha (Rio Ribeira). Muitos trabalhadores que eram meeiros ou pequenos produtores são hoje “bóias-frias” em Cerro Azul ou “operários” da CBA em Rio Branco do Sul, Itaperruçu ou Almirante Tamandaré. Portanto, a <b>CBA JÁ TEM UMA DÍVIDA SÓCIO-ECONÔMICA BASTANTE SIGNIFICATIVA COM O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.</b></p> <p>Destacamos ainda que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) O Estado do Paraná já tem um excedente de energia elétrica proveniente de várias usinas, mas principalmente de Itaipu, e <b>NÃO NECESSITA DESSA USINA DE TIJUCO ALTO</b>; além do que, a ameaça de “apagões” está totalmente descartada, inclusive isso vem sendo afirmado constantemente pelo Presidente Lula.</li> <li>2) Essa usina é uma obra particular (CBA - Votorantin) para tocar uma planta de alumínio em Sorocaba - SP; ou seja, a destruição e o impacto ficam no Paraná e os benefícios com a CBA; portanto, <b>NÃO É DE INTERESSE PÚBLICO PARA O ESTADO DO PARANÁ, MUITO MENOS PARA CERRO AZUL, DOUTOR ULYSSES E ADRIANÓPOLIS.</b></li> <li>3) Se estes 17 anos não foram suficientes para a CBA desistir do projeto, é evidente que o motivo principal de sua insistência é o <b>LUCRO</b> que a empresa poderá acumular com a construção da usina e a produção de energia elétrica, pois não só poderá ampliar seu parque industrial, como também poderá ter um <b>EXCEDENTE</b> de energia elétrica que poderá <b>VENDÊ-LO</b> em bolsas de valores ou outros mecanismos de mercado.</li> </ol>

*Handwritten signature*

- 4) Embora a notícia já tenha causado impacto social e econômico nesses 17 anos, há ainda muitas famílias ali, nas margens do Rio Ribeira, e que sofrerão muito ao serem transferidas.
- 5) É uma área de solo calcário e há muitas cavernas (mais de 100) na região que serão destruídas ou sofrerão impactos irreversíveis (já existe estudo sobre isso); pelo menos duas delas ficarão totalmente destruídas.
- 6) A água do Rio Ribeira apresenta contaminação por metais pesados (principalmente, chumbo) e isso a desqualifica para determinados fins, dentre os quais o da barragem (VER POSIÇÃO DO IBAMA – EM SETEMBRO DE 2003); com a diminuição da vazão do rio à jusante após a construção da barragem, poderá aumentar ainda mais a concentração de chumbo, pois haverá menos água.
- 7) A geração de energias alternativas, com adesão aos princípios da Agenda 21 Global e aos tratados assinados pela sociedade civil durante a RIO 92 e re-afirmados durante a RIO + 10 (África do Sul, 2002), deve ser a meta a toda e qualquer empresa com responsabilidade social e compromisso com a qualidade de vida presente e futura.
- 8) Existem propostas de incentivo ao eco-turismo rural, como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade local e a construção dessa usina ali inviabiliza esta proposta. **ECOTURISMO RURAL SE FAZ APROVEITANDO E VALORIZANDO A CULTURA, OS COSTUMES E AS TRADIÇÕES LOCAIS E NÃO DESTRUINDO ISSO TUDO E BUSCANDO IMPLANTAR OUTROS ATRATIVOS NÃO CONDIZENTES COM A REALIDADE DO MUNICÍPIO.**
- 9) Em 2002, através da EMATER e Prefeituras locais, foram realizados vários seminários sobre desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e em nenhum momento foi levantada a construção dessa usina como necessária para o desenvolvimento sustentável da região; ou seja, **ESTA OBRA NÃO CONTEMPLA OS PRINCÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA 21 LOCAL.** As principais prioridades que foram levantadas para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ribeira são: **ASFALTO NA PR-092 E NA BR-476, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (E NÃO EXPULSÃO DO HOMEM DE SUA TERRA), ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO (TRATAMENTO DO ESGOTO, DEPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DO LIXO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES RURAIS), EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS, MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REGIONAL, MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO, ALÉM DE OUTROS.** A construção desta barragem destruirá totalmente o atual sistema viário e será necessário construir uma nova malha rodoviária municipal e intermunicipal.
- 10) É necessário aprofundar a discussão e a transparência dessa obra, pois nem todas as informações são de domínio público. É preciso pensar também o conjunto de obras e ações para o desenvolvimento da região toda e não apenas uma obra para viabilização de projetos de um grupo econômico (Votorantin).
- 11) No Vale do Ribeira, por ser uma região pobre e de pequenos agricultores, a mão de obra para a construção da usina não sairia da região, mas seria necessário levar pessoas (operários, mão de obra qualificada) de outras regiões, o que causaria um duplo impacto, ou seja, não estaria sendo aproveitada a mão de obra local e aumentaria o número de pessoas vindas de outros locais. A concentração de operários na construção de hidrelétricas sempre causa um grande impacto social, moral, econômico, etc.
- 12) Se a carência de emprego no Vale do Ribeira não é tão grande, devido às próprias características da região, como foi colocado pela CBA na reunião comunitária, em Cerro Azul, por que, então, não se investe em outras alternativas de trabalho e emprego, mais duradouras e menos impactantes? A construção de uma usina hidrelétrica não absorverá mão de obra por mais de quatro ou cinco anos, e depois, como ficará a população? Grande parte desta mão de obra virá de outros municípios ou já

*[Handwritten signature]*

Fis.:	602
Proc.:	1172604
Rubr.:	fe

	<p>são funcionários da própria CBA.</p> <p>13) Embora a CBA venha dizendo que já possui a concessão de Tijuco Alto fornecida pelo DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia em 1987 ou 1988 por um período de vigência de 30 anos, é necessário considerar que a realidade, hoje, é outra: 17 anos se passaram, o DNAE não existe mais, a legislação brasileira mudou muito nos últimos anos e <b><u>O COMITÊ DE BACIA DO ALTO IGUAÇU E ALTO RIBEIRA NÃO DELIBEROU NADA AINDA SOBRE ESTA QUESTÃO.</u></b> Como fica, então, a reserva de disponibilidade hídrica? Pela Lei de Recursos Hídricos é necessário que a obra esteja prevista no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica.</p> <p>14) A construção desta Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto abrirá precedentes para a construção de outras três previstas: Itaoca, Funil e Batatais, além de outras mais que poderão vir na seqüência, destruindo totalmente uma das últimas reservas de mata atlântica do litoral sul de São Paulo e litoral norte do Paraná. Iguape e Cananéia também serão afetados.</p>
04	<p>Pedido:</p> <p><b>Solicitamos a imediata suspensão de qualquer licenciamento ou outorga de uso das águas do Rio Ribeira à CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, Grupo Votorantin, senhor Antonio Ermírio de Moraes, ou qualquer outra empresa, instituição, pessoa física ou jurídica, que tenham como objetivo a construção de usina hidrelétrica ou outra obra potencialmente causadora de impacto sócio-ambiental no referido rio e região.</b></p>
05	<p>Destinatários – Nome, função e endereços para envio (email, correio, fone e fax):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Presidente da República do Brasil – Luiz Inácio Lula da Silva. Palácio do Planalto – Brasília – DF. Fone: 61 – 316-0090.</li> <li>2) Ministra de Minas e Energia do Brasil – Dilma Rousseff. Ministério de Minas e Energia – Esplanada dos Ministérios. Brasília – DF.</li> <li>3) Ministra do Meio Ambiente do Brasil – Marina Silva. Ministério do Meio Ambiente – Esplanada dos Ministérios. Brasília – DF. Fone: 61 – 317-1235 ou 61 – 224-5222. Endereço Eletrônico: <a href="mailto:marina.silva@mma.gov.br">marina.silva@mma.gov.br</a></li> <li>4) Presidente Nacional do IBAMA – Marcus Barros – Sede do IBAMA em Brasília – DF.</li> <li>5) Presidente Regional do IBAMA no Estado de São Paulo.</li> <li>6) Presidente Regional do IBAMA no Estado do Paraná – Marino E. Gonçalves – Rua General Carneiro esquina com Rua XV de Novembro – Centro – Curitiba – PR. Fone / Fax: 41 – 3363-2525 Endereço Eletrônico: <a href="mailto:marino.goncalves@ibama.gov.br">marino.goncalves@ibama.gov.br</a></li> <li>7) Governador do Estado do Paraná – Roberto Requião – Palácio Iguazu – Centro Cívico – Curitiba – PR. Fone/ Fax: 41 – 3350-2400.</li> <li>8) Governador do Estado de São Paulo – Geraldo Alkmin.</li> <li>9) Secretário de Estado do Meio Ambiente do Paraná – Luiz Eduardo Cheida. – Curitiba – PR.</li> <li>10) Imprensa nacional e internacional.</li> </ol>

**OBSERVAÇÃO: ESTA MOCÃO TAMBÉM FOI APROVADA NO ENCONTRO NACIONAL DA REDE DA MATA ATLÂNTICA, REALIZADO EM CAMPOS DO JORDÃO – SP – NOS DIAS 18, 19, 20, 21 e 22 DE MAIO DE 2005.**

*fe*